



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Fernanda Pessôa de Andrade Carvalho Cavadas

**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E SUAS
ESTRATÉGIAS PARA SE MANTER NA LUTA .**

RIO DE JANEIRO
2009

Fernanda Pessôa de Andrade Carvalho Cavadas

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA E SUAS ESTRTEGIAS PARA SE MANTER NA
LUTA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel
em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora
Maristela Dal Moro.

Rio de Janeiro
2009

A todos que passaram por minha vida e a fizeram mais interessante.

AGRADECIMENTOS

A todos os que tombaram heroicamente na luta pela terra, sem conseguir concretizar seus sonhos.

À família Pessoa de Andrade: Vó Nancy, Sil, Fernando, Ciça, Marcos, Lolo, Paulinho, Pepeu e Marina. Sinto saudades das nossas bagunças.

Aos meus familiares mais distantes.

Em especial, a quem eu sou eternamente grata: Ciça, minha mãe postiça que me viu nascer (literalmente) e amadurecer; concedeu-me meu maior presente, participar da criação da Marina. Ah, e segurou a minha barra por quatro anos !

À minha mãezinha e ao meu pai , Marília e Paulo, que me proporcionaram (em nossas andanças pelo Brasil) a percepção de tantas realidades diferentes. Obrigada pelo amor incondicional, apoio e carinho.

Aos meus irmãos: Rafa e Felipe: mesmo distante e com tantas incompatibilidades, amo muito vocês !!

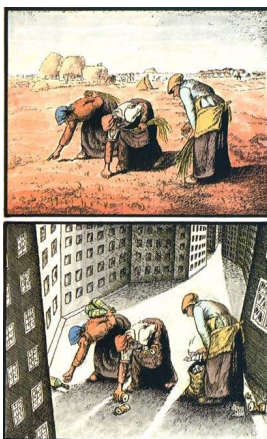
Ao meu amor, meu maior professor que aceitou ser meu companheiro após tantos anos "de batalha" ! Soube esperar, muitas vezes impaciente, o término dessa monografia.

Para minhas amigas, minhas irmãs: Camila (a eterna madrinha dos meus filhos) e Liana e Tassila (minhas companheironas).

Para meu bondeÃO, minhas grandes e eternas amigas que me completam: Mariana, Rafinha , Denise e Glau. "Que todos os nossos desejos, profecias, convicções, prognósticos se tornem realidade".

A todos os amigos que eu fiz durante esses 4 anos (e meio) mais intensos da minha vida!

A mim.



**" Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas que
nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por
umas poucas mãos, para ampararem cercas e
bois e fazerem da terra escrava e escravos os
homens! "**

D. Pedro Casaldáliga

RESUMO

CAVADAS, Fernanda Pessôa de Andrade Carvalho. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas estratégias para se manter na luta**. Rio de Janeiro, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

O presente trabalho de conclusão de curso busca compreender as estratégias de organização e mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), analisando seu potencial no processo de constituição de uma identidade coletiva. Para entender esta organização, suas reivindicações e estratégias de luta, faz-se necessário decifrar o histórico de apropriação e exploração das nossas terras por uma elite, desde a chegada dos colonizadores portugueses até os dias atuais. As propostas dos governos ao longo dos anos para resolver o problema da concentração de terras; as implicações do processo de modernização da agricultura na década de setenta durante o Governo Militar; as diversas maneiras que os grupos econômicos com o patrocínio do Estado se utilizaram para expropriar e explorar o trabalhador rural. Em contrapartida a este processo é de suma importância resgatar: o protagonismo e a resistência dos trabalhadores que não assistiu esse processo "de mãos atadas" ; os determinantes para o surgimento do MST; seus princípios, estrutura organizacional e estratégias para aglutinar os trabalhadores na luta. A partir dessas análises concluímos que, mesmo às contradições vivenciadas no interior do movimento, as estratégias que o Movimento utiliza para mobilizar seus integrantes, tais como os encontros, congressos, passeatas; cumprem sua finalidade funcionando como práticas educativas que dão significado a luta e reafirmam uma identidade coletiva.

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

Arena - Aliança Renovadora Nacional

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CEACOOB - Curso de Especialização em Administração de Cooperativas

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CMI - Conselho Missionário Indigenista

Concrab - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EUA – Estados Unidos da América

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazônia

GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra

Mastel - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná

Masten - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terras

Mastreco - Movimento dos Agricultores Sem terra do Centro-Oeste do Paraná

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MDV- Movimento Direita Volver

MEAF - Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MEFP- Gabinete do Ministro Extraordinário de política Fundiária

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

MUST - Movimento Unido dos Sem Terra

MVR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PFL- Partido da Frente Liberal

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Supra - Superintendência de Reforma Agrária

TAC- Técnico em Administração de Cooperativas

TFP - Tradição Família e Propriedade

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

VPR - Vanguarda Popular Revolucionaria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

Capítulo 1. ANTECEDENTES AO SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....	13
1.1 Histórico da concentração de terras no Brasil- mais de 500 anos de concentração fundiária	13
1.1.1 A Lei de Terras de 1850 – a consolidação do monopólio da terra no Brasil.....	17
1.1.2 A constituição da República e a negação do direito à terra aos trabalhadores.....	20
1.1.3 Instauração da Ditadura Militar e a derrocada da Reforma Agrária	25
1.2 Anos 60 e 70 - Governo Militar, modernização da agricultura e a proposta de Política Agrária	29
1.3 Impactos da modernização da agricultura – expropriação e proletarianização do trabalhador rural.....	36
Capítulo 2. A LUTA POR TERRA NO BRASIL.....	45
2.1 Resgate da luta pela terra no Brasil.....	45
2.2 Gênese do MST como forma de resistência ao modelo econômico concentrador.....	52
2.2.1 Princípios e estrutura organizacional do MST.....	60
Capítulo 3. VIVÊNCIAS E PRÁTICAS QUE DÃO SUSTENTABILIDADE À LUTA E DISSEMINAM OS VALORES ASSUMIDOS PELO MOVIMENTO.....	71
3.1 O processo de organização coletiva dos acampamentos e assentamentos.....	72
3.2 Símbolos da luta, Encontros e Congressos	86
3.3 Passeata e Marchas.....	98
3.4 O poder da mística e a valorização da cultura	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
ANEXOS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo compreender as estratégias de organização e

mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), analisando seu potencial no processo de constituição de uma identidade coletiva / sujeito coletivo, para aglutinar os trabalhadores na luta pela terra e equacionar as dificuldades vivenciadas no cotidiano. Buscaremos demonstrar os avanços, contradições e desafios enfrentados, tanto no âmbito da organização como na reprodução dos assentados. A presente pesquisa se fundamenta em informações coletadas em produções acadêmicas e materiais produzidos pelo MST. Utilizaremos também como referência e contraponto, algumas falas e vivências dos moradores do Assentamento Dandara dos Palmares.

Este estudo, pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, originou-se da minha aproximação ao MST a qual ocorreu por meio da experiência de Estágio Curricular da Escola de Serviço Social da UFRJ no Projeto de extensão e estágio Pró-MST. Esse existente desde 2005 com o objetivo de integrar três importantes eixos para a formação acadêmica: ensino, pesquisa e extensão.

Atuei, como estagiária, no Assentamento Dandara dos Palmares por três semestres, período no qual tive a oportunidade de ter contato com essa realidade tão peculiar. O contato com o cotidiano desse grupo me instigou ao aprofundamento da temática, com a finalidade de compreender as relações que permeiam esse ambiente e seus determinantes. O assentamento estudado - localizado em Campos dos Goytacazes (região norte- fluminense) - possui vinte e uma famílias. O processo de luta destes trabalhadores se iniciou em 2001 com a ocupação de uma fazenda improdutiva. Foram anos morando em barracos de lona, sofrendo várias ações de despejo até que após muita luta a fazenda foi desapropriada. Hoje cada um já está em seu lote, com as casas de alvenaria em processo de construção e o mais importante: produzindo. Porém "nem tudo são flores", há muita dificuldade de escoar a produção e tê-la de forma cooperativada; de manter seus filhos estudando - por diversos motivos como falta de transporte para se chegar à escola e a dificuldade de permanência, já que o adolescente tem

que ajudar os seus pais nas tarefas internas e externas da casa; etc.

Embora todas as dificuldades vivenciadas por esses sujeitos, próprias da realidade do trabalhador rural - o que produz calorosos debates acerca da viabilidade da reforma agrária no Brasil – pode-se observar o fortalecimento desse movimento. Sua vitalidade nesses mais de vinte anos de luta só foi possível pela adesão à luta de um número cada vez maior de trabalhadores e pela criatividade de seus dirigentes em dar visibilidade às suas reivindicações e manter acesa a chama da luta. Compreender esse fenômeno é uma árdua tarefa, pois sabemos que é produção de múltiplas determinações. Sem a pretensão de esgotar pretendemos compreender o papel das estratégias utilizadas pelo MST para fortalecer e garantir a permanência dos trabalhadores nessa luta.

Para compreender isso, faz-se necessário resgatar todo o processo de apropriação privada e exploração de nossas terras e seus impactos na vida da nossa população. Nesse sentido, o Primeiro Capítulo aborda a histórica ocupação do espaço agrário no Brasil desde o momento do nosso "descobrimento" - no ano de mil e quinhentos - até a época do Governo Militar, findado em meados da década de oitenta; problematizando a forma como nossas terras foram apropriadas e exploradas e como os governos trataram o problema agrário de nosso país.

No segundo capítulo, realizo um breve resgate histórico das lutas e conflitos que ocorreram no Brasil em torno da posse de terra, demonstrando a resistência dos trabalhadores à histórica dominação das elites. A partir da década 1950 o Brasil serviu de palco para movimentos que tinham como bandeira de luta a reforma agrária, assim foi o Movimento dos Agricultores Sem-Terras (MASTER) no Rio Grande do Sul, as Ligas Camponesas no Nordeste e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Essas organizações apesar de serem reprimidas a partir da instauração dos Governos Militares deixaram na memória históricas formas de lutar, influenciando os grupos que surgiram em

meados da década de oitenta, como foi o caso do MST. Ainda neste capítulo realizo uma síntese do surgimento deste Movimento e explico seus princípios e estrutura organizativa, levando em conta que o MST surge como resultado das lutas de segmentos da população rural contra a expropriação e exploração, exacerbada com a implantação do modelo de modernização da agricultura no período do regime militar.

No capítulo três, contemplo o meu objetivo que é entender as estratégias propostas pelo Movimento para garantir que seus integrantes permaneçam na luta e contribuam no processo de construção de uma identidade coletiva, estas compreendem a forma de estruturar os assentamentos e acampamentos, marchas os encontros, entre outras.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES AO SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

RURAIS SEM TERRA (MST)

**"As coisas são muitas que vou encontrando neste caminho.
Tudo planta de cana nos dois lados do caminho;
e mais plantas de cana nos dois lados do caminho
por onde os rios descem e outras plantas de cana
há nas ribanceiras dos outros rios ;
que estes encontraram antes de se encontrarem comigo.
Tudo planta de cana e assim até o infinito;
Tudo planta de cana para uma só boca de usina ".
João Cabral de Melo Neto**

1.1 Histórico da concentração de terra no Brasil - mais de 500 anos de concentração fundiária

A problemática da concentração de terras no Brasil e a luta dos trabalhadores pela sua posse se iniciaram quando as caravelas de Portugal desembarcaram no ano de 1500. Nesse período, países considerados potências - como Inglaterra, Portugal, Espanha - se aventuravam em expedições marítimas desejando descobrir novas rotas comerciais, mercados consumidores, especiarias e riquezas. Ao aportar aqui, a coroa portuguesa fez desse extenso território sua Colônia¹, explorando uma variedade de riquezas naturais (Pau-Brasil, ouro, prata, especiarias) e a população nativa, denominada índios. Esses, dominados pela força física e pela catequização levada a cabo pelas missões jesuítas, que lhes impuseram uma religião (cristã) que não correspondia às suas crenças. A visão do colonizador consistia em levar a “civilização” para esses seres “desprovidos” dela. Nesse momento, o homem branco traz a desgraça para os ditos selvagens. Por considerar-se culturalmente mais evoluído,

¹ O Brasil já nasce como Colônia de Exploração de Portugal (Metrópole), diferentemente das Colônias de Povoamento existentes, por exemplo, na região norte e central da América do Norte. Essa recebia o excedente demográfico provenientes dos países europeus, desenvolvendo uma economia baseada na pequena propriedade familiar. Já no Brasil, a forma econômica estabelecida era sustentada na exploração das riquezas existentes, na grande propriedade agro-exportadora, na monocultura e no trabalho escravo; configurando um modelo altamente excludente e opressor.

deveria se sobrepor às culturas inferiores e "primitivas". A negação das tradições dos povos aqui existentes e a sua opressão se justificou não só no Brasil como em todos os continentes e em períodos distintos da história, até os dias de hoje.

Essa fase do capitalismo, denominada capitalismo comercial, fundamentou-se na expansão das atividades mercantis e na acumulação de capitais; proporcionando à burguesia europeia o seu enriquecimento e mecanismos para o desenvolvimento das suas forças produtivas; conforme Coutinho:

(...) o Brasil emerge na época do predomínio do capital mercantil, na época da criação de um mercado mundial. Nossa pré-história como nação – os pressupostos de que somos resultado – não reside na vida das tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo de acumulação primitiva do capital, que tinha como centro dinâmico na Europa ocidental. Os efeitos culturais desse processo foram assim descritos por Marx e Engels: "Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material quanto à produção intelectual. As criações culturais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal ". (COUTINHO, 2000, p.41)

A cultura Europeia (tratada como universal) foi importada, sobrepondo-se às culturas primitivas aqui existentes, os valores europeus e do capitalismo eram um modelo a ser atingindo, o que significou a destruição da boa parte da cultura dos diversos povos indígenas. Esses foram obrigados a produzir excedentes - o que não era uma prática peculiar dos povos tribais - para satisfazer o mercado externo. Segundo Stedile (2005, p.23) "Quando os colonizadores europeus invadiram nosso território, estima-se que havia mais de 300 grupos tribais, num total de aproximadamente 2 milhões de pessoas".

A origem do latifúndio está relacionada ao modo com que as terras brasileiras foram apropriadas e por quem. A partir de 1534, Portugal dividiu o nosso território - que se estendia do litoral à linha imaginária traçada pelo Tratado de Tordesilhas - em grandes áreas

denominadas Capitãncias Hereditãrias concedidas a militares e à nobreza lusa. Os donatãrios deveriam ser brancos, puros de sangue (portugueses natos) e católicos. Pela impossibilidade de se administrar terras tão extensas, costumavam reparti-las em lotes menores (sesmarias) cedidos a terceiros para sua utilização. Por se tratar de propriedade da Coroa, não poderiam ser vendidas. Esse modelo se desfez apés mais de 250 anos, quando muitos donatãrios e sesmeiros se tornaram senhores de engenho e/ou fazendeiros.

O Brasil passou a ser considerado economicamente rentãvel para Portugal. Inicialmente, tornou-se fornecedor de matãria prima - madeira de lei, metais preciosos, especiãrias. Com o povoamento se incentivou a monocultura - cana de açúcar, cafã, algodão - proporcionada pelo clima tropical, solo fãertil e mão-de-obra escrava, bem como a criação de gado. Com o Pacto Colonial² Portugal aumentou significativamente suas importações, jã que este determinava a obrigação do Brasil importar produtos manufaturados somente de sua Metrãpole.

Se vamos à essãncia de nossa formação, veremos que na realidade nos construímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gãneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, em seguida cafã para o comãrcio europeu. Nada mais que isto. (PRADO, 1970, p. 22)

Nos primeiros 100 anos a mão-de-obra era predominantemente indígena, perĩodo marcado por resistãncia, massacres e desrespeito às tradições de diversos grupos tais como tupi-guaranis, macro-jã, aruaques, caraĩbas, etc; atã que a força de trabalho foi “substituída” pela africana (a partir do sãculo XVII), segundo os colonizadores “um povo mais apto ao trabalho exaustivo” na “plantation”³. O trãfico negreiro significou uma saĩda rentãvel,

² A exploração do Brasil era regida pelo Pacto Colonial. Esse obrigava as colãncias comercializar, unicamente, com suas Metrãpoles, produzindo o que era de interesse da Coroa, a preços baixos. Ou seja, impedia que o Brasil desenvolvesse atividades fabris, obrigando comercializar produtos primãrios para a exportação e importar o que não se tinha em terras brasileiras; garantindo mãxima lucratividade à burguesia metropolitana. O Pacto tãmbem definia a obediãncia polĩtica, e a adoção de algumas leis de Portugal. A proibição se estendia a imprensa e a circulação de livros, privando a população do contato com novas idãias. Essa dependãncia colonial impossibilitava a produção de uma literatura que retratasse a realidade dos povos que existiam em nosso paĩs antes da chegada dos portugueses; jã nascemos como nação incorporando uma cultura ocidental (europãia).

³ A *plantation* foi o modelo adotado pelos colonizadores para organizar a produção agrĩcola, ela era caracterizada

dinamizava o mercado nacional e internacional, através dos lucros gerados por esse comércio.

A escravidão negra era duplamente lucrativa: ao nível da circulação de mercadoria humana, permitindo a acumulação por parte da burguesia traficante, e ao nível da produção. Ao ser vendido como mercadoria, o africano trazia lucros enormes para o comerciante, ao contrário do indígena, cuja escravização seria um negócio local, interno. Ao trabalhar, o escravo sustentava a classe dominante colonial. (...). Por sinal, era o tráfico negreiro a principal fonte de reprodução da mão-de-obra, já que o crescimento vegetativo da população negra, nessas condições, era diminutivo. (ALENCAR, CARPI E RIBEIRO, 1996, p.29)

Os índios e sobretudo os negros combateram por muito tempo a escravidão rebelando-se contra o sistema do cativo. As formas de resistência se materializavam nas manifestações culturais como a dança, a música - nas quais eram evocadas todas as tradições dos antepassados - e na formação das comunidades quilombolas. O reduto de escravos com maior expressão foi o Quilombo dos Palmares, local que reuniu cerca de vinte mil refugiados e se manteve como comunidade por mais de cem anos na região onde hoje se localiza Penedo, no Estado de Alagoas.

Outro segmento se destacou no período colonial: os camponeses se inseriam, muitas vezes, nas grandes propriedades como um agregado, exercendo tarefas que os índios e negros escravos não desempenhavam, como a produção de gêneros alimentícios. Muitos camponeses viviam como sítiantes à margem da grande propriedade, produziam em áreas devolutas para abastecer a demanda de alimentos para o consumo interno, constituiu-se como um grupo empobrecido e excluído.

O fim da escravidão no Brasil permaneceu por muito tempo apenas no âmbito legal, pois na realidade as relações escravistas não foram extintas. Nosso país retardou o quanto pôde a abolição, enquanto vários países como a Inglaterra - que findou o tráfico de negros desde 1807 - já adotava o trabalho livre e realizavam uma campanha antiescravista por entender que para a nova fase produtiva que se iniciava – o rápido crescimento das indústrias, fruto da Revolução Industrial Inglesa nos fins do século XVIII – seria essencial uma por grandes extensões de terras onde se desenvolvia monoculturas para exportação com a utilização de mão -de - obra escrava.

população consumidora.

A primeira norma internacional que proibiu o tráfico entre os continentes foi a Lei Bill Aberdeen (1845), conferindo direito à Inglaterra de apreender as embarcações que o realizava. Temendo a represália o Brasil assinou cinco anos depois a Lei Eusébio de Queiroz, que ratificava o fim apenas do comércio de negros. Posteriormente o Brasil promulgou diversas normas jurídicas que concediam alforria a esse grupo. Foram elas: Lei do Ventre Livre (1871), na qual apenas os filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam libertos; Lei do Sexagenário (1885), que garantia liberdade para aqueles que tivessem mais de sessenta anos e por último a Lei Áurea, assinada em 1888 pela princesa Isabel, que "acabava" com a escravidão.

1.1.1 A Lei de Terras de 1850 – a consolidação do monopólio da terra no Brasil

Concomitantemente à crise do trabalho escravo, o então governo de Dom Pedro II regulamenta o uso da propriedade da terra, assinando em 1850 a Lei de Terras. Essa lei é considerada um marco pois representou o fortalecimento de um modelo agrícola sustentado na grande propriedade. Ela declarava que toda propriedade só poderia ser adquirida através da compra, ou seja, restringia-se o direito dos ex-escravos negros, dos índios e da população pobre de comprar terras. As áreas devolutas não poderiam ser apropriadas livremente, elas tornar-se-iam monopólio do Estado. Só poderia ser proprietário aqueles que legalizassem suas terras nos cartórios e os que dispusessem de capital para sua compra. Morrissawa explica bem isto.

Percebendo ser inevitável o fim da escravatura, e também diante dos conflitos por terra em várias regiões, especialmente no Sudeste cafeeiro, a Coroa brasileira estabeleceu uma lei restringindo o direito de posse da terra. Isso para que os ex-escravos, os brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes não pudessem se tornar proprietários, mas sim constituíssem a mão-de-obra assalariada necessária nos latifúndios. Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para Coroa. Portanto a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com

isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso. (MORRISSAWA, 2001, p. 70 -71)

Dessa forma, as classes subalternas (escravos, índios, camponeses) continuariam atreladas e sujeitas ao poder da oligarquia rural e da elite. Poucos foram os que conseguiram se emancipar dessa estrutura e ascender socialmente. Para os ex-escravos a alforria não tinha sentido, já que eles continuariam submissos às classes dominantes, o poder econômico estava concentrado na posse da terra. Essa lei consolidava o latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil.

(...) a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputa ampla. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre. (MARTINS, 1981, p. 44-45)

A Lei de Terras já previa um exaustivo trabalho dos ex-escravos e dos outros trabalhadores, ao tratar a terra como uma mercadoria. Para obter uma terra, eles teriam que trabalhar previamente nas grandes propriedades e acumular uma quantia de capital considerável para depois realizar a compra de sua propriedade. Muitas vezes, tinham que migrar para as vilas por não serem aceitos como mão-de-obra nas atividades agrícolas, devido ao desgaste de sua força de trabalho, fruto de anos de exploração. Muitos ficaram marginalizados nos centros urbanos já que, acostumados a servir os donos de terras por tantos anos, não conseguiam desenvolver outras tarefas.

Surge como legislação destinada a reafirmar o caráter de classe do acesso a terra. E nesse sentido as pessoas teriam acesso à terra apenas na medida em que dispusessem de recursos para comprá-la. A terra se torna generalizadamente, a partir desse momento, equivalente a mercadoria. (MARTINS, 1984, p.65).

Uma estratégia importante utilizada para ampliar o número de trabalhadores, sobretudo nas fazendas de café em São Paulo, foi o incentivo por parte do Estado à entrada de imigrantes estrangeiros antes mesmo da promulgação da Lei de Terras e da abolição da escravatura. Esta Lei tinha como objetivo conter o acesso à terra por parte dos trabalhadores imigrantes. Eram alemães, suíços, italianos, espanhóis que ocupariam a função de trabalhadores livres em substituição aos escravos “alforriados”. Foi a partir da segunda metade do século XIX que houve a intensificação da vinda destas pessoas. A propaganda de oferta de trabalho e conseqüentemente o desejo de ascensão econômica e social os estimularam a atravessar o oceano na expectativa de melhoria de vida. Vários fatores contribuíram para o fluxo desses sujeitos: eles se dirigiam ao Brasil muitas vezes expulsos dos seus países de origem por questões econômicas; pelo esgotamento das terras na Europa; como refugiados de guerras e das crises agrícolas; em busca de uma ocupação e desejando conquistar um pedaço de terra. A vinda dos estrangeiros esteve vinculada a diversas formas de agenciamento, contratos e regimes de trabalho como a parceria e o colonato⁴. Os imigrantes já chegavam ao Brasil endividados com a viagem que tinham que saldar; montante que tendia a aumentar quando se deslocavam para as fazendas e eram obrigados a pagar pela infra-estrutura como abrigos, mantimentos, terras para o plantio de subsistência, etc. Uma vida muito regrada e sem direitos, na verdade um sistema entre a escravidão e o trabalho livre. Alguns grupos conseguiram se organizar em núcleos de colonização incentivados -em alguns casos- pelo governo, porém na condição de pagar um valor pelo uso do espaço, como ocorreu, por exemplo, no Estado de

⁴O contrato de parceria e o regime de colonato foram as formas de inserção dos imigrantes na grande propriedade. O primeiro, implicava em um acordo entre o fazendeiro e trabalhador, no qual aquele cedia ao colono determinada área de sua propriedade para o cultivo de subsistência, a moradia e produção. Mediante acordo, era estipulada a forma da parceria que poderia ser, por exemplo, a doação de uma porcentagem da produção ao latifundiário. Esse sistema foi motivo de muitos conflitos, os imigrantes eram tratados como escravos, reclamando estarem presos a certas vontades dos latifundiários que taxavam tudo dentro da fazenda – mantimentos, material para o trabalho - proporcionando aos colonos grandes dívidas. O outro regime adotado - o colonato - consistia em diferentes formas de remuneração, como uma diária de acordo com o número de pés cultivado. Ainda assim o colono mantinha fortes vínculos com os latifundiários, residindo dentro da grande propriedade pela impossibilidade de ter a sua própria terra. Ambos os regimes tinham em si o objetivo de máxima exploração e dominação dessa nova força de trabalho. Estas relações contratuais ainda existem nos dias de hoje, configurando a precarização das relações trabalhistas.

São Paulo, na região Sul do Brasil e na região Serrana Fluminense. Todas essas problemáticas dificultaram a adaptação desse grupo, impondo barreiras à concretização do sonho da terra.

Tanto a abolição da escravidão quanto a chegada dos imigrantes não foram acompanhadas por uma política que assessorasse esses indivíduos; eles permaneceram com contratos precários de trabalho, em péssimas condições de vida e presos às vontades do dono da propriedade. Não havia interesse por parte do Estado e das oligarquias o desenvolvimento dessas camadas de trabalhadores como camponeses autônomos e sim a sua exploração enquanto mão-de-obra, atendendo a necessidade da grande propriedade.

1.1.2 A constituição da República e a negação do direito à terra aos trabalhadores

O fim do sistema monárquico em 1889 e, conseqüentemente, a proclamação da República, levou à descentralização político-administrativa para os estados e municípios, proporcionando a aristocracia agrária (sobretudo aos cafeeiros) mecanismos para a ampliação dos seus poderes. Os primeiros governos ficaram conhecidos como República dos Fazendeiros - ou República Velha -, no qual as oligarquias rurais (grandes latifundiários) ocupavam cargos políticos e militares. Isso ficava claro na patente que os senhores de terras recebiam, eram chamados de coronéis⁵. A dominação destes sobre os trabalhadores influenciava nas práticas eleitoreiras como o conhecido voto de cabresto (voto obrigatório em um determinado candidato). Os latifundiários tomam para si o poder do Estado – por intermédio da violência com as suas milícias particulares e da pressão psicológica - exercendo seus domínios sobre a população rural, que intimidados se submetiam. A política do Café-com-Leite (acordo entre

⁵O coronelismo já existia anteriormente a esse período, porém foi com a proclamação da República que os poderes da aristocracia agrária se ampliaram. Na época do Império o posto/patente de coronel (pessoa que estava à frente da Guarda Nacional) era cedido aos grandes latifundiários que exerciam um poder paralelo ao estado oficial. A descentralização política e administrativa do período republicano, possibilitou o aumento das posses dos coronéis a partir do momento que as terras públicas passariam para o domínio dos Estados e Municípios, onde seus aliados eram governantes. Essa dominação não se extinguiu por completo com o fim da República Velha, ela permanece até os dias de hoje, sobretudo em áreas interioranas onde as leis e os direitos humanos permanecem apenas no plano jurídico formal. Isto demonstra o quanto o nosso país ainda se mantém baseado em práticas tão retrógradas, impedindo a emancipação de nossa população.

dois Estados ricos, Minas Gerais e São Paulo, para se manterem como representante do Estado Brasileiro) definia muito bem a influência da aristocracia rural, ao colocar no poder seus candidatos nas eleições federais.

Com a recessão econômica (crise mundial) que apresentou como fato mais exponents a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, a produção de café, açúcar e de outras mercadorias entraram em declínio; obrigando o governo brasileiro a intervir com medidas econômicas como a substituição das importações. Essa medida contribuiu para o desenvolvimento do setor industrial proporcionando a transformação da economia agrário-exportadora para economia urbano-industrial, incitando o deslocamento populacional para os núcleos urbanos. Era o fim da República dos fazendeiros, dando lugar a um período de governos populistas iniciados em 1930 por Getúlio Vargas.

A partir dos anos 1930 (Estado Novo)⁶, alguns governos anunciaram a necessidade da distribuição de terras. Contudo, nenhum mandato tratou a problemática com políticas eficazes que de fato distribuísse renda e riqueza. As intervenções pretendiam meramente apaziguar os conflitos, diminuir a tensão no campo, manter a intocabilidade da propriedade fundiária e o privilégio da elite rural.

Na sua primeira administração que perdurou mais de 14 anos, Getúlio Vargas se preocupou em satisfazer tanto as elites agrárias em declínio quanto à elite urbana em ascensão. Para que o país construísse suas indústrias de base era necessário um operariado produtivo e a intervenção do Estado. A classe trabalhadora foi cooptada graças ao populismo do presidente que promulgou as leis trabalhistas (direito a salário mínimo, férias,

⁶O Brasil foi marcado por um fato histórico de grande relevância que findou o Estado Oligárquico: a Revolução de 30, concedeu a presidência à Getúlio Vargas através de um golpe de Estado. O modelo agro-exportador entra em crise, há a necessidade de se industrializar o Brasil e fortalecer o mercado interno, todo este cenário culmina no questionamento do poder da oligarquia. Segundo Ianni (2005) nessa época, as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos das classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários). Ainda que aquelas burguesias não tivessem perdido completamente o domínio do poder político federal (e nos principais Estados da União), a Revolução de 30 representou uma vitória da cidade sobre o campo, ou seja, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais. Desse modo, criaram-se condições políticas que favoreceram a futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, especialmente a partir da década de cinquenta.

aposentadoria), disseminando a ideologia do trabalho.

O Estado, que se apresenta como mediador de conflitos – embora homogeneizado pelas classes dominantes –, como condensação de relações de forças sociais e expressão das contradições de classe, deve incorporar, para obter legitimação, algumas das reivindicações e demandas dos setores subalternos; dessa forma, se estabelece um “pacto de dominação” implícito, onde o Estado inclui e dá resposta a alguns dos interesses e demandas das classes subalternas em troca da sua legitimação. (PASTORINI, 1997, p. 91).

Em 1946, após um período ditatorial exercido pelo governo de Vargas, foi convocada uma Assembléia Constituinte para a elaboração da Carta Constitucional. Nela se menciona a necessidade de se realizar uma reforma agrária, reconhecendo a gravidade do problema. Na ocasião, o senador Luís Carlos Prestes⁷ defendeu o projeto de lei que visava à distribuição de terras para quem a desejasse para produzir; esse processo ocorreria através da desapropriação pelo Estado das terras mal utilizadas. A proposta de Prestes suscitou o debate, introduzindo à Constituição o termo "uso social" da propriedade, e o preceito de desapropriação em caso de interesse social. Esse fato pode ser considerado um avanço, porém não implicou em uma ação prioritária do Estado. As reivindicações e os conflitos em torno da posse da terra aumentavam em grandes proporções, nascem nesse momento, organizações sociais e sindicais⁸ que tinham como proposta unir os trabalhadores rurais em luta e reagir à precária condição de vida da população rural.

No período compreendido entre os anos 1956 e 1961, Juscelino Kubitschek põe em

⁷ Prestes foi membro do Partido Comunista Brasileiro, compôs a Coluna Miguel Costa-Prestes com cerca de 1500 integrantes que durante a década de vinte percorreu vários estados do Brasil objetivando disseminar as idéias comunistas e assim sensibilizar a população – sobretudo a rural - para a realidade brasileira. Comandou Aliança Nacional Libertadora (ALN) que se opunha ao governo de Vargas, motivo pelo qual foi perseguido, preso e exilado; tendo sua anistia concedida apenas com o fim do Estado Novo.

⁸A década de cinquenta foi marcada pelo acirramento das lutas dos trabalhadores rurais, que se organizaram através dos sindicatos filiados a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); em lutas mais radicais com as Ligas Camponesas, denunciando as explorações dos trabalhadores rurais do Nordeste e no Movimento dos Agricultores Sem-Terras (MASTER) divulgando as conseqüências da concentração de terras no Rio Grande do Sul.

prática uma política econômica de desenvolvimento a qualquer custo em um espaço de tempo reduzido⁹. Segundo os teóricos dessa política - denominada desenvolvimentismo - o atraso e a pobreza do país deviam-se a grande participação do setor agrário-exportador na economia brasileira. Para eliminar esse atraso e resolver os problemas decorrentes, era necessário através de reformas políticas e econômicas investir na industrialização do país. Para tanto, o Estado articulou-se com o capital internacional e com os grandes latifundiários. O objetivo geral era “estruturar e articular as bases produtivas para desenvolver uma indústria integrada e moderna” com a maior parte dos investimentos focalizados em três setores: infra-estrutura, sob responsabilidade de investimentos estatais; bens intermediários, com investimentos privados e estatais; produção de bens de consumo duráveis e de capital, com investimentos de capitais privados nacionais e estrangeiros (DIEESE, 2003).

A proposta para agricultura se fundamentava na eliminação do atraso no campo brasileiro pela via da modernização, porém com a manutenção do latifúndio. Para tentar sanar o problema do subdesenvolvimento do Nordeste, por exemplo, foi criada em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Contudo a aproximação do Partido do Presidente - o Partido Social Democrata (PSD) - com as oligarquias rurais, aliado à corrupção e ao desvio de verbas, impediu que o órgão fosse um instrumento para a diminuição das desigualdades sociais na região. A população nordestina, foi obrigada a deslocar-se para outras regiões à procura de trabalho. Muitos deles serviram de mão-de-obra aos grandes empreendimentos, como a construção de Brasília. Em 1957 foi rejeitada no congresso a proposta que estenderia os direitos trabalhistas ao campo.

O governo de João Goulart (1963-1964) apesar de manter algumas propostas de Juscelino Kubitschek teve a preocupação de estender os direitos trabalhistas à população rural.

⁹Sua política era conhecida como "cinquenta anos em cinco", no qual através do Plano de Metas previa a substituição das importações: os produtos, que antes eram importados, seriam fabricados no Brasil. Para isso o Estado investiu no setor público como na construção de estradas, siderúrgica e usinas hidrelétricas. Gerando um endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que aumentou os níveis de inflação e a nossa relação de independência. Houve um grande crescimento industrial com a expansão dos setores de produção de bens de consumo duráveis, automobilístico, têxtil, etc.

Foram criados órgãos e legislações que estavam destinados a dar conta do problema fundiário. Em 1962 foi regulamentado o direito de os trabalhadores rurais se organizarem em sindicatos e, posteriormente, criado um organismo estatal com atribuição de elaborar e executar a reforma agrária – a Superintendência de Reforma Agrária (Supra). No ano seguinte foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo os direitos já conquistados pelos trabalhadores da cidade aos do campo, tais como: registro profissional, férias, aposentadoria por invalidez e velhice.

João Goulart por meio de suas Reformas de Base (agrária, urbana, bancária, educacional) desejava o desenvolvimento do país que passava por uma séria crise econômica (aumento do custo de vida, elevação da dívida externa, inflação, baixo crescimento da economia). O governo optou por um programa fundamentado no incentivo ao capital nacional, reservando ao capital estrangeiro uma posição secundária. Sua proposta de reforma agrária previa a desapropriação de algumas áreas em torno das rodovias, ferrovias e açudes da União; era a chamada Reforma Agrária de beira de estrada que tinha a pretensão de distribuir terras em situações de tensão social, ou seja, retirar os trabalhadores de áreas de conflitos e destiná-los para estas terras distantes. Estas medidas progressistas (nacionalização de algumas empresas e desapropriação para fins de reforma agrária, reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais) e a interlocução do Governo com setores da esquerda, desencadearam uma oposição ferrenha por parte dos grupos conservadores e dos Estados Unidos que impunham barreiras aos empréstimos e à renegociação da dívida externa - indispensável ao êxito das reformas - aumentando a crise econômica. A classe média se mobilizou em uma grande manifestação em São Paulo: a Marcha Nacional da Família com Deus e Pela Liberdade reuniu cerca de 400 pessoas que se posicionaram contra as medidas de Goulart e sua suposta "cubanização", aumentando mais o clima de tensão.

1.1.3 Instauração da Ditadura Militar e a derrocada da Reforma Agrária

Em primeiro de abril de 1964, com o patrocínio dos Estados Unidos da América (EUA)¹⁰, os militares depuseram o presidente João Goulart instaurando um longo período de Ditadura Militar¹¹. Segundo o discurso das Forças Armadas o golpe de Estado foi "a vitória da democracia sobre as ameaças comunistas" que caminhavam rapidamente para se instalar em solo nacional¹². Os militares tinham em seu discurso a promessa de entrega do governo aos civis logo após a reorganização do país, contudo ocorreu o chamado "golpe dentro do golpe" com a retirada do primeiro presidente - Marechal Castelo Branco – e a sua substituição

¹⁰ Após o fim da Segunda Guerra Mundial se inicia o período denominado Guerra Fria, no qual o mundo foi dividido entre dois pólos de poder – EUA e União Soviética – iniciando uma disputa ferrenha de territórios para o controle, gerando tensões e conflitos armados (nos países periféricos como Coréia e Vietnã). Dessa forma, os EUA proclamam como missão nacional "a contenção do expansionismo soviético"; sua estratégia trilhada (já bastante antiga) consistia em dominar o maior número de países, financiando ditaduras militares em diversos continentes, sobretudo na região da América Latina. No Brasil, as Forças Armadas depuseram o presidente João Goulart em 1964, golpes semelhantes se sucederam em outros países: Arturo Illia, 1966; Salvador Allende no Chile, 1973; Isabel Perón na Argentina, 1974. A ditadura militar proporcionou uma incontestável influência sobre estes países, criando uma verdadeira dependência política, cultural, técnica, econômica e militar. Como instrumento de dominação os Estados Unidos criaram a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, com a finalidade de servir de instrumento da hegemonia estadunidense sobre todo o hemisfério americano. Outro órgão foi criado em 1961 com o mesmo intuito; a Aliança para o Progresso (idealizada e apresentada pelo presidente Kennedy); estabelecia a cooperação técnica e financeira às Nações latino-americanas, para que estas promovessem reformas estruturais necessárias a um desenvolvimento econômico. Contudo, seguindo a cartilha norte-americana; visando o aumento do consumo afim de melhor atender ao comércio exportador dos EUA e também impedir a ocorrência de revoluções que pudessem levar ao comunismo.

¹¹

O Golpe Militar, estabelece um período que se estendeu por cerca de 20 anos na mão de governos militares, foram ao todo cinco. Tinham como sustentáculo do regime o autoritarismo materializado legalmente pelos Atos Institucionais (AI). O primeiro Ato anulava as garantias constitucionais, estabelecendo um prazo de sessenta dias durante os quais poderia se cassar mandatos e suspender direitos. Outros Atos foram editados, eles extinguíam os partidos políticos e cancelavam os seus registros; transformando os sindicatos em entidades meramente assistenciais e como instrumento de controle; permitiam a agremiação dos parlamentares apenas em duas legendas a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); suspendia o direito de *habeas corpus* no caso de infração da Lei de Segurança Nacional. A marca desses governos foi a repressão, para tal foram criados órgãos como o DOI-CODI, para combater qualquer idéia de oposição. O governo atendia apenas os interesses de parte da classe média como se fosse de toda a nação. O saldo do Regime Militar foram muitas pessoas exiladas, centenas de desaparecidos e torturados nos porões e salas de interrogatório dos quartéis.

¹² O jornalista Dênis de Moraes em seu livro "A esquerda e o golpe de 64" discute como estava o Brasil antes do golpe de Estado. Segundo entrevistas com os protagonistas daquele período, não se tinha uma ameaça concreta da esquerda em assumir o poder de forma autoritária e revolucionária; os partidos de esquerda estavam divididos devido à disputa eleitoral, que ocorreria após o término do mandato do presidente João Goulart. Francisco Julião (membro do movimento camponês Ligas Camponesas) ao ser entrevistado por Moraes afirma: "Ninguém estava preparado para a resistência. Todo mundo estava voltado para a eleição. Todo mundo pôs na cabeça que era possível chegar a uma transformação radical da sociedade brasileira sem um tiro. Achava-se que o voto teria muito mais força que o fuzil.(...) os partidos políticos, que não tinham uma grande estrutura mas líderes carismáticos, como Lacerda, Jânio, Brizola, Prestes, estavam na expectativa de uma grande batalha pela Presidência da República. Todo mundo estava pensando em formar coligações para ganhar a maior fatia e chegar à Brasília. Enquanto isso, a direita conspirava, porque sabia que perderia as eleições para um candidato mais avançado." (MORAES, 1989, p.230)

por um grupo mais radical, conhecido como linha dura. O apoio do setor midiático foi fundamental para o golpe e para a permanência dos governos por um período tão extenso de tempo; veiculando idéias distorcidas sobre o socialismo e do êxito dos governos militares como o "milagre econômico" que de fato ocorreu, porém sobre os pilares do nosso endividamento com os órgãos internacionais.

A construção da hegemonia do grupo dominante não se restringe às relações de dominação e exploração no terreno da economia, mas remete à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de uma classe que, sendo dominante, é também dirigente no interior da própria classe e diante das frações majoritárias das demais classes. (MOTA, 2005, p.32)

No que se refere à questão agrária, oito meses após o golpe o governo promulga uma lei para dar conta dos conflitos no campo, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64). O texto foi a primeira proposta articulada de reforma agrária na história do Brasil. Para implementar o Estatuto cria-se um órgão responsável: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA); e em substituição à Supra o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) destinado ao desenvolvimento da agricultura. Dois anos depois o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que não saiu do papel. Em 1970 criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fruto da fusão do INDA e do IBRA.

Pouco tempo depois do golpe de 64, o governo do marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco de terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra. (MARTINS, 1984, p.22)

O Estatuto classificava os imóveis rurais em quatro categorias segundo a extensão e a forma de exploração da terra: minifúndio, latifúndio, latifúndio por extensão e empresa rural. Para Medeiros (2003) o objetivo da reforma agrária era a gradual extinção de minifúndios e

latifúndios, considerados como fontes de tensão social no campo. A empresa, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de imóvel.

Essa legislação dava impressão que iria solucionar o problema da distribuição de terras no Brasil, através de condições institucionais que possibilitaria a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, porém a parte que tratava da política agrícola (modernização da agricultura) foi priorizada em detrimento de uma política agrária distributivista. Os incentivos fiscais e as facilidades para que as propriedades tornassem empresas rurais, foram restritas a uma elite. A letra do Estatuto era contraditória, pois ao mesmo tempo em que incentivava o desenvolvimento da empresa rural capitalista, tinha também como proposta a reforma agrária, duas ações incompatíveis ¹³.

O Estatuto abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem-terra: a reforma agrária beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação empresarial. Ao mesmo tempo as desapropriações só ocorreram no caso de conflito ou de tensão social grave. Entre 1965 e 1981, o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária conforme levantamento feito no Senado Federal. O que dá menos de 8 desapropriações por ano, enquanto que o número de conflitos por causa de terra foi de pelo menos 70 por ano. (MARTINS, 1984, p.22)

No período de vigor do governo militar o debate e a organização dos trabalhadores rurais foram sufocados, assim como todos os movimentos ¹⁴ que contestavam o modelo de sociedade vigente e reivindicava direitos. A promessa de reforma agrária e a criação do

¹³ Segundo Sorj (1980) a legislação não determina uma política. O Estatuto da Terra, na sua ambigüidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.

¹⁴ Os anos após a instauração do Regime Militar representou um acirramento das práticas coercitivas para com os movimentos sindicais, estudantis, políticos e artísticos. As liberdades partidárias, de organização e de imprensa foram cassadas. Apesar da severa repressão, alguns grupos com ações mais radicais surgiram; resistindo e manifestando-se contra o Governo, levantando algumas bandeiras de lutas, dentre eles se destacam: a Ação Libertadora Nacional (ALN) liderada por Carlos Marighela; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) comandada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MVR8) e os guerrilheiros envolvidos na Guerrilha Rural do Araguaia .

Estatuto da Terra foram estratégias utilizadas pelo governo para apaziguar as lutas dos camponeses e tranquilizar os grandes proprietários, que temiam o avanço das idéias comunistas. Ao invés do governo atender os interesses dos trabalhadores, ele presenteia à elite com uma política agrícola que se fundamentava na modernização conservadora com mudanças na base técnica e integração ao mercado internacional, tornando o mercado de terras no campo cada vez mais especulativo. O Estatuto também determinava que o problema da estrutura fundiária seria resolvido através da colonização, e apenas em caso de tensão social ocorreria à desapropriação.

(...) o golpe de Estado põe fim às alternativas que estavam contidas nas lutas camponesas a época e deixava em aberto apenas o caminho da sindicalização. Ao mesmo tempo, através do Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: O Estatuto abre a possibilidade de reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária em âmbito nacional. O governo militar poderá, assim a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor da primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é à estabilidade do regime militar. (MARTINS, 1981, p.31)

Com este processo, o capital passa a dominar as atividades econômicas no meio rural sem alteração da estrutura agrária. Permanece a separação dos trabalhadores aos meios de produção. Transcorridas algumas décadas da vigência do Estatuto da Terra pouco foi feito para modificar a realidade do trabalhador rural.

O Brasil foi saqueado desde o seu "descobrimento" até os dias de hoje. Financiamos o enriquecimento e o desenvolvimento de outros países a custo da opressão, expropriação e miserabilidade da nossa força de trabalho. A não democratização das propriedades rurais é resultado de um processo histórico de apropriação privada destas pelas elites; já nascemos com uma estrutura fundiária concentrada, onde os reais donos da terra e os trabalhadores não desfrutaram das riquezas que são produzidas. A propriedade da terra sempre foi um

patrimônio intocável e uma reserva de valor. Uma Reforma Agrária pautada na distribuição de renda e riquezas com a democratização do uso da terra representa a possibilidade de ascensão do trabalhador rural e a solução para diversos problemas sociais.

1.2 Anos 60 e 70 - Governo militar, modernização da agricultura e a proposta de Política Agrária

A Ditadura Militar (1964-1985) criou condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrícola que aumentaria a concentração de terras na mão de empresas capitalistas, acelerando o processo de desenvolvimento do país. A modernização da agricultura brasileira nos moldes capitalistas implicou na transformação/dissolução da agricultura familiar camponesa e no aumento do êxodo rural. O Estado incentivou a monocultura em larga escala em detrimento da agricultura familiar expandindo as áreas de fronteira agrícola e consolidando um pacto com os latifundiários e o grande capital.

A política para agricultura do Governo Militar - materializada legalmente no Estatuto da Terra - previa a necessidade de uma modernização gradual das propriedades agrícolas - via implementação da grande empresa rural - para a superação da situação de atraso do país. No entanto, os incentivos fiscais concedidos pelo Estado foram restritos a uma parcela pequena dos interessados – grupos empresariais; esses ampliaram a sua produção devido à implementação de tecnologia, mecanizando todo o processo produtivo. Essa modernização desenvolveu e incentivou um setor industrial para suprir as demandas de máquinas beneficiadoras; tratores compatíveis com a produção em larga escala; produtos químicos para proteção da lavoura, destruição de ervas daninhas e estímulo à produção (agrotóxicos e herbicidas), o que levou a integração do capital urbano industrial com o agrário.

O modelo agrícola adotado pelos militares aumentou a demanda por terra, despertando novos conflitos no meio rural. Os pequenos produtores sem condições de se adequar à essa

modernização sofreram um processo acelerado de empobrecimento. A mecanização da produção foi responsável pela "liberação" de muitos trabalhadores, tanto dos que se empregavam nas grandes propriedades e foram dispensados, quanto os que abandonaram a sua produção de caráter familiar pela impossibilidade de competir com a alta produtividade das empresas rurais. Tal cenário demonstra a elevação da composição orgânica do capital, visto a redução do capital variável - representado pela força de trabalho- e a expansão do capital constante caracterizado pelo maquinário.

A propriedade rural se torna cada vez mais concentrada e extensa, devido à apropriação de novas áreas (não só adquiridas através da compra, também da incorporação indevida das pequenas propriedades).

Este contingente populacional sem-terra tornou-se um problema para o Estado; a medida encontrada para amenizá-lo foi a criação dos Programas de Colonização em terras públicas. Esses tinham como lema "integrar para não entregar", objetivando "dar" terras para os homens sem terras; dessa forma amenizar-se-ia os conflitos através da cooptação desses trabalhadores (afastando-os de idéias e movimentos de oposição) e ocuparia as áreas devolutas de modo a protegê-las contra a entrada de estrangeiros (diminuição do vazio demográfico). O governo militar com essas medidas, distanciou-se cada vez mais da proposta de uma Reforma Agrária que, aliás, nunca pertenceu a sua pauta de atuação, vide um dos motivos alegados para o Golpe de Estado: o medo das ações que tendiam à modificação da estrutura agrária pelo deposto presidente João Goulart.

A colonização da Amazônia, ou melhor, as condições de ocupação legal e/ou produtiva do solo permitidas pela abertura das grandes rodovias federais, se transformou no ponto de encontro de interesses sociais diferentes. Por um lado, a massa de camponeses pauperizados, encontrava na colonização a possibilidade de afirmar suas formas específicas de produção, através da ocupação da terra que permite a reprodução do trabalho familiar. Por outro lado, o capital tratava de canalizar em seu favor a mais valia que o Estado colocava à sua disposição através de incentivos fiscais e da renda fundiária fundadora e institucional que a implantação de projetos agropecuários possibilitava . (SORJ, 1986, p. 107)

Aqueles que se aventuraram no deslocamento para as áreas de colonização eram, em sua maioria, trabalhadores rurais que foram " expulsos " das suas terras devido a diversos motivos: o ingresso de empresas no campo que ao se mecanizarem dispensaram um grande contingente de mão-de-obra; o enfrentamento de obstáculos para permanecer na atividade agrícola como as dificuldades econômicas (financiamento para a produção através de créditos) e de se inserir em um mercado tão competitivo devido aos baixos preços da produção em larga escala; o monopólio da terra pelos grandes latifundiários que as mantêm como reserva de valor, não cumprindo a sua função social; a dificuldade dos filhos dos agricultores de adquirir suas próprias terras depois de se emancipar dos seus pais; entre outros. Pela dificuldade de se competir com o grande proprietário os trabalhadores de várias localidades do país deslocam-se para as regiões de fronteira agrícola, como ressalta Martins:

Enquanto os grandes proprietários se apropriavam de imensos territórios na região amazônica, recriando ali, em escala ampliada, o latifúndio, açambarcando terras em princípio destinadas a absorver os excedentes populacionais de outras regiões, nas áreas antigas continuaram operando os fatores de expulsão e de conflito. No Rio Grande do Sul e no Paraná, a disseminação da soja e do trigo trouxe consigo a concentração fundiária e a expulsão dos lavradores, muitos dos quais se lançaram nas estradas, a caminho do Mato Grosso e de Rondônia. No Espírito Santo e na vizinha parte de Minas Gerais, a erradicação do café e o plantio de pastagens pôs na estrada multidões inteiras rumo a Rondônia. As populações expulsas do nordeste, pela seca ou pelo latifúndio, prosseguiram e acentuaram as correntes migratórias na direção da Amazônia Oriental., na direção do Maranhão, de Goiás, do Mato Grosso e do Pará. (MARTINS, 1981, p. 37)

A propaganda da existência de terras devolutas enchia os olhos de muitas pessoas (sobretudo trabalhadores sem terras), que se deslocavam para o Centro-Oeste e Norte do país de forma desordenada. Estes projetos já existiam anteriormente ao governo militar, porém os fluxos migratórios aumentaram significativamente a partir da década de 60 e redesenharam outras rotas como as de áreas pouco povoadas. A política de colonização foi incentivada, pois

dessa forma se minimizariam os conflitos por terras em áreas que havia tensão. Para conseguir um pedaço de chão, bastava se instalar, abrir uma clareira na mata, plantar uma roça e demarcar a área desejada; em seguida, deveria solicitar o título de posse que não seria o título definitivo, esse só sairia posteriormente. Esse processo não era algo tão fácil para pessoas analfabetas e sem recursos. Muitos não solicitaram o registro da terra em seu nome sendo considerados apenas posseiros - não detentores do título da terra.

O Programa de Colonização e o Estatuto da Terra funcionavam respectivamente como uma contra-reforma e uma lei morta, pois não houve nenhuma política eficaz de fixação do homem no campo, muitos foram destinados a regiões devolutas e sem infra-estrutura como as áreas em torno das Rodovias: Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá- Santarém, Cuiabá-Porto Velho. Os colonos se instalavam nas residências de posseiros que, segundo relatos, quando chegavam em suas casas após um dia de trabalho, encontravam pessoas estranhas dizendo que as terras não eram mais dos moradores locais. Os latifundiários contratavam pistoleiros para reprimir e expulsar a população local, ocorrendo inúmeros genocídios e assassinatos. O projeto de colonização pública colocou índios, posseiros, colonos, trabalhadores e grileiros em “pé de guerra”. Na década de setenta, em defesa dos colonos e posseiros nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - instituição ligada à igreja católica criada em 1975 - e, em defesa dos Índios, o Conselho Missionário Indigenista (CMI).

Esses projetos não deram certo devido exatamente à falta de assistência técnica, financeira, médica e escolar. A dificuldade para escoar a produção e até mesmo à falta de preparo de muitos colonos para o trabalho na terra. Muitas famílias acabaram alugando suas casas e lotes para migrantes sem terra que chegavam à região. Os projetos de colonização, principalmente os do norte do Mato Grosso atraíram milhares de migrantes. Muitos ficaram sem lote e passaram a constituir mão de obra disponível para os grandes proprietários e das empresas agropecuárias e minerais. (MORRISSAWA, 2001, p.102)

Muitos colonos, sem condições de trabalhar no cultivo da terra, empregaram-se nos projetos agrominerais e agroindustriais e nas construções de obras governamentais e na abertura da floresta. Outros, ao não se adaptarem à nova realidade e nem conseguir vislumbrar

o progresso naqueles ambientes, optaram pela volta aos seus locais de origem, onde também não encontravam formas para se reproduzir; aumentando o clima de insatisfação com o Governo e o contingente de desempregados. Nessa época, segundo Martins (1984), houve a militarização da questão agrária na qual as decisões a respeito dos problemas fundiários seriam transferidas para o Conselho de Segurança Nacional (CSN) com a intervenção militar para manter sob controle os conflitos e os movimentos sociais, institucionalizando a intervenção do exército na questão fundiária.

(...) o Estado amplia e estende a sua capacidade de repressão ao campo para proteger os interesses econômicos que ele próprio estava estimulando. Documentos abundantes têm sido reunidos mostrando que, na verdade, todo o aparato institucional da justiça, da polícia, etc., se tornou caudatário do poder privado das empresas. É comum, na Amazônia Legal, uma ação de despejo, que concretiza uma decisão do juiz, ser levada a efeito por um oficial de justiça e executada por uma tropa de jagunços da fazenda e com os meios de transportes da fazenda etc. O poder público torna mera extensão do poder privado. Nessas áreas de tensão isso é absolutamente claro. (MARTINS, 1984, p. 67)

O auge do envolvimento militar nas questões fundiárias foi a criação em 1980 de órgãos - ligados ao CSN - em áreas estratégicas onde existiam mais conflitos, objetivando repreender os trabalhadores rurais: o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) o Grupo Executivo do Baixo Amazônia (GEBAM) e o Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários (MEAF). O próprio Ministério, em sua criação, foi entregue à cargo de um general. Através da militarização, o governo tenta controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica (MARTINS, 1984).

A repressão ao movimento camponês, a partir da década de 1964, tem, fundamentalmente, o objetivo de destruir este caráter político de suas reivindicações, esvaziá-lo em suas propostas alternativas, reduzindo a reforma agrária a uma simples questão técnica, vinculada ao aumento da produtividade (SILVA e VANDERLEY, 1980, p.VIII)

Enquanto a população se iludia com a política de distribuição de terras o que realmente ocorreu foi a entrega de grandes áreas aos grupos capitalistas nacionais e internacionais para a exploração e controle dos recursos naturais.

Todo esse processo ocorreu por meio da atuação direta do Estado capitalista na era dos monopólios iniciada, em âmbito mundial, em meados de 1875, e no Brasil com a entrada das empresas monopólicas em meados do século XX. O Estado atua como "'comitê executivo' da burguesia monopolista- opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista" (NETTO, 2005, p.26). Muitos grupos econômicos potencializavam a acumulação capitalista por meio de incentivos fiscais, empréstimos a juros baixos e a perder de vista, utilizando-se de mão de obra barata à disposição, matéria prima em abundância e infra-estrutura em processo de construção - malha ferroviária, rodovias, pontes e hidrelétricas. Segundo Netto (2005) o Estado nessa fase do capital possui um leque diferenciado de funções, dentre elas a função econômica direta e a indireta.

O elenco de suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que freqüentemente se segue, superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As *indiretas* não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do estado aos grupos monopolistas assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto- recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transportes e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar os gastos com investigação e pesquisa. (NETTO, 2005, p.25-26)

Nessa fase a agricultura passa a ter importância fundamental, no Brasil, o desenvolvimento capitalista na agricultura se deu de forma desigual e contraditória, baseado

na reprodução ampliada do capital através da incorporação dos lucros decorrentes da exploração dos trabalhadores. O latifundiário não se contenta em dominar apenas a forma assalariada de trabalho, ele engloba outras formas como o trabalho escravo, o trabalho familiar, a parceria, etc. Nessa conjuntura não é o proprietário rural que se transforma em um empresário capitalista, é o capitalista que se torna um proprietário de terras (latifundiário).

No campo, a associação entre militares e os grandes proprietários de terra se deu para concretizar transformações econômicas baseada na expansão do capital. Em outras palavras, a ditadura militar promoveu ou intensificou, quando foi o caso, a associação entre o grande capital e a propriedade da terra. As políticas de subsídio à agropecuária e, sobretudo a política de incentivos fiscais, que teve amplas conseqüências na ocupação da Amazônia Legal pelas grandes empresas do sul e do sudeste, e que teve também grandes conseqüências na execução de projetos de reflorestamento, foram a garantia de que o Estado Militar se empenhava nessa associação. É nessa perspectiva que, a meu ver, que se pode entender corretamente o Estatuto da Terra. (...) O Estatuto já preservava da reforma agrária, antecipadamente, as chamadas empresas rurais. A política de incentivos, por seu lado, estimulou o desenvolvimento de empresas rurais. Os capitalistas foram estimulados a se converterem em proprietários de terra e os proprietários de terras foram convidados a modernizarem suas propriedades, a se associarem ao grande capital ou a venderem suas terras em condições altamente favorecidas pela especulação imobiliária decorrente da própria política de incentivos. (MARTINS, 1986, p. 91)

Os capitalistas nacionais e estrangeiros (políticos, donos de empresas, latifundiários) se transformam nos maiores detentores de terras em larga escala no Brasil. De acordo com Oliveira:

O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jarí. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi 'nacionalizado' no governo Figueiredo, quando passou para um grupo de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) (...), tinha a superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a 'peonagem', relação de trabalho também chamada de 'escravidão branca'. Em outras palavras a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, 1999, p. 2)

Em nome do desenvolvimento o governo “fecha os olhos” para a invasão dos grupos capitalistas, burlando até as leis de aquisição de terras pelos grupos internacionais; intensificando o processo histórico de concentração de terra. Promoveu-se a modernização técnica do campo sem mexer com a estrutura fundiária.

1.3 Impactos da modernização da agricultura - expropriação e proletarização do trabalhador rural

Como já vimos, no Brasil, historicamente estabeleceram-se diversas práticas que levaram a expulsão dos camponeses das suas propriedades, formando um grande contingente de pessoas aptas para trabalhar nas grandes propriedades ou migrar para os centros urbanos a procura de emprego. Foi no período ditatorial com o advento da modernização da agricultura que esse processo se intensificou.

A utilização de técnicas para a falsificação dos documentos de posse da terra foi e ainda é uma prática muito comum. Através do envelhecimento da escrituras (em caixas com grilos para gerar um tom de velho ao papel), dava-se aos “grileiros” o direito à terra e de expulsar os trabalhadores, depois era só regularizá-la. Muitas terras públicas e de posseiros, foram apropriadas indevidamente dessa forma. Para os nativos posseiros a saída era negociar a propriedade com os latifundiários que “apareciam” dizendo serem proprietários por terem o título - grilado - nas mãos. Na negociação, era comum a perda de parte das terras. Muitas vezes os donos dos cartórios, as autoridades locais e os funcionários dos órgãos competentes - como o INCRA - eram os próprios fraudadores interessados nas terras, o que facilitava o processo de grilagem.

A partir de meados da década de sessenta, as máquinas tendem a substituir o trabalho braçal - modernização da produção com introdução de alta tecnologia. Um número expressivo

de lavradores ficou a mercê dos trabalhos sazonais e das atividades extrativistas; tornando-se meeiros, peões, trabalhadores assalariados nas fazendas daqueles que lhes usurparam as terras. Muitos beneficiários do programa de colonização do Governo Militar venderam seus lotes a preço reduzido. Otávio Ianni em seu livro “A luta pela terra” narra com precisão os diversos problemas fruto da expansão do capitalismo na região amazônica, mais precisamente no município de Conceição do Araguaia (PA).

A economia e a sociedade locais libertam-se bastante do ritmo e andamento que os rios Araguaia e Tocantins conferiam a sua vida econômica e social. Tudo isso ocorre a partir da década de 1960, quando se termina a construção da Belém-Brasília; (...). Segundo, fora os incentivos fiscais inaugurados pela SUDAM¹⁵, em 1966, para a criação e a expansão da grande empresa agropecuária em certas áreas da região amazônica, inclusive o município de Conceição do Araguaia. Em poucos anos, toda a área foi tomada de uma espécie de “febre pecuária”. Derrubam-se as matas e constroem caminhos e estradas para que criem e expandam as fazendas de gado. Embora a vocação da Amazônia não possa ser definida numa única atividade econômica, confia-se na pecuária como o principal agente de ocupação e integração da Região norte. O gado é a linha de frente e, como gostam de dizer os economicistas, a integração se processa pela pata do boi. Atrás dele deverá vir à agricultura, atividade realmente capaz de fixar o homem a terra. (IANNI, 1978, p.112)

Outra forma de "liberação" de mão de obra para as empresas capitalistas foi a construção de grandes obras “faraônicas” como usina hidrelétricas (Itaipu, Balbina e Tucuruí) e rodovias (Transamazônica, Perimetral-Norte, Ferrovia do Aço). Essas ignoravam a existência de tribos indígenas, dos posseiros e das comunidades ribeirinhas, tornando regiões propícias a conflitos.

A hidrelétrica de Itaipu construída no Estado do Paraná em 1970, foi marcada pela expulsão dos camponeses de suas terras numa escala nunca vista antes no Brasil. Segundo MORISSAWA (2001) no prazo de dez anos, foram cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais. Parceiros, posseiros e arrendatários já sofriam um processo de expulsão devido à mecanização da agricultura. Para piorar a situação a construção da hidrelétrica Binacional de

¹⁵ A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), agência governamental, dentre outras funções, cedia linhas de crédito e incentivos fiscais, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros.

Itaipu levou a desapropriação de mais de 12 mil famílias de oito mil municípios do extremo oeste do Estado. A população desta região não recebeu as devidas indenizações, o valor não pagaria terras produtivas em outras áreas, a saída encontrada foi "engrossar" o processo migratório para as regiões onde existiam os programas de colonização do governo federal ou ocupar terras como forma de resistência e sobrevivência se organizando em movimentos de atingidos por barragens:

A região sul do Brasil funcionou como local de retomada das lutas sociais em torno da posse de terra, mesmo em momentos de grande repressão por parte do Governo Militar. Diante do poder dos aparelhos estatais, da inevitável desapropriação, e, sentindo-se "despejados", as vítimas da construção da hidrelétrica passaram a se organizar e recebendo o apoio de vários segmentos da sociedade, dentre eles, o da Comissão Pastoral da Terra. Fundaram o Movimento Justiça e Terra se utilizando da tática de ocupação para que as reivindicações fossem atendidas tornando a desapropriação mais justa. Alguns conseguiram uma maior indenização e terras para serem assentados. Porém, muitos ficaram sem nenhuma assistência. Outros movimentos semelhantes surgiram no Estado do Paraná: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (Mastel), o Movimento do Agricultores Sem terra do Centro-Oeste do Paraná (Mastreco), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (Masten), entre outros .

Fato semelhante ao da hidrelétrica de Itaipu, ocorreu nas regiões por onde passa o Rio São Francisco; ele transforma as terras áridas do sertão em férteis, estabelecendo o sustento de milhares de pessoas (irrigação do roçado pesca e criação de animais). Contudo, esse cenário se modificou na década de setenta; desenvolveu-se na região projetos de aproveitamento das suas águas para a geração de energia elétrica através de barragens, como ocorreu no município de Sobradinho (BA). A obra tinha por finalidade aumentar o fornecimento de energia e possibilitar a agricultura irrigada em escala empresarial. A barragem formou o maior lago

artificial do mundo em espelho d'água alagando sete municípios. Nesse acontecimento, foram desalojadas 12 mil famílias - aproximadamente 72 mil pessoas.

Nenhum projeto foi realizado para assentar aquela população. Sobradinho reflete a imposição de um modelo de desenvolvimento agroindustrial que interioriza o capital no campo e visa universalizar e homogeneizar todo espaço físico e social num processo determinado a partir de fora, em função de interesses externos e internos associados, sob o patrocínio direto e indireto do poder público. As tradições dos moradores locais juntamente com a fauna e flora não foram respeitados. Tudo isso demonstra a forma pela qual o capitalismo adentra nas regiões interioranas do Brasil. Milhares de hectares alagados, derrubados para a implantação da monocultura, pisoteados pelo gado ou apenas terras improdutivas servindo de especulação imobiliária. Os desastres ambientais e o impacto sobre as comunidades são imensos como, analisa Bomfim em seu artigo Movimentos sociais de trabalhadores no Rio São Francisco que discute as conseqüências da construção da barragem de Sobradinho:

Violência, baixas indenizações, desorganização da produção e falta de perspectivas para os trabalhadores rurais havia sido o saldo deixado pela Companhia hidroelétrica do Rio São Francisco. As seqüelas existem até hoje: uma parte daquela população ainda vaga, miserável, pelos sertões. Os danos ambientais foram consideráveis. A sucessão de barragens ao longo do rio fez com que a flora da área ribeirinha praticamente desaparecesse. As alterações climáticas provocadas pelos lagos e vasto desmatamento processado para a realocação das cidades e das áreas de agricultura e pastoreio ainda estão sendo estudadas. A fauna, apesar de eventuais operações de resgate, morreu afogada ou viu seu habitat se reduzir drasticamente. O surubim, peixe de piracema típico da região, está impedido de subir o rio para se reproduzir, já que não há "escadarias" nas barragens. (BONFIM, 1999, p.17)

Estes investimentos foram responsáveis pela expulsão de um grande contingente de trabalhadores das suas terras, ocorreu de forma desrespeitosa, promovendo um efeito histórico-psicológico para com as famílias daquele lugar. As comunidades foram deslocadas para outras regiões que provavelmente não possuíam a mesma dinâmica das terras de origem

ou lhes foram pagas irrisórias indenizações. A forma com que se olha para essas populações interiorizadas e pauperizadas nos remete o olhar do colonizador sobre sociedades tribais e primitivas tratando-as como não detentoras de direitos; em nome do progresso se destroem povoados e as suas histórias.

O professor José de Souza Martins trata em seu livro “A chegada do estranho” os impactos e lesões causadas nas populações nativas, colocando que além de se usurpar os meios para sua sobrevivência o projeto econômico não considera a existência daquele sujeito como tal.

Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o de remoção dessas populações (como aconteceu com os *Kreenakarore*, com a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém; ou com os parakanã, devido a abertura da rodovia Transamazônica e a construção hidrelétrica de Tucuruí (...)) Algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implementação dos grandes projetos governamentais – seja aniquilamento pela integração e assimilação. (MARTINS, 1993, p. 62)

Mais adiante ele acrescenta:

Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 63)

O que se pode perceber diante dessas inúmeras estratégias do capital, de aumentar seus lucros expandindo-se para outros ramos é de que fica cada vez mais difícil a sobrevivência dos trabalhadores na agricultura. A terra se torna privativa dos que possuem capital, trabalhar nela fica cada vez mais difícil, só pode produzir quem possui determinados insumos e defensivos para certas sementes modificadas.

A tendência é desses trabalhadores migrarem para os centros urbanos ou se mantêm no rural como assalariado (no corte de cana, por exemplo). Há com isso, mudanças culturais

importantes que deixa de ser produzida pela relação de proximidade com a natureza - adubar a terra com plantações alternada, plantar em lua específica para a colheita ser prospera sem a proliferação de pragas.

O homem ao se proletarizar perde seus costumes já que esses não são mais úteis em outras regiões; os que permanecem no campo são obrigados a desenvolver formas de sobrevivência como mobilizar todos os integrantes da família, inclusive as crianças, para aumentar a produção ou se subordinar a trabalhos exaustivos, degradantes, insalubres e sub-humanos como ocorre no corte de cana em algumas regiões, esfacelando e colocando em risco o modelo de agricultura familiar.

No que se refere ao êxodo rural¹⁶, segundo Singer (1983), as migrações campo-cidade são caracterizadas através de fatores de atração e de expulsão correlacionadas ao modo de produção capitalista, que desemprega no campo e cria esperanças de trabalho na cidade. O autor coloca como causa principal para as migrações a criação de desigualdades regionais “(...) o nível de vida da população permanece baixo, os horizontes culturais se mantêm cerrados e as oportunidades econômicas quase inexistem.” Os fatores de expulsão podem ser de duas ordens: fatores de mudança e fatores de estagnação. O primeiro é decorrente das relações de produção capitalista que adentram nas áreas interioranas transformando a agricultura em um ramo da indústria expropriando os seus moradores; já o segundo refere-se à estagnação da agricultura familiar ocasionada por uma pressão populacional sobre uma disponibilidade de terras cultiváveis fruto da monopolização pelos grandes proprietários ou insuficiência de física de terras.

A mobilidade espacial campo-cidade carrega em si o desejo de mobilidade econômica e social, não se encontra no lugar de origem condições para a reprodução do indivíduo e de

¹⁶A variação de população de um determinado local pode ser considerada fruto de três fatores: mortalidade, fecundidade e migração. Quando pensamos o Brasil observamos que os fluxos migratórios sempre existiram e se intensificaram em determinadas épocas. Os seus determinantes e destino (trajeto) assumem novas formas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Segundo conceitos gerais o migrante é o indivíduo que morava em um determinado local e saiu dele para outra região. Ele possui uma origem e um destino.

sua família restando para esse migrar para alguma região onde ele possa solucionar tal problema. Os deslocamentos respondem às necessidades naturais de sobrevivência - comida e roupas - e alimentam sonhos de melhoria de vida. Muitas vezes, os fluxos ocorrem em certos períodos do ano respeitando o calendário do plantio e colheita. É comum o deslocamento de apenas alguns membros da família - geralmente os homens da casa.

Os processos migratórios representam ao longo dos anos um problema social. As cidades passam por crises caracterizadas pelo subemprego, desemprego, favelização, violência e criminalidade. Sem qualificação o trabalhador rural se subordina a trabalhos braçais exaustivos e contratos precários. A existência desse grupo em baixas condições de vida é fundamental para o modo de produção capitalista. Quanto maior for à quantidade de trabalhadores desejando uma ocupação, menor será o salário e maior a flexibilidade dos vínculos empregatícios, contribuindo para aumentar a miséria no campo e nas áreas urbanas.

Pode-se concluir, então, que todo o processo de modernização da agricultura insere progressivamente o Brasil na lógica da sociedade moderna, ele se urbanizou e modificou as relações de produção na agricultura deixando para trás o país atrasado e arcaico. Porém essa transição se realizou de forma capenga e representou benefícios apenas para alguns setores na sociedade; essa modernidade reproduz e atualiza o que se tem de mais atrasado como o trabalho semi-escravo e escravo, intensificando os níveis de pobreza e de exclusão social, contribuindo para a formação de uma população "sobrante".

Em outras palavras, o Brasil se moderniza e se torna um país urbano, mas não consegue equacionar os seus problemas oriundos da concentração de terra. Ele permanece com uns dos maiores índices de concentração fundiária do mundo, juntamente com os problemas que ela acarreta: desigualdades sociais, produção cara de alimentos, fome, exploração da mão de obra, concentração de renda e riqueza na mão de uma minoria. Em

pleno século XXI há a presença de trabalho escravo em solos brasileiros e o poder de grandes grupos empresariais que influenciam na construção das leis.

A moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios” inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, super exploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria. (SILVA, 1994, p.139)

O golpe de 1964 abortou a concretização de uma política séria de reforma agrária e gerou problemas sociais que até hoje não equacionamos. Não conseguimos: concretizar projetos sérios que impulsionem o modelo de agricultura familiar; viabilizar uma produção "de baixo custo" para suprir o consumo interno e uma agricultura que não gere danos ao meio ambiente. Ao contrário, o Brasil agora convive com o agronegócio que contamina, desmata e degrada o meio ambiente.

Por outro lado, esse processo cria, contraditoriamente, as condições subjetivas e objetivas para a emergência de movimentos no campo brasileiro, que tem como expressão maior o surgimento do MST, na década de oitenta . Os trabalhadores rurais se organizam e radicalizaram a luta através de ações ousadas, com a forte repressão e criminalização, tanto no período ditatorial quanto no período democrático de direito. A luta pela terra foi e tem sido rebatida com violência, marginalizando os sujeitos que lutam por seus anseios e direitos. Isso fica claro quando observamos os números da repressão e assassinatos no campo mostrado em um dossiê que a CPT realiza, competentemente, anualmente. Ao invés de o governo desenvolver uma política de Reforma Agrária que fixe o homem a terra, desenvolve projetos de colonização que oprime os moradores locais e intensifica mais a apropriação privada da terra. As lutas representam a negação à expropriação e a tentativa de reconquista da identidade do trabalhador do campo.

Foi nesse bojo de modernização da agricultura que há a retomada da organização da luta por terra silenciadas no período militar. As ocupações surgem como espaço de luta e resistência do trabalhador rural e estratégia para pressionar o Estado a se mobilizar em torno de uma reforma agrária como uma política pública que tenha como objetivo a democratização da terra e não uma política compensatória.

CAPÍTULO 2

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

**“Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada”
Carlos Drummond de Andrade**

A história do nosso país é marcada por movimentos sociais de contestação o que demonstra a resistência de nossa população a todas as formas de opressão. Desde a colonização do Brasil por Portugal, houve a recusa a essa dominação; os índios

protagonizaram as primeiras manifestações contra os colonizadores. Essas lutas englobavam também a luta por terra; pela perda da sua propriedade ou espaço (como ocorreu no caso dos índios) e pelo desejo dela como aconteceu no caso dos imigrantes, negros e trabalhadores rurais. Foram mais de quinhentos anos de resistência à forma de ocupação agrária sustentada na grande propriedade, perpassando pelos governos imperiais e republicanos.

O Estado sempre tentou cooptar os movimentos sociais, quando não conseguiu se utilizou da repressão; exemplo disso foi o período da ditadura militar. Esse governo incentivou a modernização da agricultura proporcionando o aumento da produção, porém sobre o pilar da expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais de suas terras e da repressão de diversas lutas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgido no período de redemocratização é produto destas lutas históricas. Sobretudo dos movimentos que levantaram a bandeira da reforma Agrária na década de sessenta e sofreram com a repressão do Governo Militar.

2.1 Resgate da luta pela terra no Brasil

As primeiras manifestações de resistência tiveram como seu primeiro protagonista os índios, que diante da invasão dos navegantes portugueses se viram acudados e obrigados lutar pela integralidade da sua tribo. Eles que não tinham a compreensão do significado da delimitação dos seus territórios - sua área de convívio correspondia aos cursos dos rios e as crenças nas expressões da natureza como a presença de espíritos que os limitavam a circular em determinadas áreas. Foram duramente massacrados (genocídio) pelas expedições dos bandeirantes que na historiografia são atribuídos o título de desbravadores do Brasil, já que adentravam no território reconhecendo-o. Sofreram e sofrem com as diversas formas de intervenções nas suas terras, tanto das iniciativas privadas que invadem, expulsam, violentam, poluem os meios de sobrevivência e disseminam doenças; quanto do poder público que

constrói rodovias, não delimita as terras e não pune quem prejudica essa cultura. Viram-se fadados a lutar para sempre pela demarcação das suas áreas; foram muitos conflitos sangrentos como o Levante dos Potiguares, a Guerras dos Tamoios, a Guerra dos Aimorés, entre outros.

O Brasil possui uma dívida histórica com os Povos Indígenas que não admite moratória e que não se pode pagar com dinheiro: a dívida moral, a dívida que não corrói com o tempo e que por longos 500 anos, deixou a marca profunda de um holocausto com o desaparecimento de mais de mil povos, cinco milhões de pessoas e com isto, culturas tradições e saberes que nosso país jamais recuperará. (TERENA, 2000, p.1)

Mas, se essas lutas tiveram importância por representar a primeira resistência ao modelo produtivo implementado pelo emergente capital mercantil, são as lutas posteriores que tiveram êxito, pois sabe-se que ao longo da história da nossa nação houve muitos combates por motivos diversos: contra as medidas do regime; em oposição às leis promulgadas; como forma de pressionar por melhorias de vida; desejando maiores liberdades, etc. Conflitos correlacionados as problemáticas de cada época e de cada região, no entanto com o mesmo “pano de fundo”: a ofensiva a qualquer forma de mobilização que se opusesse as diversas formas de poder instituído.

No período colonial os embates eram resultado da dominação da elite sobre as camadas pobres - escravos, imigrantes, trabalhadores livres - e contra a extrapolação do poder exercido pela metrópole que cobrava muitos impostos.

O período Imperial foi marcado por muitos conflitos que almejavam mais autonomia às províncias; em algumas foram até instituídos governos populares que perduraram por pouco tempo. Dentre as lutas podemos destacar: a Cabanagem na província do Grão-Pará; a Sabinada na Bahia e a Balaiada na região do Maranhão.

Intensificam-se em várias regiões do país, surgem movimentos que passam a contestar

a política vigente . Para maior compreensão desse longo período que inicia em 1889 – a partir da Proclamação da República - e se estende até os dias atuais, usaremos a periodização proposta por Neto (1999). Esse autor realiza uma divisão em três períodos: o primeiro caracterizado por lutas de cunho messiânico; um segundo marcado por muitos conflitos violentos em todo o território nacional a partir da década de quarenta, ocasionados por problemas específicos de cada localidade, mas que tinham por trás o abuso de poder dos latifundiários sobre os grupos mais pobres retirando desses o seu direito a terra; e um terceiro momento que compreende movimentos mais organizados de camponeses com corte de classe. Cabe advertir no entanto conforme Martins (1981) que essa análise pode se tornar extremamente evolucionista. Utilizaremos esta periodização levando em conta essa advertência e considerando que não há uma segmentação rígida dessas lutas.

As lutas messiânicas ficaram reconhecidas pela combinação do misticismo com a insatisfação ao Regime Republicano. Os conflitos que obtiveram um maior destaque foram Canudos (1870- 1897) e Contestado (1912- 1916). Ambos tinham como característica principal o desagrado com o " novo governo" (República Oligárquica), por entender que ele favorecia os poderosos e oprimia a população pobre; desejavam a formação de um povoado onde poderiam viver sob leis próprias acreditando na vinda de um messias. No caso de Canudos (Bahia), os sertanejos sofriam muito com a subjugação ao poder local dos coronéis que os exploravam e muitas vezes incorporavam as pequenas terras destes trabalhadores à grande propriedade. Diante da situação de miséria, se sensibilizaram e seguiram os passos de um líder chamado Antonio Conselheiro, em busca de uma localidade onde poderiam viver em melhores condições; o reduto reuniu milhares de pessoas que resistiram, vencendo quatro vezes as tropas militares do governo, a quinta investida da guarda exterminou toda a população do arraial de Canudos, cerca de trinta mil pessoas.

Na região do Contestado, o conflito foi fruto do descaso com os trabalhadores que se

deslocaram rumo à região fronteira do Estado do Paraná com Santa Catarina para a construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande. Os posseiros expulsos das suas terras e os operários imigrantes assistiam à entrega de lotes aos estrangeiros, enquanto eles ficavam sem assistência e sem terra para residir (durante e após o término da construção). Assim, a situação de miserabilidade dos trabalhadores tornavam-os suscetíveis a seguirem as palavras do profeta João Maria; suas pregações alimentavam o sonho de retorno ao regime monárquico, por acreditar que nele os latifundiários não teriam tanta influência. Os dois movimentos reuniram muitos seguidores que se organizavam em comunidades, duramente atacadas pelas tropas federais. No que se refere ao conflito na região do Contestado Ianni ressalta que :

Só teremos compreendido profundamente o que houve nos sertões de Paraná e de se considerarmos os fenômenos ali registrados como resultado de uma crise de estrutura. Através dos anos, acumularam-se problemas sociais de todo tipo, nunca resolvidos; agravaram-se os conflitos latentes entre as diferentes classes e camadas, e assim foram criadas fortíssimas tensões (...). Podemos assegurar que (as tensões sociais) no Contestado se originaram principalmente do desejo de terras, de bem-estar e de segurança do povo do "sertão"; isso aconteceu mais ali do que em qualquer parte do Brasil porque, entre outros motivos , se assistia a entrega de lotes a colonos estrangeiros. Essa aspiração coletiva chocava-se com a organização social e política representada pelos coronéis, que não apenas negava os meios institucionalizados de satisfazer as necessidades da gente do sertão, mas tirava também terras de muitos que já eram proprietários. Tal era o conflito básico que provocava as maiores tensões , que tornaram intensas quando surgiram sentimento de localismo. (IANNI, 2005, p.135)

O segundo momento referido foi marcado pela repressão violenta, no qual o poder dos donos de terras com o patrocínio do poder armado dos Estados prevaleceu sob as camadas mais pobres. Foram diversos conflitos, tais como: a Luta dos posseiros de Teófilo Otoni; a Revolta de Dona Nhoca no Maranhão; a Revolta de Trombas e Formoso; Revolta do Sudoeste do Paraná; a luta dos arrendatários de Santa Fé do Sul em São Paulo; o massacre dos camponeses de Ecoporanga no Estado do Espírito Santo. Dentre elas se destacam: A Luta de Teófilo Otoni que perdurou de 1945 a 1948 em Minas Gerais e a Revolta de Trombas e Formoso no Estado de Goiás.

Os posseiros, da região mineira de Teófilo Otoni, enfrentaram o ataque dos fazendeiros que estavam interessados nas terras que se valorizara devido à construção da rodovia Rio - Bahia. Expulsos das suas terras, eles tiveram que trabalhar sob o contrato de parceria e na atividade de derrubada das florestas, muitos trabalham para as grandes fazendas. Diante da ofensiva dos proprietários das terras os posseiros se organizaram formando uma associação para exigir do presidente João Goulart a desapropriação de uma área. Devido o golpe militar a fazenda não pode ser desapropriada e os posseiros presos e torturados. Em Goiás a Revolta de Trombas e Formoso marcou a luta pela terra nesses dois povoados localizados no município de Uruaçu. Lá residiam muitos posseiros vindos do Maranhão e do Piauí liderados por Jose Porfírio - eleito deputado estadual em 1962. As terras que estavam valorizadas devido à construção da estrada Belém-Brasília foram griladas por um grupo de fazendeiros - dentre eles um juiz e um dono de cartório. As terras dos posseiros primeiramente foram negociadas, mas com a recusa, os latifundiários utilizaram a violência através dos jagunços e da própria Polícia Militar, muitas residências foram saqueadas e queimadas como forma de pressionar a saída desses moradores. Mas graças à união desses trabalhadores e o apoio do Partido Comunista Brasileiro eles se organizaram fundando a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas e criando o Município de Formoso. Porém a calmaria não durou muito tempo, com o início da Ditadura Militar os envolvidos foram perseguidos.

O terceiro momento compreendeu toda a década de cinquenta e a metade da de sessenta com a emergência de movimentos que tinham como bandeira de luta a Reforma Agrária. A tensão entre os trabalhadores e os donos de terras - ou possíveis como os grileiros - e a situação de atraso descaso com as regiões rurais (pauperismo) e exploração, levou os trabalhadores do campo a se organizar em movimentos mais estruturados com estratégias de luta e uma maior percepção de divisão da sociedade em classes sociais e suas implicações, ou seja, da realidade concreta. Esses movimentos contaram como o apoio de partidos políticos

que contribuiu para aparelhar a luta. Com o Golpe Militar todos foram repreendidos e colocados na ilegalidade.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi criada através da articulação com Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano de 1954, tendo sua orientação de trabalho direcionada a ideologia deste partido. Desejava aglutinar os trabalhadores rurais e os operários, assessorando e coordenando as ações camponesas, mobilizando os trabalhadores rurais na campanha em busca da extensão dos direitos assegurados pela CLT aos trabalhadores urbanos como o direito a sindicalização. Acreditava a possibilidade de coexistência pacífica com a burguesia como parte da revolução democrático-burguesa. Nessa época os trabalhadores urbanos realizavam uma mobilização nacional a favor do aumento do salário mínimo. Foi único movimento que conseguiu se disseminar em vários Estados devido ao seu caráter de entidade, lutando por melhores salários e pelo cumprimento da legislação trabalhistas.

O Movimento dos Agricultores Sem-Terras (MASTER) no Rio Grande do Sul - no final da década de 50. Quando 300 famílias que residiam como posseiros em uma fazenda há mais de 40 anos, foram ameaçadas pelo "dono da propriedade" que exigia dos posseiros a cobrança pelo uso da terra, pressionando-os sob pena de despojo. A existência de áreas improdutivas com muitos posseiros desejando ocupá-las e as dificuldades de ampliação das unidades de produção familiar fez com que os trabalhadores rurais da região se organizassem formando o MASTER, fundado com o apoio do governador Leonel Brizola do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1962 agricultores sem-terras, assalariados, arrendatários, peões, parceiros e posseiros "engrossaram" o Movimento ocupando a sua primeira fazenda em Sarandi.

Por outro lado, os trabalhadores rurais do Nordeste sempre estiveram subjugados ao poder dos grandes proprietários de terras. Nos períodos de pouca produção (em épocas de

recessão econômica como ocorrido no período da Segunda Guerra Mundial) as grandes propriedades eram sublocadas aos trabalhadores chamados de foreiros. Nos momentos em que havia a valorização de certas produções como a do açúcar, os latifundiários retornavam às suas propriedades e expulsavam os trabalhadores. Esses eram obrigados a trabalhar dentro da propriedade ou migrar para os centros urbanos. Essa condição imposta pelos Senhores de Engenho, desagradava os trabalhadores rurais que fundaram em 1955, no Engenho da Galiléia (na região de Vitória de Santo Antão) a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Trabalhadores de Pernambuco a primeira Liga Camponesa.

Na verdade, as Ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão dos foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. (...)O problema da miséria dos camponeses e do êxodo para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impede a ocupação da terra por quem dela precisa. Havia dois grupos distintos de trabalhadores serem mobilizados e organizados. De um lado, os foreiros das terras de engenhos, camponeses em via de expulsão. De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo características camponesas, além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos à condição de assalariados, expulsos de seus roçados para as pontas de ruas, os povoados próximos as usinas. (MARTINS, 1981, p. 77)

As Ligas difundiram-se, rapidamente, em todo o nordeste; seus integrantes lutavam contra os preços dos foros (aluguel da fazenda) e do cambão (dias trabalhados de graça para o dono da propriedade). Mas tarde esse movimento incorpora a luta pela reforma agrária radical, aplicação da Reforma Trabalhista no campo e o direito de livre organização dos camponeses. Recebendo o apoio do advogado e deputado Francisco Julião - pertencente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) .Em pouco tempo se difundiu em mais de 30 municípios, realizando congressos e muitas ocupações de propriedades privadas e prédios público, se tornando sinônimo de luta pela terra lançando o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra". As Ligas foram responsáveis por introduzir a reforma agrária no debate e na agenda política

brasileira, ainda que a intervenção no problema, ao longo dos anos, não tenha sido efetiva.

Todos os conflitos demonstraram a intenção a qualquer custo de privar os trabalhadores ao acesso a terra e dessa forma, mantê-los sempre a dispor das classes dominantes como mão de obra barata. Em todos os momentos em que a população decidiu se organizar objetivando reivindicar direitos, houve uma ofensiva tanto de iniciativa individuais - coronéis - quanto do poder estatal. Esses movimentos representam a resistência dos trabalhadores rurais que se organizam e amadurecem enquanto coletivo, a partir do momento que há a compreensão da situação de exploração vivida secularmente. Todas as lutas travadas antes do Golpe Militar serviram de exemplo para a emergência dos movimentos surgidos no período de redemocratização.

2.2 Gênese do MST como forma de resistência ao modelo econômico concentrador

No final da década de 70 e início da década de 80 o Brasil caminhava para a abertura política com a proposta de redemocratização do país após mais de quatorze anos de regime militar. Período chamado pelo movimento sindical de “paz de cemitérios” para designar um tempo de “ausência” de reivindicações no campo, devido à repressão por parte do Estado e pelos fazendeiros através das suas milícias armadas. Neste novo momento sindicatos, partidos, grupos ligados à igreja, movimento estudantil, instituições e movimentos sociais nascem ou retomam uma atuação mais efetiva.

Contraditoriamente, a política econômica e agrícola do Governo Militar acarretou no amadurecimento de formas de luta que ganharam expressão em novas organizações, tanto na cidade quanto no campo. Conquista-se um espaço de reivindicações que desafiam as estruturas institucionais. Os trabalhadores urbanos inauguram o “novo sindicalismo” com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) conhecidos pelas greves no ABC paulista. No campo, o sindicalismo rural organizado pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)¹⁷ surgida em 1963, mas que logo encontrou barreiras para sua expansão devido a forte repressão por parte do governo militar que cassou e prendeu seu membros, obrigando alguns a se exilarem em outros países.

É nesse bojo de transformações que os trabalhadores rurais sem terra iniciam um novo processo de luta . Coloca-se no debate, neste momento, os problemas e as questões que antes se eram silenciadas (devido à repressão). A partir da necessidade de se criar uma organização social que expressassem os interesses e as demandas do homem do campo, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As primeiras lutas surgem no sul do país em função das condições objetivas, fruto da dinâmica da sociedade brasileira no qual a histórica concentração de terras e modelo escolhido para o desenvolvimento da agricultura esteve e está ligada aos interesses do capital.

As lutas sociais que marcaram esses anos criaram um espaço público informal, descontínuo e plural por onde circulam reivindicações diversas. Espaço público no qual se elaborou e se difundiu uma consciência do 'direito de ter direitos', conformando os termos de uma experiência inédita na história brasileira em que a cidadania é buscada como luta e conquista e a reivindicação de direitos interpela a sociedade enquanto exigência de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento dos interesses e das razões que dão plausibilidade às aspirações por um trabalho mais digno, por uma vida mais decente, por uma sociedade mais justa. (PAOLI E TELLES, 2001, p. 105)

O Movimento contou com um importantíssimo trabalho realizado pelas pastorais da Igreja Católica e a da Igreja Evangélica de Confissão Luterana para reorganizar a luta dos trabalhadores do campo. A CPT e a Pastoral Popular Luterana funcionavam como um local de

¹⁷A Contag surge a partir da extinta União de Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).. Essa entidade sindical – criada em janeiro de 1964 - organizava os trabalhadores do campo para que esses se mobilizassem entorno da luta pela extensão dos direitos assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ao homem do campo e pela reforma agrária, realizando uma aliança entre trabalhadores do campo e operários. Durante o Regime Militar, foi o único Movimento que permaneceu ativo apesar da intervenção deste governo; correram alguns congressos que no qual a deliberação consistia na posição contrária ao Estatuto da Terra e a sua política de colonização. A entidade é alvo de muitas críticas como a de não medir esforços para a Reforma Agrária, se interessando apenas nas demandas dos trabalhadores que já estão inseridos no mercado de trabalho, os sem terras e os trabalhadores que não possuíam vínculos empregatícios formais não eram beneficiados das ações da Contag. Sua atuação se ampliou a partir da década de oitenta com a abertura política; hoje ela é a maior entidade sindical camponesa reunindo várias federações e sindicatos de trabalhadores rurais.

debate para reflexão acerca da condição de opressão e exploração que vivia a população brasileira. Eles trabalhavam nas paróquias das periferias e nas comunidades rurais tendo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como espaço de socialização política e reflexão - antes mesmo da criação da CPT; neste local as famílias se encontravam para discutir o seu real papel na sociedade e trocar experiências com os outros trabalhadores. Em períodos de repressão a CEBs funcionaram como único espaço para se aprender, suscitar a transformação da realidade, organizar a luta e denunciar a violência no campo para com os trabalhadores rurais, sem-terras e os índios. A CPT defendia a necessidade de fortalecer a agricultura familiar para conter o êxodo rural; como metodologia adotava os três eixos: ver (observar a realidade em sua essência); julgar (através de uma visão teológica) e agir (baseado em uma prática pastoral).

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação¹⁸ na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos, e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês : “Espera que tu terás terra no céu. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisa te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. (STEDILE e FERNANDES 1999, p.20)

A CPT realizou um trabalho de base intenso com os moradores do campo que decidiram ocupar algumas áreas no Rio Grande do Sul. Esse momento pode ser chamado de “gestação” do Movimento, pois apenas posteriormente ele foi fundado. A ocupação da fazenda Macali em Ronda Alta no Rio Grande do Sul no ano de 1979 representou um marco na retomada das lutas por terra; Macali era vizinha de outra chamada Sarandi - no município de mesmo nome - que em 1962 fora ocupada por cerca de cinco mil pessoas organizadas pelo

¹⁸Corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes pastorais, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo incorporou metodologias analíticas desenvolvidas pelo Marxismo. Dessa corrente surgiram diversos pensadores importantes entre eles padre Gutierrez, no Peru, Clodovis Boff Leonardo Boff, Hugo Asmann, do Brasil (STEDILE E FERNANDES ,1999, p.20).

MASTER. Esta terra foi desapropriada e dividida em lotes, porém nem todos foram beneficiados devido ao término do governo Leonel Brizola e o início da ditadura militar. Os que não foram assentados na Fazenda Sarandi se deslocaram para a reserva indígena dos Caingangues no município de Nanoai (RS) e para os projetos de colonização no norte do país. Essa reserva indígena possuía cerca de 1200 famílias sem-terras, estimulada na década de 60 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Posteriormente esses sem-terras foram expulsos pelos próprios índios.

Mediante a situação a estratégia do governo gaúcho e federal foi transferir essa população para o Mato Grosso do Sul (região onde o governo destinava algumas áreas para o projeto de colonização). Algumas famílias aceitaram mais a grande maioria não quis sair do seu Estado. O impasse estava colocado, as 700 famílias que ficaram se dividiram, ocupando uma região perto da reserva indígena e outras foram assentadas na região de Bagé. O grupo que estava acampado em torno da reserva decidiu ocupar uma das áreas remanescentes da fazenda Sarandi, porém essa tinha se tornado reserva florestal; sendo expulsos mais uma vez os sem-terras tiveram que voltar para o acampamento de origem. Nesse momento essa população decidiu enviar uma carta anexando-a um abaixo-assinado para as autoridades competentes, reivindicando as terras nas áreas da fazenda Macali e Brilhante. Como o governo não se pronunciou as 150 famílias decidiram ocupar a Macali no dia 7 de setembro; A fazenda Brilhante fora também ocupada por 170 famílias. No final desse processo nem todas as famílias foram assentadas. É importante salientar o trabalho desenvolvido pelos mediadores como a CPT que estiveram à frente na organização desses trabalhadores possibilitando a articulação com os governos e a veiculação do problema na mídia, o que tornou as ocupações e a organização dos trabalhadores reconhecida publicamente.

Os trabalhadores rurais do Sul perceberam que não estavam se beneficiando com a política agrícola do governo de modernização da agricultura e que os programas de

colonização não tinham a pretensão de democratizar a posse da terra. Eles permaneciam como meeiros e arrendatários e subordinados ao latifúndio; seus filhos dificilmente herdariam "chão" para plantar. A "terra prometida" através do projeto de colonização era uma falácia, a cada momento vinha à tona o outro lado da modernização: as precárias condições de vida da população rural; salários baixos; trabalho infantil; trabalho escravo; subemprego; ausência dos direitos trabalhistas como férias, descanso remunerado e licença maternidade; falta de efetivas políticas para essa camada da sociedade; extensas horas na labuta além do crescente índice de desemprego. Percebia-se de que lado o governo estava.

No sul do país, considerado o berço do MST, o fenômeno da introdução da soja agilizou a mecanização agricultura, seja no Rio Grande d Sul, com uma lavoura casada com o trigo, que já tinha uma certa tradição, seja no Paraná, como uma alternativa ao café. A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalista expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela época. Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhós de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais. (STEDILE E MANÇANO, 1999, p. 15)

A realidade de exploração, expropriação e descaso com o trabalhador rural eram semelhantes em todas as regiões do Brasil (não era restrito ao sul do Brasil) rapidamente a luta organizada se estendeu por todo o país. Exemplos disso foram: a ocupação da fazenda Annoni com as famílias que não conseguiram ser assentadas na Macali e Brilhante; o acampamento na Encruzilhada Natalino perto da fazenda Sarandi, com famílias que não obtiveram sucesso em outras ocupações; a fazenda Burro Branco em Santa Catarina; em São Paulo com as fazendas Primavera e Pirituba; o conflito na região do Pontal do Paranapanema. Nem todas essas ações obtiveram êxito. Diversas reintegrações de posse violentas e tentativas do governo de cooptar essa população.

A Encruzilhada Natalino, local onde ocorreu um dos primeiros acampamentos do MST, catalisou, no início dos anos 80 as contradições mais profundas da estrutura

fundiária da região e do Estado. Os barracos instalados ao longo de mais um quilometro da rodovia, numa região agrícola e mecanizada , próximo de propriedades classificadas como latifúndio, contrastavam com as potencialidades das férteis terras. (MARCON, 2002, p.44)

Todas essas ações funcionaram como sementes geradoras de um novo movimento social fundado em 1984, na ocasião do primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra realizado em Cascavel- PR. No qual participaram mais de 150 delegados de 12 Estados. Esse encontro tinha como finalidade reunir todas as categorias de trabalhadores rurais que, de alguma forma, lutavam por terra para plantar e se reproduzir, decidindo se articular nacionalmente concretizando uma luta conjunta em defesa dos seus anseios. Nele, se determinou quais seriam os princípios norteadores, as formas de organização, as pautas de reivindicações e a estrutura desse novo coletivo. Também foi escolhido o nome do movimento que segundo STEDILE E MANÇANO (1999) (...) a escolha do nome foi um debate ideológico. Paralelamente fizemos uma reflexão no sentido de que deveríamos resgatar o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade de classes diferentes e pertencemos a uma delas. Dois eventos - anteriores ao primeiro Encontro - organizados pela CPT contribuíram para a organização do Movimento: o Seminário em Goiana e o Encontro Regional do Sul no qual reuniu diversas lideranças.

Em 1985, os Sem-Terras já sob a sigla MST realizaram o seu primeiro Congresso Nacional (Curitiba-PR) com cerca de mil e seiscentos delegados, difundindo o lema "Ocupação é a única solução". O movimento não firmou pacto com o recém eleito governo - Nova República - que prometia mudanças profundas na estrutura agrária brasileira, mas que se articulou com os empresários rurais, fazendeiros e seus representantes no Congresso: a "bancada ruralista"¹⁹. A elaboração da Constituição Federal, em 1988, sofreu fortíssimas

¹⁹A "bancada ruralista" tem como seus integrantes representantes da União Democrática Ruralista (UDR). Essa entidade foi criada na ocasião da elaboração da Constituição Federal de 1988, para defender os interesses dos latifundiários nas instâncias governamentais, elegendo deputados e senadores de partidos conservadores – PPB, PFL e PTB. Tem em seu currículo práticas criminosas contra os trabalhadores rurais e suas representações como o MST. Outras organizações surgem com o intuito de proteger a integralidade da propriedade privada no meio rural: o Movimento Direita Volver (MDV) , o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Tradição Família e

influências daquela elite nas decisões relacionadas à Reforma Agrária, sobretudo na formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Nesse contexto, as ações do Movimento ganharam êxito através de manifestações e ocupações de latifúndios e prédios públicos. No final do ano de 1985, 11.655 famílias estavam acampadas em 11 estados brasileiros. Aquele Plano Nacional não cumpriu nem 10% da sua meta de assentamentos.

João Carlos Sampaio Torrens (1994, p. 148) em seu texto: O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, debate a importância dos “(...) agentes mediadores que contribuíram decisivamente para a criação de determinadas condições para o aparecimento dos sem-terra como atores políticos e do MST como organização de lutas (...)” (1994, p.148).Esses agentes mediadores colaboraram no momento inicial da organização da estrutura do Movimento, muitas ações foram importadas das práticas da igreja, dos sindicatos, partidos e movimentos sociais. Com o passar do tempo o MST se distanciou desses mediadores desenvolvendo formas singulares de aparelhar a luta.

No período de 1985 a 1990 o Movimento se “territorializou” (FERNANDES, 1999) nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em parte da região amazônica. Desenvolvendo um processo de luta e de conquista da terra, que acontece através da ocupação de propriedades: griladas; improdutiva; que explore os seus empregados (trabalho escravo); de grupos econômicos e empresas que destroem os recursos naturais e representam uma ameaça à soberania nacional. O MST entende que o ato de ocupar significa o retorno da terra para a mão dos trabalhadores que desejam realizar alguma forma de utilização desta. Muitas vezes a imprensa e opinião pública utilizam o termo “invadir a fazenda” não refletindo acerca do passado de sua apropriação. A ocupação possui o sentido de denunciar e exigir o cumprimento da lei de desapropriação, portanto é uma ação legítima.

Segundo o jurista Fabio Comparato, Luiz Regis de Oliveira existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar Propriedade (TFP).

algumas coisas de alguém em proveito particular. Ocupar significa simplesmente preencher um espaço vazio -no caso em questão, terras que não cumprem a sua função sócia l- e fazer pressão social coletiva para a aplicação da Lei e a desapropriação. (MORRISSAWA, 2001, p.132)

De acordo com a Constituição de 1988²⁰, as terras passíveis a desapropriação são as grandes propriedades acima de 500 hectares, que não esteja cumprindo sua função social que é produzir. Ao realizarem a ocupação e estabelecer o acampamento, as famílias criam uma determinada conjuntura política que será modificada por meio de negociações envolvendo os sem-terra, o latifundiário e o governo, entre outras organizações que apóiam a reforma agrária: sindicatos de trabalhadores, partidos políticos etc.

Aos poucos o MST desenvolveu estratégias para sua estruturação tanto da direção - nacional, estadual e municipal - quanto da base - acampados e assentados. Em cada encontro ou congresso se discute o rumo da luta a partir dos avanços e impasses que surgem. O amadurecimento é fruto da militância e resistência dos seus componentes. O Movimento ganhou tamanha expressão sendo considerado o movimento social do Brasil mais atuante na luta por terra. Passa a ser reconhecido por suas ações radicais por se opor a uma classe social detentora de poder - burguesia - e “mexer” em um problema secular - concentração fundiária. O Movimento pressiona o governo obrigando-o a tomar medidas cabíveis, caso não existisse essa pressão por parte dos movimentos sociais, ele certamente não interviria na estrutura fundiária. Faz-se necessário lembrar, que o MST não é o único movimento que luta pela reforma agrária. Existem atualmente dezenas de outros, inspirados nele ou dissidência, por exemplo, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) ligado à Social Democracia Sindical; o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) ligado a segmentos da esquerda; o Movimento Unido dos Sem Terra (MUST) ligado à Força Sindical. Eles disputam, portanto,

²⁰ "Art. 184. Compete à União *desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social*, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei."

o mesmo espaço político que o MST. A leitura cotidiana do noticiário político revela, contudo, que o maior adversário do governo na luta por terra é o MST.

2.21 Princípios e estrutura organizacional do MST

A concentração fundiária no Brasil é uma das maiores do mundo. Como ela está na raiz e é a causa geradora de inúmeros outros problemas que afetam toda a sociedade brasileira. A consequência mais direta é a profunda desigualdade social, no qual o Brasil é um recordista. Ao lado da desigualdade, nosso país possui uma das maiores taxas de concentração de riqueza e renda. É inegável que o latifúndio produz graves problemas que afetam as cidades brasileiras. Desde o nascedouro do Movimento, ele aponta para a necessidade inexorável de uma reforma agrária que modifique a estrutura concentradora da propriedade da terra e que contribua para a manutenção do homem no campo. Não se resume apenas na repartição do solo, mas em uma política ampliada que consiga frear o histórico monopólio fundiário nas mãos da classe dominante e de fato distribuir renda e riqueza através de um projeto de desenvolvimento nacional que priorize o apoio a iniciativas populares e que promova “uma sociedade mais justa sem exploradores e nem explorados”. Em entrevista, Stedile aponta a contribuição de Martins para esse debate:

(...)a luta pela reforma agrária só tem sentido se mudar realmente a estrutura de poder no Brasil, e se fizermos um movimento nacional. Se a luta ficar localizada apenas no problema da terra, as elites assimilam com muita facilidade e não haveria uma luta por mudança social. (...) a luta pela reforma agrária só adquiriria caráter social e político, e ajudaria transformar a sociedade brasileira, se tivéssemos um movimento social que aglutinasse e sistematizasse essas experiências e que conseguisse fazer com que o camponês passasse de sua consciência corporativa, de querer terra só para si, para uma consciência social, de compreender que mesmo tendo seu pedacinho de terra o problema não está resolvido. Porque a reforma agrária é mais ampla, refere-se à organização da agricultura como um todo. (STEDILE, 2008, p. 17)

O Movimento desenvolve um leque de reivindicações que contribuem para o debate

acerca da realidade social brasileira transformando sujeitos não atuantes em sujeitos políticos, questionadores, reflexivos, influentes, que reconhecem os seus direitos e o potencial para lutar por eles. Desejam uma política que abarque outras esferas como a da produção, educação, saúde, cultura, direitos humanos. Que garanta trabalho para todos; distribuição de renda; produção farta de alimentos, de baixo custo e de qualidade; busca pela justiça social; igualdade de direitos; recuperação dos recursos naturais como solo, água e florestas; democratização da propriedade da terra e dos meios de produção, base para qualquer mudança social efetiva juntamente com o incentivo a uma política agrícola que possibilite o crescimento da agricultura familiar. Hoje em dia se distribui terras apenas para tentar amenizar um problema social e apaziguar um conflito, não para realizar uma Reforma Agrária.

O MST amplia a sua pauta de reivindicações extrapolando a luta por acesso à terra e por condições para produzir; aí inclui-se habitação, educação, saúde, lazer, programas para a juventude. Em verdade, o que eles estão colocando, quotidianamente, na agenda do debate nacional é a reflexão a cerca dos fenômenos da pobreza e da democracia do país. No programa proposto pelo MST se destaca alguns pontos:

Modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra às necessidades do povo; garantir a segurança alimentar e a eliminação da fome; desenvolver uma política justa de preços, crédito e seguro agrícola; industrializar o interior do país, gerando empregos e desenvolvendo as regiões; desenvolver a agricultura de forma auto-sustentável; desenvolver o meio rural de forma a garantir vida digna, educação, cultura e lazer para todos; desenvolver uma política pública de preservação e controle das águas; produzir alimentos saudáveis; lutar contra os transgênicos e o patenteamento das espécies vivas; delimitar o tamanho da propriedade agropecuária e desapropriar os latifúndios; legalizar e demarcar as terras indígenas, dos remanescentes dos quilombos e dos trabalhadores rurais; extinguir as políticas de colonização; apurar os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais em conflitos por terra, entre outros (MST, Normas Gerais do MST, 2001).

A pauta de reivindicação do Movimento não é compatível com o projeto de

desenvolvimento escolhido para o Brasil. Este preconiza o agronegócio que desenvolve a monocultura - soja, cana de açúcar, eucalipto - a pecuária e o extrativismo de minérios. Com a utilização de alta tecnologia formando uma trama de empresas que garante todos os insumos necessários. Na maioria dos casos esses grupos não respeitam as leis ambientais, poluem o solo, os rios e exploram os recursos naturais - principalmente o cultivo do eucalipto que necessita de muita água e é tóxico para o solo - comprometendo as populações que precisam do ecossistema em harmonia para sua subsistência, como as populações ribeirinhas e as tribos indígenas. O mais preocupante, sem pagar por esses recursos e sem ser punido pelos desastres ambientais cometidos. Muitas multinacionais e transnacionais se instalam em nosso país pelas diversas facilidades existentes aqui, uma delas é a vasta disponibilidade de água como ocorre no maior manancial de água doce subterrâneo do mundo, chamado Aquífero Guarani na região centro-leste.

Estar assentado não significa possuir uma rede de serviços como escola, créditos para produzir, energia elétrica, estrada em boas condições; o processo de luta nunca cessa. O trabalhador tem que se mobilizar para retornar a terra e também para permanecer nela. Há de se reivindicar creches, escolas, benefícios, créditos para construir a residência e iniciar a produção. Muitos direitos básicos como educação e saúde chegam ao campo devido à pressão e organização dessa população. A grande maioria dos acampados e assentados sofrem com a morosidade do INCRA e com a falta condições no ambiente rural além da violência e pressão por parte dos fazendeiros e de sua segurança particular (pistoleiros e capangas), estabelecendo uma realidade de insegurança. A posse da terra não garante que o trabalhador rural conseguirá desenvolver suas atividades agrícolas de caráter familiar, isso fica claro quando observamos nos assentamentos a acampamentos o trabalhador rural se empregando em outras atividades para complementar a sua renda, por exemplo no corte de cana nas usinas vizinhas; essa atividade, degradante, que muitas vezes ocorria no período entre safras da produção do

pequeno agricultor, torna-se muitas vezes a única renda da família. A atividade agrícola familiar fica comprometida, a causa dessa problemática pode ser explicada pela dificuldade de se produzir em um modelo de desenvolvimento que não tem interesse de incluir essa população rural no processo produtivo, e sim apenas utilizar a sua mão de obra barata a disposição.

A conquista da terra não significa o acesso à propriedade. Esta é restrita, nas atuais relações sociais, à classe dominante, aquela que detém a propriedade dos meios de produção e compra da força de trabalho, elemento central na produção de riquezas. Portanto, o trabalhador que tem uma pequena posse de terra pode ilusoriamente considerar-se autônomo e não mais "trabalhar para os outros". Entretanto, ao não deter os meios de produção (máquinas, sementes, insumos), ao inserir-se numa economia mercantilizada que privilegia a produção da monocultura em grandes extensões de terra, ao integrar-se às agroindústrias, ao buscar o assalariamento em algumas épocas do ano, ente outras condições, o trabalhador não detém a propriedade de fato. Continua, compondo uma massa destituída de propriedade, ainda que, muitas vezes, sem consciência desta posição dentro das relações de produção. (VENDRAMINI, 2004 , p.9)

A luta do Sem-Terras possui um potencial de inclusão social muito expressivo, a partir do momento que com a posse da terra esses indivíduos têm a possibilidade de trabalho juntamente com o acesso a algumas políticas sociais que antes muitos não estavam incluídos como a previdência especial (trabalhador rural) e educação. Muitos não teriam acesso a certas políticas se não estivessem na luta já que as políticas sociais constituem como um processo de conquista pelos setores que pressionam e de concessão por parte do Estado.

O MST desenvolveu uma cultura de resistência, de enfrentamento ao modelo de produção altamente excludente, por entender que apenas com a massificação da luta é capaz de acelerar a implementação da Reforma Agrária. Inventam um nome para os sem-terras: excluídos. Sem perceber que eles são incluídos na lógica da sociedade capitalista que necessita desse contingente de desempregados para manter o seu padrão de acumulação através da formação do Exército Industrial de Reserva que corresponde ao contingente

populacional que está à margem da sociedade (não participa do mercado de trabalho) mas que estão sempre à disposição deste. É funcional para o sistema, na medida em que reduz os salários e flexibiliza as relações empregatícias, já que há um “exercito de reserva” pressionando para entrar no mercado de trabalho.

O Movimento se destaca por sua estrutura organizativa, que para alguns autores - como Martins - não pode ser considerado como um movimento social se comparado com os “clássicos” por não ter em suas ações uma espontaneidade, tamanha é a estrutura que ele comporta; se aproximando mais de uma organização social complexa. Essa estrutura permite que se desenvolvam diversas bandeiras e campos de atuação possibilitando uma maior mobilização das massas. Ele é formado por uma Direção Nacional composta por 21 dirigentes - direção coletiva - que normalmente são indicados nas reuniões estaduais e votados em encontros de nível nacional – e não na instância do Congresso, pois segundo STEDILE (1999) aquele não possui espaço para essa discussão. Em cada esfera, nacional, estadual e regional existe uma coordenação, também formada por membros eleitos. O movimento desenvolveu várias frentes, setores, coletivos que se articulam garantindo a existência orgânica dele. São setores do MST: Cultura, Comunicação, Cooperação, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Frente de Massa, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Meio Ambiente, Saúde, Relações Internacionais e Direitos Humanos. Dentre eles se destacam:

- Frente de Massa - seus membros se deslocam por todo o território nacional desempenhando a mobilização e a formação política da base objetivando prepará-la para a ocupação. Aquelas pessoas que desejam se incorporar a luta freqüentam algumas reuniões para entender como funciona o Movimento, quais são os objetivos das suas ações, as implicações de ocupar a terra e os passos a serem dados. A partir disso, há a decisão de quem aceita se tornar um Sem Terra - nome próprio, sem-terra que pertence ao Movimento.

- Setor de Formação – as atividades desenvolvidas por esse setor tem como objetivo abarcar todos os componentes do Movimento: base, coordenadores, direção, militantes e também as pessoas que não são propriamente do MST mas estão na luta conjuntamente. Desenvolvem-se cursos de formação para os militantes e para a base - de acordo com as linhas políticas do MST - proporcionando a aproximação da teoria com a prática (reconhecimento da realidade que os rodeiam). Responsáveis também pela elaboração dos Cadernos de Formação (livro que busca debater assuntos que são de importância para a formação do militante) e outros periódicos.

- Setor de Produção - tem como referência a produção cooperativada e a formação de associações de produtores. Enfrentam diversos problemas para implementar essa forma de produção como a falta de créditos agrícolas e a própria dificuldade de gestar o negócio. A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) surge na perspectiva de estimular a cooperação entre os trabalhadores assentados, de maneira profissionalizada, fomentando o cooperativismo/associativismo como estratégias de viabilidade econômica, coordenando as políticas de planejamento e desenvolvimento das cooperativas. Tem a preocupação em capacitar os assentados em tecnologias alternativas para produção agro-ecológica.

- Setor de Educação - o Movimento possui a concepção de que a educação é tão importante quanto à conquista da terra, pois sem elevar o nível de conhecimento da população não haverá a transformação da sociedade. Para isso o movimento desenvolve uma pedagogia própria e diferenciada do ensino público, objetivando levar a educação a todos os acampados, tendo um projeto específico para jovens e adultos (muitos analfabetos ou analfabetos

funcionais) que proporcione a construção de um sujeito ativo com capacidade crítica. Em 1999 foi construída em Guararema (SP) - através de Brigadas de Trabalho Voluntário - a Escola Florestan Fernandes, com o intuito de realizar e coordenar cursos de formação. A Escola Josué de Castro, criada em 1997, no Rio Grande do Sul, desempenha vários cursos profissionalizantes como Curso Normal para a formação de professores que irão atuar nas escolas dos assentamentos; TAC- Técnico em Administração de Cooperativas, Curso de Especialização em Administração de Cooperativas (CEACOOB) , todos aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e realizados pelo sistema de alternância, as aulas ocorrem no período entre as safras. O Movimento tem a preocupação de formar seus quadros, para que eles trabalhem nos Coletivos e Setores, desenvolvendo o Movimento.

- Setor de Saúde - trabalha na perspectiva de que saúde não corresponde à ausência de doenças e sim um conceito ampliado que a trata como um bem estar físico, mental e social. O Setor coloca a necessidade de uma produção voltada para a não utilização de defensivo agrícola, por entender os malefícios que eles proporcionam tanto para o meio ambiente - contaminação do solo - quanto para a saúde dos que aplicam o veneno e para os que consomem o produto; “as mesmas empresas que fornecem os agrotóxicos, vendem o medicamento para o tratamento dos problemas causados”. Se na produção não for utilizado venenos se elimina a base principal do mal da saúde humana, naturalmente a necessidade do uso do remédio irá diminuir. Essa frente incentiva à prática de modos alternativos de produção farmacológica como a fabricação de xaropes naturais e a manipulação de ervas que previnem e curam. Na área de formação realizam cursos de fitoterápicos e sensibilizam o cultivo e coleta - da própria flora local - de plantas medicinais juntamente com a proposta de criação de um herbário onde todos os Sem Terra podem fazer uso das plantas.

- Setor de Comunicação - esse setor tem papel fundamental propagação das ações e propostas do movimento. Como não existe espaço para o MST na mídia convencional, houve a necessidade de criar formas alternativas para propagar o Movimento. O setor se materializa em publicações como o Jornal dos Sem-Terras, no site do MST, no Jornal Brasil de Fato, na Revista Sem Terra, nas rádios como A Voz da Terra, etc. Se preocupando em lançar uma mídia diferenciada, que não distorça os fatos.

- Setor de Finanças - esse é um dos pontos que a opinião pública questiona o Movimento. Muitos dizem que ele é financiado por outros países e grupos. Mas como assegura um dos dirigentes do Movimento Stedile, o movimento recebe essa ajuda, porém a contribuição é um valor baixo. As ações do Movimento são financiadas por ele próprio, quando ocorre um acampamento, os integrantes se mobilizam para comprar a lona preta e para arrecadar doações. São com o dinheiro dos próprios participantes somados as doações que sustentam o Movimento.

Vale ressaltar a dificuldade que os setores e frentes encontram para desenvolver as suas atividades em todos os estados, por exemplo, existem muitos assentamentos que não possuem escola (sobretudo as unidades do MST que possuem uma metodologia diferenciada voltada para o Sem- Terra); a base tem dificuldade de acesso às publicações como o jornal do Movimento e a capacitação para a construção de cooperativas.

Um assentamento/acampamento é dividido em núcleos - com cerca de 10 a 15 famílias - onde serão escolhidos dois coordenadores - necessariamente uma mulher e um homem- que irão compor a coordenação geral do assentamento. Esse grupo devem se reunir pelo menos uma vez por semana para discutir as necessidades daquele lugar. O modelo de organização de um acampamento/assentamento é semelhante à estrutura do próprio Movimento - setores e

frentes. A base se divide em equipes de trabalho como: segurança (que se extingue quando os Sem Terra são assentados); negociação; saúde; educação; produção; etc. As divisões das tarefas nessas instâncias são de acordo com a aptidão de cada companheiro; ele irá se encaixar em uma atividade que se sinta bem e competente para tal, nesse momento são formadas as lideranças no movimento, pessoas que estarão à frente da estrutura organizativa.

Todas as ações do Movimento estão pautadas no coletivo e na família, porém a heterogeneidade desses sujeitos implicará no fortalecimento do coletivo ou na segregação dos indivíduos. Há uma linha tênue quando se trata da união desse grupo. É muito comum, sobretudo quando não há um trabalho de formação política da base, o assentamento reproduzir práticas típicas da agricultura capitalistas como a formação de pequenos proprietários com uma produção individualizada. Esse modelo pode existir dentro de um assentamento, mas em certos momentos nessa instância deve haver práticas coletivas. A dificuldade de se manter como pequeno agricultor - créditos para produção, avanço dos transgênicos, o próprio tempo lento para o crescimento da lavoura, as entressafras, os fatores climáticos ou pragas que destroem a lavoura - obrigam os assentados a procurar outras atividades que complemente a renda como empregos temporários em outras localidades; trabalho no corte de cana na usinas próximas; a abertura de estabelecimentos –mercadinhos bares - no próprio assentamento ou em localidades vizinhas, etc. Isso nos mostra as dificuldades que os pequenos agricultores enfrentam para se manter como tal. Muitos são beneficiários de políticas compensatórias como o Bolsa Família, o que comprova a baixa renda e a miséria que vive a população rural.

Normalmente a luta passa por momento de "calmaria", já que as famílias têm que direcionar seus esforços para a construção da residência e iniciar a produção. Essa problemática pode ser explicada ou entendida como um cansaço das famílias por estarem por muito tempo na luta - o tempo normalmente morando em lonas corresponde cerca de 4 anos enfrentando despejos e condições adversas. Para que o grupo permaneça sempre coeso há a

necessidade da presença sempre do Movimento auxiliando os Sem Terras e incentivando-os a realizarem cursos que forneçam estratégias para garantir a sustentabilidade do assentamento como por exemplo cursos de beneficiamento da produção; a proposta de medicamentos alternativos como os fitoterápicos (que previnem e cura doenças, o Setor de Saúde tenta capacitar militantes para que nas suas áreas desenvolvam culturas de plantas medicinais resgatando todo o conhecimento dos antepassados que valorizavam esse cultivo); o incentivo a formação de cooperativas. A proposta do modelo de agrovila fortalece muito a unidade do grupo, lá a divisão espacial faz com que as casas se localizem uma ao lado da outra formando uma “vila” com escola e área coletiva para reuniões. Além da associação na compra de maquinarias e utilização de transporte para o escoamento da produção. Esse modelo respeita o individualismo de cada família, pois cada uma produz e cria o que deseja e ao mesmo tempo fortalece o coletivo.

Esse resgate das tradições do trabalhador rural é fundamental porque o aproxima das práticas ligadas a terra e fortalece a luta. O MST se mobiliza em inúmeras ações para que essas tradições sejam recuperadas e não se percam. O estudo é fundamental para isso pois resgata toda a luta da classe popular e desmistifica muitas histórias. Dessa forma, o Movimento desenvolve diversas estratégias para gerar nos seus integrantes, a necessidade de participar das decisões, reorganizar os trabalhadores rurais na luta pela conquista da terra.

CAPÍTULO 3

VIVÊNCIAS E PRÁTICAS QUE DÃO SUSTENTABILIDADE À LUTA E DISSEMINAM OS VALORES ASSUMIDOS PELO MOVIMENTO

" Somente depois de estar na terra e ter tempo para parar e pensar, sentirá a necessidade de organizar a cultura." (Platão)

Vivemos em um tempo em que os movimentos sociais são facilmente cooptados, criminalizados pela mídia e duramente repreendidos pelo poder público. Manter-se ativo "contra esta corrente", torna-se cada vez mais difícil; obrigando os movimentos a definirem

novas estratégias e se articulem com outros grupos, para que seus objetivos estejam sempre vivos dentro de cada integrante e de todos que estão envolvidos na luta. O MST é um dos movimentos que vem conseguindo se manter como uma força política fundamental no cenário brasileiro. Contribuem para isso, sua forma de luta bastante particular, proporcionando o seu amadurecimento e a permanência dos seus ideais.

O Movimento tem a necessidade de se manter muito presente em todos os assentamentos e acampamentos que é sua base de apoio na luta, realizando um trabalho cauteloso e massivo para formar politicamente esses militantes. Para que isso se concretize desenvolvem-se estratégias para mobilizar os trabalhadores e alavancar a luta, como: os encontros e congressos; os hinos e as músicas que narram a cultura do trabalhador Sem Terra; publicações; revistas; jornais; os coletivos que estruturam o movimento; a ocupação de prédios públicos; as marchas e passeatas; a existência de uma educação diferenciada que possibilite a ampliação da consciência; entre outras. É nestas estratégias utilizadas pelo Movimento para equacionar as dificuldades vivenciadas que este capítulo se centra e contempla o objetivo deste trabalho.

O latifúndio, em 500 anos de história do Brasil, não destruiu apenas a terra, mas também a consciência dos pobres e trabalhadores, por isso milhões deles andam como estivessem cegos. Há um latifúndio em cada cabeça que não deixa produzir virtudes e valores, que embrutece as relações sociais e humanas, que abre profundos rasgos de erosões na memória, fazendo-nos acreditar que a história começou com o nosso nascimento individual, antes disso "nada" de importante existiu. É a cultura do vazio e do esquecimento. (BOGO, 2000, p.35)

Essa cultura do vazio vai sendo suplantada no contato do trabalhador com a terra, na troca de experiência com outros integrantes fortalecendo, com isso, a identidade desses trabalhadores. É nesse espaço diverso, denso de contradições, que ele estabelece relações com outros trabalhadores que vivenciam as mesmas experiências e as mesmas condições, constituindo-se em um sujeito que questiona a sociedade e se propõe a transformá-la.

3.1 O processo de organização coletiva dos acampamentos e assentamentos

São nas instâncias do acampamento e assentamento que as estratégias de organização do MST se materializam. Estes são os locais que a luta por terra se desdobra, onde as dificuldades surgem, simbolizando um espaço de disputas permanentes e de resistência às investidas do Estado e do poder dos latifundiários – materializados no avanço da monocultura, na disseminação das sementes transgênicas, na apropriação privada do uso da terra, na ideologia veiculada pelos meios de comunicação voltados para a lógica do mercado, etc. São espaços fundamentais na construção de uma identidade coletiva que se fundamenta na diversidade, visto as inúmeras formas de inserção dos sem terra no mundo do trabalho.

Um determinante fundamental que explica a diversidade de categorias de trabalhadores inseridos no MST é o fenômeno muito forte nos últimos anos, de inserção de trabalhadores urbanos no Movimento. Essa questão vem sendo fortemente debatida tanto no interior do movimento, como estudos realizados provocando grandes polemias entre os que consideram um avanço e os que questionam a sua eficácia fortalecimento da luta pela terra e na realização da reforma agrária.

Essa realidade se expressa no Estado do Rio de Janeiro. No assentamento Dandara dos Palmares- que utilizei como referência - e nos outros assentamentos vizinhos, se constata que a maioria dos indivíduos que aderiram ao Movimento, decidindo ocupar uma propriedade, são pessoas que vieram do meio urbano, que devido às dificuldades na cidade decidiram ir para meio rural ²¹ ou regressar. Regressar, pois, muitas vezes, eles próprios ou então seus familiares foram trabalhadores rurais migrantes. O norte-fluminense retrata muito bem esta realidade, a

²¹ Nos primeiros anos do MST (década de oitenta), a maioria dos seus integrantes era proveniente do meio rural, porém o perfil dos acampados e assentados se modificou, passou a ser de pessoas que poderiam ou não ter vínculo direto com a atividade rural. Muitas vezes, pela proximidade dessas duas regiões, a distinção entre meio rural e urbano se confundem. Existem trabalhadores rurais que residem nas cidades e trabalham no meio rural, e vice-versa; segundo MEDEIROS (2003) Muitos dos assalariados rurais vivem hoje nas periferias das grandes cidades e tendem a combinar a irregularidade do trabalho sazonal na agricultura com atividades urbanas as mais diversas e também inconstantes (construção civil, comércio ambulante, pequenos concertos, etc.).

região é conhecida pela sua secular produção canavieira - monocultura extensiva. Muitas pequenas propriedades foram extintas devido à dificuldade de competição com os grandes usineiros. Para os trabalhadores rurais a saída era abandonar a vida no campo ou trabalhar e residir dentro da grande propriedade nas condições impostas pelo patrão (trabalho exaustivo em troca de moradia e alimentação e em condições insalubres e até mesmo, em pleno século XXI, a existência de trabalho escravo.). O processo de modernização da produção acentuou os níveis de desemprego, tornando a migração para os centros urbanos algo inevitável, motivados pela dificuldade de se permanecer no campo e pela propaganda de emprego na cidade.

Por volta dos anos 50 e 60 acontece na região a primeira grande mecanização da lavoura, gerando um grande contingente de mão-de-obra excedente.(...) o processo de expulsão da mão-de-obra assalariada residente nas terras das fazendas intensificava-se em acelerado processo de migração para área urbana de Campos e saídas definitivas da região em busca de trabalho e moradia na área metropolitana do Rio de Janeiro. Com o Governo de João Goulart crescem as denúncias trabalhistas através dos sindicatos na região de Campos. Foram inúmeras as denúncias e ações trabalhistas contra as usinas campistas cobrindo desde falta de pagamento até expulsão de trabalhadores das casas que residiam e pertenciam aos usineiros. (LEWIN, 2005, p. 74)

Ou seja, tendo em conta este processo e a própria diversidade de categorias de trabalhadores rurais, o perfil das pessoas que entram para o Movimento são os mais variados possíveis, igualmente o motivo que os levaram a se inserir nessa luta. Nas entrevistas com os moradores do Assentamento Dandara dos Palmares esteve presente a dificuldade econômica de se manter no meio urbano e rural como fator principal para a decisão de " se juntar ao MST ", desejando o acesso a uma condição social que lhe era negada. Cada história revela uma realidade: pessoas que estavam vivendo com renda proveniente da venda de lixo; que residiam em bairros pobres nas periferias urbanas em situação de vulnerabilidade; desempregados; trabalhadores da própria propriedade ocupada que, movidos pela causa,

decidiram se unir à luta; pessoas que tiveram seus parentes (pais, avós, tios) "expulsos" das terras que moravam, etc. Muitas pessoas viam através da posse de terra a possibilidade de ter acesso ao trabalho e garantia de mecanismos para sua sobrevivência.

As disputas por terra também se verificaram em áreas tradicionais de lavoura comerciais que, em casos bastante delimitados, passaram a abrigar assentamentos, quer como resultado de ocupações, quer de pressões de trabalhadores em situações de falência de usinas. É o caso das unidades criadas na região de Araraquara, em São Paulo e em Campos, no Rio de Janeiro, onde os assentados são, respectivamente, antigos bóias-frias ou ex-assalariados. Há projetos que foram gerados a partir de ocupações de terras por populações de origem urbana, como aparece com frequência no Rio de Janeiro. Nesse estado, os ocupantes de terra eram tanto trabalhadores expulsos de outras áreas agrícolas em transformação, como moradores da periferia das cidades que já se encontravam envolvidos no mercado de trabalho informal ou, em alguns casos, até mesmo com empregos com contratos formais. Trata-se de pessoas com experiência urbana que, havendo uma oportunidade de retorno as áreas rurais, buscaram-nas, não com a intenção de recriar um "modo camponês" de vida, mas de alcançar alternativas de sobrevivência mais estáveis, conjugando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas (...). (MEDEIROE E LEITE, 1999, p.11.)

O MST aglutina uma diversidade de sujeitos, várias categorias de trabalhadores que expressam valores culturais e demandas distintos. Essa diversidade impõe ao Movimento o desafio de fortalecer a luta pela terra e a dimensão do coletivo respondendo diversas reivindicações que vão além da reforma agrária.

O cotidiano tanto do trabalhador rural que se deslocou para os centros urbanos em décadas passadas, fruto do êxodo rural, quanto os que na atualidade se deslocam para o campo (os Sem Terra) é modificado de tal maneira que a assimilação dessas vivências causa profundas modificações nesses sujeitos. No primeiro caso, os camponeses saem do seu ambiente com características singulares: o tempo do camponês equivale ao tempo da natureza: ele acorda cedo, vai para o pasto, tira leite das vacas, ara a terra, planta, colhe, "dar de comer" para os animais e quando o "dia cai" ele vai para sua casa dormir cedo para quando o sol raiar ele "tá de pé" novamente. Ele está acostumado a conduzir as suas ações de acordo

com a observação dos fenômenos da natureza, como ocorre com as mudanças climáticas: ele planta na lua certa para que a sua roça não "dê bicho" e o fruto "saia bom"; assim se estabelece a cultura do campo, algo que perpassa de geração para geração, se não for interrompido por outra cultura que se sobrepõe a outras, como a dinâmica da cidade. Lá vive outra realidade; ele não pode ir ao pomar pegar uma fruta em fartura, seu cotidiano é movido pela inconstância das relações trabalhistas, (característica que também é inerente às regiões rurais) visto a essência do Modo de Produção Capitalista. Nesse sentido a vida no meio urbano é perpassada por diversas inseguranças tais como:

Insegurança no mercado de trabalho, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo de governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e a ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; insegurança no emprego, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se, precárias); insegurança na renda, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da deterioração da distribuição de renda, e, por fim, do crescimento da pobreza. (BEHRING, 2003, p. 40)

Embora essas diferenças presentes na realidade do trabalhador urbano e rural, o que existe em comum é sua condição de expropriados dos meios de produção e a alienação do trabalho.

Ao ingressarem na luta do MST os trabalhadores se deparam com uma nova realidade, a chegada à terra e a necessidade de lutar proporcionam a estes indivíduos a reconstrução de sua subjetividade. Decidir ocupar uma terra é algo muito sério, pois a luta é árdua e diferente do cotidiano que os "novos integrantes" costumavam a ter em outros ambientes. Conviver com pessoas que não se tem afinidade; residir em casas de lona por um tempo indefinido e sem qualquer certeza de ter seus objetivos alcançados (costuma-se viver por cerca de quatro anos até que ocorra a desapropriação), submetidos às precárias condições; temer a investida

da polícia e dos capangas do dono da terra; morar em um ambiente comunitário, pois quando se acampa as atividades são realizadas conjuntamente como cozinhar para o grupo, construir as moradias, organizar-se em brigadas de acordo com os setores (educação, saúde, segurança, comunicação). Dessa forma, desenvolvem-se formas de cooperação fundamentais para o desenvolvimento da luta e da organização do assentamento, logo para a obtenção de um dos objetivos do Movimento, o fortalecimento da dimensão coletivo. Em relação ao momento do assentamento, vale ressaltar a reflexão de Vendramini que afirma:

Os assentamentos explicitam as contradições sociais, o novo e o velho estão continuamente em embates. O movimento busca criar um novo homem, agregando aqueles homens, mulheres, crianças expropriados, sem espaço real de reprodução nesta sociedade. Constroem no acampamento um modo de vida fundado na cooperação e na solidariedade e enfrentam, nos assentamentos, os limites concretos, reais, para materializar tais princípios e práticas, visto a necessidade econômica de reprodução de vida. (VENDRAMINI, 2002, p. 71)

Nesse processo é que se constrói uma nova identidade: a do Sem Terra²². Sem Terra se torna um nome próprio que designa um grupo com identidade, organização política, ideologias e valores específicos; diferentemente do sem-terra que engloba todos que não possuem a posse de terra.

A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, trabalhador do campo que não possui sua terra de trabalho é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural. No Brasil, a luta pela terra e, mais recente, a atuação do MST acabou criando na língua portuguesa o vocabulário sem-terra, com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para essa condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. (CALDART, 2004, p. 19)

²² Apesar do MST ser um Movimento dos Sem Terras, ele aglutina todos aqueles que já obtiveram seus lotes somados aos que compactuam com a causa e ajudam a difundi-la. Há uma discussão interna sobre a condição do assentado, se ele deve ser considerado um ex- Sem- Terra ou não. Porém esse debate já foi superado, compreende-se que a organização necessita-se daqueles que já conseguiram a terra, que ajudem aos demais a difundirem a idéia de que a luta dos militantes não deve ser apenas pela pequena propriedade mas por um projeto de desenvolvimento sustentável e da transformação social do país. Para Fernandes (2000, p.85), “A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na terra o seu fim. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em uma luta pela reforma agrária”

As aspirações individuais tendem a se subordinar às decisões do coletivo. Muitas vezes o individualismo é tachado como um vício. Diferentes interesses terão que ser "posto na balança" através dos debates coletivos, tendo a Assembléia a mais importante instância onde as decisões são tomadas por meio de votação.

Na medida em que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentarem, os camponeses tomarão consciência da realidade existente e do construir de um novo espaço. Aprenderão certamente a organizar a produção do assentamento, a comercialização dos produtos, o cuidado com a mãe terra, as relações sociais, a estrutura da sociedade, a dimensão das relações políticas, a construção coletiva do trabalho, o cuidado com as crianças, com os jovens, com os adultos, com os idosos, enfim com uma vida mais sustentável. Uma nova construção cultural se apresenta para o camponês, assim sendo aos poucos se estruturará uma nova identidade coletiva, a partir do novo espaço territorial do assentamento. (BELEDELLI E MEDEIROS, 2005, p.1739)

Ao chegar à terra, os acampados são convocados a assumirem postos na estrutura organizativa do Movimento como a de coordenador dos Setores, adquirindo um "poder de voz e voto" nas decisões. Agora a sua opinião é escutada e ponderada. O acesso a terra possibilita uma maior socialização e um poder de inclusão daquele indivíduo; antes ele era apenas mais um trabalhador (à disposição do mercado) em uma sociedade que só o deseja como força de trabalho e como um consumidor. Essa nova realidade demanda deste sujeito algo mais, possibilitando que ele revele e desenvolva suas potencialidades.

Em uma entrevista A. narrou que muitos assentados dos Dandara não se posicionavam nas reuniões. Porém, aos poucos, esse comportamento foi se modificando: *"Antes tinha muito companheiro que não abria a boca, não falava nada nas reuniões; tem um amigo nosso o C. ele tinha vergonha e era até gago quando falava. Hoje em dia ele é um dos melhores coordenadores e é quem vai para as manifestações lá no Rio."*

(...) a condição de assentado não significa somente o acesso à terra, o que representa uma grande conquista na conjuntura adversa em que vivemos, mas um rico processo de socialização possibilitado por um movimento que revoluciona os padrões de vida e de pensamento dos trabalhadores rurais, sejam eles pequenos proprietários ou seus filhos, arrendatários, meeiros, parceiros ou assalariados. Na realidade, as diferenças entre sua condição de trabalho anterior ao acampamento já não são mais tão significativas pois todos são sujeitos de forma cada vez mais semelhantes ao processo de acumulação capitalista e sua conseqüente expropriação. (VENDRAMINI, 2002, p. 71)

Nesse processo de (re)construção de uma identidade coletiva, a organização nos acampamentos e assentamentos é permeada por contradições. Relações de poder podem se sobressair neste espaço que tem como princípio uma proposta democrática no que diz respeito às decisões e as posições assumidas. As expectativas do grupo dirigente do Movimento nem sempre são as dos seus integrantes. Muitas vezes há um distanciamento entre o grupo dirigente- mais politizado e envolvido na luta- com a base. Não é rara a manifestação de atitudes autoritárias de um assentado com o seu companheiro ou com sua família; isso pode ser entendido e explicado fruto de tantos anos de exploração/dominação pelo patrão e pela sociedade, que impõe valores individualistas, preconceituosos e machistas. A reprodução dessa opressão pode se tornar algo corriqueiro, por exemplo, quando um companheiro deseja exercer mais influência nas ações do grupo ou não respeita as decisões.

Princípios defendidos veemente pelo Movimento como o da igualdade entre mulher e homem nem sempre se concretizam na prática. No Assentamento Dandara dos Palmares, a participação dos homens nas reuniões realizadas pelos estagiários do Projeto PRÓ- MST era inexistente, eles achavam que era "coisa de mulher", as relações de gênero são bastante arraigadas e visíveis. Essas questões não costumam se manifestar na instância do acampamento uma equidade entre mulher e homem, o "espírito do coletivo" - proporcionado pela necessidade de se lutar frente às inúmeras dificuldades existentes em um acampamento - faz com que todos assumam as mesmas posições. Observamos que essa realidade se modifica

no espaço dos assentamentos, as atividades das mulheres ficam restritas e sobrecarregadas ao cuidar da casa e dos filhos, somadas as da lavoura.

Na discussão realizada no assentamento junto às mulheres para incentivar a formação de uma cooperativa com as moradoras do assentamento pesquisado, constatou-se que esta iniciativa foi bem aceita pela maioria das mulheres. Porém foi citado o esforço a mais que elas teriam que empenhar ao assumir essa nova atribuição, já que teria que ser conciliada com as atividades domésticas que são de sua inteira responsabilidade. Por outro lado, os homens não se viram contemplados por essa iniciativa, pois a ele cabe "cuidar" da produção e "fazer negócio"; qualquer outra atividade é considerada secundária, competindo a mulher. Esta divisão sexual do trabalho dificulta muitas vezes a própria participação das mulheres nas atividades propostas pelo Movimento tais como os encontros e cursos de formação; já que muitos pais e maridos não permitem filhas e esposas se dediquem aos estudos e militância já que, a participação nestas atividades significará um desfalque nas atividades da lavoura e domésticas.

No assentamento as mulheres são responsáveis de muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite etc. Mesmo diante do fato de que as mulheres participem de todas as atividades do campo, o discurso de ambos sexos permanece caracterizando o trabalho feminino como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas, como insistimos, é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização do produto. (GARCIA, 2006 p.8)

Outros problemas surgem como violência doméstica, alcoolismo, o não respeito às decisões e regras do assentamento, entre outros. Por isso que há a necessidade do acampamento / assentamento ter uma identidade de grupo muito forte para enfrentar os problemas como um coletivo. Uma entrevistada do Dandara dos Palmares, Dona N. coloca a importância da vivência no período de acampamento; em sua opinião o longo tempo que se espera o processo de desapropriação, implicará na forma com que o assentamento irá se organizar no futuro. Pois é no momento do acampamento que os Sem Terras irão aprender a

viver em grupo, entender como funciona o Movimento, se instrumentalizar através dos cursos e desenvolver estratégias. Dona N. exemplifica se referindo a um assentamento vizinho - Z.- no qual ela atribui às dificuldades vivenciadas no presente momento, ao curto tempo como acampados. Quando se obtêm a terra "sem se brigar muito", o grupo não tem estrutura e maturidade de um coletivo para gestar um assentamento. A entrevistada coloca que o Dandara dos Palmares consegue enfrentar de forma melhor os problemas que surgem, graças à coesão do grupo. Tudo é resolvido pelo grupo, como foi citado pela entrevistada: *"Uma vez um morador teve problemas com bebida, nós nos reunimos e decidi dar um voto de confiança nele. Se ele não melhorasse as atitudes ele ia ter que sair do assentamento. Todos olham o Dandara como um assentamento que deu certo, tudo o que tem que ser resolvido nós discute nas reuniões."*

Embora esse não seja o único determinante para explicar tais fenômenos, certamente que a experiência vivenciada no acampamento pode contribuir para homogeneizar a luta, pois, como afirma Navarro (1994, p.6) a vida em acampamento torna-se um espaço de educação política para os acampados, pois, afinal, a vida no acampamento não é de trabalho.

Algumas formas espaciais de distribuição dos lotes e das áreas coletivas podem ajudar a coesão do grupo, o Movimento recomenda alguns modelos de assentamento como o das agrovilas, no qual as casas ficam dispostas lado a lado e os lotes para a produção ficam distantes desse núcleo residencial, proporcionando uma socialização maior entre os moradores, mantendo o sentido de coletividade; e a disposição em que as casas e os lotes ficam separados, dificultando a integração do grupo. No Assentamento Dandara o fato das casas estarem longe uma das outras, muitas vezes, as reuniões ficam esvaziadas, já que muitos moradores têm suas residências distantes da casa-sede (local onde ocorrem as reuniões, os cursos ou funcionam como creche ou sala de aula). A distância geográfica pode se tornar um empecilho, quando a organização do assentamento é "frágil".

É importante ressaltar que na passagem da condição de acampado para assentado há uma diminuição da participação dos Sem Terra na luta coletiva. Esse é o momento que ele tem para se dedicar a construção da sua casa de alvenaria e alavancar a sua produção e/ou criação. Ou seja, a dimensão do coletivo diminui, em função das demandas específicas inerente a cada assentado. Esse fato é visto, muitas vezes, pelos "de fora" como desmobilização, para os assentados é o tempo de voltar-se para si e sua família. Isso não significa o fim da luta dessas pessoas, a todo o momento, eles são convocados a voltar à luta. Essa nunca cessa, por exemplo quando ocorre alguma ocupação de terra em um latifúndio vizinho, são os já assentados que fornecem assistência a esses novos sujeitos; os mais experientes ajudam na construção dos barracos e da área coletiva, na preparação da horta de subsistência, etc. E assim, a cultura do Sem Terra é construída junto aos novos integrantes, isso tem um efeito muito interessante pois o aprendizado dessa cultura se dá através da experiência, da "mão na massa", na observação das ações dos mais velhos e/ou mais experientes. Há a percepção de que resistir é algo sacrificado mais que compensa. Segundo Caldart (2004,p. 27) os Sem- Terra se educam enquanto tal sendo do MST, ou seja, fazendo parte de uma coletividade, da qual, ao mesmo tempo em que são por ela formados, dela também são construtores. Possuindo uma dinâmica própria, um movimento dentro do Movimento, que é construtor da identidade e da coletividade Sem Terra, o MST caracteriza-se como sujeito educador, ao mesmo tempo em que essa dinâmica caracteriza o jeito de ser do Movimento.

(...) as experiências dos acampados e assentados ganham um outro sentido, não limitado à imediatidade as situações em que vivem, mas que as extrapolam. Exemplo disso é a identidade criada entre a base do MST, mesmo os assentados que já conquistaram a terra continuam identificando-se com os sem-terra e a classe trabalhadora de um modo geral. (VENDRAMINI, 2002, p. 70)

Em outros momentos também, o assentado "volta à ativa", como nas marchas, nas ocupações de prédios públicos para exigir algum direito, etc. Os moradores do Assentamento Dandara dos Palmares estão sempre reivindicando algo: a estrada que está em péssimas condições e precisa ser reparada para que a produção seja escoada e o ônibus escolar circule (os seus usuários costumam ficar sem o transporte, e conseqüentemente sem ir a escola por este motivo); a necessidade de creches para que as mães tenham mais tempo para se dedicar aos seus afazeres; a "liberação" do crédito rural para viabilizar a produção e financiar a construção das casas; sem mecanismos para a produção, os integrantes da família se destinam a outras atividades como o corte de cana nas fazendas vizinhas (é comum os adolescentes trabalharem para aumentar a renda familiar) ou a abertura de algum estabelecimento na própria casa como bares e lanchonetes. São estratégias de sobrevivência, já que a lavoura é muito vulnerável as condições climáticas, as pragas e a época de plantio.

O MST tem um desafio existente desde o início de sua atuação, que ainda não foi solucionado: a dificuldade de gestão econômica e produtiva dos assentamentos, se configurando uma realidade complexa e um problema difícil de ser equacionado, que tende a influenciar na manutenção dos ideais de luta do MST e na mobilização dos seus integrantes. Muitos assentados vivem de programas governamentais de assistência social como o Bolsa-Família e o Auxílio-Maternidade, comprovando o quanto a renda familiar é baixa²³. É comum o abandono do lote ou até mesmo a sua venda (prática que o grupo dirigente do Movimento não aprova). Nos estados em que o MST não possui tanta inserção com um trabalho de capacitação técnica e política (como o desenvolvimento de cooperativas) o problema do

²³ Para ser um beneficiário deste programa governamental, há a necessidade de comprovação da renda mensal per capita (até 69 reais as famílias são enquadradas na classificação "famílias extremamente pobres"; de 69,01 a 137 reais as famílias são consideradas "família pobres"), da frequência escolar e das vacinas a serem tomadas. O benefício varia entre 20 e 182 reais, de acordo com o número de filhos (até 17 anos) e do valor da renda per capita. No assentamento Dandara dos Palmares, muitos beneficiários correm o risco de perder este auxílio devido a não frequência dos seus filhos na escola; fato ocasionado pela falta do ônibus escolar que se nega a entrar no assentamento devido a péssima condição da estrada; além de outros motivos como falta de respeito do motorista com as crianças, gerando uma situação de inseguranças por parte dos pais que optaram por não deixarem seus filhos irem a escola.

abandono das terras, do aluguel dos lotes, da permanência no assentamento apenas para estadia e não para o trabalho agrícola, se agrava.

Estas dificuldades vivenciadas pelos assentamentos não é diferente dois demais segmentos dos trabalhadores do campo, principalmente os agricultores familiares. Várias pesquisas foram realizadas com o objetivo de avaliar a visibilidade econômica dessas unidades produtivas. Um estudo realizado pela FAO/INCRA (1998), - considerado um dos estudos mais importantes desempenhado até o momento - definiu como fatores limitantes ao desenvolvimento dos assentamentos que são: o quadro natural, a infra-estrutura deficiente, falta de assistência técnica, a inexistência de organizações produtiva e política nos assentamentos, créditos insuficientes, etc. São esses elementos fundamentais e que explicam a crise vivenciada nos assentamentos de reforma agrária e o alto índice de abandono dos lotes, pelos sem-terra. Medeiro reafirma isso:

Quanto ao abandono do lote, entre os motivos mais apontados, ganham destaque a precariedade da infra-estrutura dos assentamentos, provocando dificuldades de transportes, acesso à escola, assistência à saúde; a falta de apoio a produção, potencializada pela infra-estrutura deficitária; o endividamento, derivados dos fatores anteriormente apontados ou mesmo da dificuldade dos assentados em lidar com a nova racionalidade que as operações de crédito impõem; a sensação de abandono sentida pelos assentados, após um momento inicial de muitas expectativas; a imposição de regras (pelas organizações de trabalhadores e pelos organismos estatais), muitas vezes estranhas às suas experiências anteriores; pressões e ameaças dos grandes dos grandes proprietários (...). (MEDEIROS, 2003, p.84)

Passar pelas dificuldades vivenciadas em um acampamento é uma experiência educativa, cria-se um sentimento de comunidade, de aliança e de percepção que todos estão ali devido a um problema, consegue-se reconhecer a existência de um inimigo o latifúndio e a classe dominante que preserva a sua intocabilidade. Nesse momento o Sem Terra entende o "fio da meada" e desenvolve uma consciência crítica da existência da subordinação das classes sociais, e que uma vive da exploração do trabalho exaustivo da outra e que a terra não

é um monopólio de uma determinada classe e sim um direito. A luta se torna, muitas vezes, a última alternativa dessas pessoas.

As condições econômicas transformaram, primeiro, a massa da população do país em proletários. O domínio do capital criou, para essa massa, uma situação comum e interesses comuns. Assim essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma. Na luta (...), essa massa se une, constituindo-se numa classe para si. Os interesses que defende convertem-se em interesses de classe. (MARX, 1976, p.164)

Segundo a teoria marxista a consciência de classe não se restringe ao pertencimento a uma classe. Aquela não remete somente a condição objetiva de ser trabalhador ou burguês. Ela representa o máximo de consciência possível, a máxima compreensão que permita apreender a dinâmica social nos seus fundamentos, ou seja, entender a relação capital/trabalho, em que a força de trabalho ocupa uma posição subalterna já que não detém os meios de produção e o real valor de seu trabalho não lhe é pago— mais-valia.

A experiência de se inserir no Movimento e de se envolver em suas atividades (formação de uma "comunidade de Sem Terra "), pode implicar no reconhecimento do trabalhador dentro do processo produtivo, desencadeando nesse sujeito a consciência da necessidade da luta. Esse reconhecimento demarca a passagem da consciência em si, fundamentada pelo entendimento de pertencimento a uma determinada classe, para a consciência para si, caracterizada pela luta e defesa de seus interesses.

A ocupação é vista pela sociedade como um crime a propriedade privada, não há o entendimento do intuito da ação e da problemática existente. Se não houver a ocupação, as terras passíveis desapropriação não serão destinadas à Reforma Agrária.

A prática de ocupar terras (não exclusiva do MST) tem o papel de pressionar os órgãos competentes e tornar visível o problema.

Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriação quando houve ocupação. É só comparar. Onde não tem o MST não tem desapropriação. Onde o movimento é mais fraco, menor é o número de desapropriação, de famílias beneficiárias. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma o direito. Nossos alunos apreendem isso no primeiro dia e aula. A lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois se aplicarem a lei. Nesse sentido, o sociólogo Fernando Henrique tem consciência. Ele afirmou: eu não condeno o movimento de vocês. É justo. Se não fizer pressão, não sai ". (STEDILE E FERNANDES, 1999, p. 115)

A ocupação de terras primeira tática do MST para mobilização das massas, teve como referência de outros movimentos como as Ligas Camponesas. A experiência da Fazenda Sarandi no Rio Grande do Sul – cumpriu rapidamente a sua função, chamou a atenção de um grande contingente populacional para o problema da concentração de terras, no final do período ditatorial.

(...) tais fatos inauguraram a primeira fase caracterizada pela reintrodução de antigas táticas de ocupação e formação de acampamento, acompanhadas de mecanismos de grande impacto visual (os barracos de lona preta, a miséria, a teimosa determinação dos acampados), mobilizando amplas redes de solidariedade e atraindo a atenção dos meios de comunicação. Por certo, também provocou diversas reações, as mais contraditórias, dos agentes dos estados: da violenta repressão policial e militar, às vezes conciliatórias. (NAVARRO, MORAES E MENDES, 1999, p 34)

O Movimento logo após a sua criação percebeu a necessidade de desenvolver outras táticas de luta e ações inovadoras. Fator que possibilitou a propagação do MST em escala nacional e internacional Essas atividades/ações contribuíram decisivamente na construção da identidade do Movimento.

3.2 Símbolos da luta, Encontros e Congressos

Desde suas primeiras ocupações, o MST se utiliza de estratégias para que seus integrantes compreendam a realidade em que vivem e desenvolvam formas para o alcance dos objetivos propostos coletivamente. Os símbolos, as músicas, os hinos, os "gritos de guerra",

os encontros, funcionam como fortificadores da identidade do MST. Na sua primeira ocupação - Fazenda Macali - estiveram presentes alguns símbolos que emitiam valores sobre aquele momento de luta. Devido à influência da Igreja Católica²⁴, a cruz (referenciando todo o sofrimento que Jesus passou durante a via sacra) era colocada no centro do acampamento e levada à frente das passeatas e procissões; ao mesmo tempo em que ela emitia dor e sofrimento (em homenagem aqueles que faleceram na luta) exprimia também um sentimento de paz. Com a sua institucionalização, o MST se distancia das práticas incorporadas de grupos que o apoiavam (a CPT, sindicatos e partidos), e cria referências próprias buscando sua autonomia.

A cruz foi substituída pela bandeira elaborada durante o 4º Encontro Nacional em 1987. Ela se tornou o maior símbolo do MST, sendo estampada em camisas e bonés utilizados nas manifestações, marchas e encontros; em todas as porteiras das fazendas ocupadas pela organização, ela é hasteada como símbolo de conquista. Seu desenho exibe um mapa do Brasil, representando a luta em todo território nacional, e dois trabalhadores rurais (uma mulher e um homem) impondo uma foice, sua ferramenta de trabalho. Segundo Medeiros e Beledellil uma marca forte do MST é:

(...) a simbologia utilizada pelo movimento na identificação do assentamento onde são colocadas placas com o nome do mesmo, escolhido pelos próprios assentados. A bandeira do movimento, símbolo do MST, é colocada em lugar de destaque, em um ponto onde as pessoas possam vê-la de várias posições e lugares. As casas e o próprio assentamento se inserem numa paisagem voltada para o embelezamento do lugar. A construção da beleza motiva os sujeitos, sua auto-estima cresce cada vez mais no sentido de pertença àquele espaço, construindo a própria espacialidade. (BELEDELLIL E MEDEIROS, 2005, p. 1733)

²⁴ O distanciamento da Igreja Católica é percebido em seu discurso mais laico. Exemplo disso é a idéia de que “a ocupação é legítima porque é um instrumento de defesa da vida como um direito fundamental, não simplesmente por ser dom divino. Por outro lado a herança do catolicismo persiste, ainda que resignificada nas práticas do MST, como na mística que é considerada o “o espírito do MST”.

A bandeira é normalmente hasteada na entrada do acampamento e nos assentamentos. No Assentamento Dandara dos Palmares, ela é colocada do lado da porteira para ser vista por todos que transitam pelo local. Torna-se um símbolo importante para afirmar a força da luta pela reforma agrária em uma área rodeada por grandes propriedades. A bandeira significa a resistência e a união desses trabalhadores e desejo de manter acesso seus ideais.

Os rituais são bastante importantes para fortalecer a luta, desde o início da ocupação: a cerca é cortada na calada da noite, durante a madrugada os mais experientes (os assentados das fazendas vizinhas, os integrantes da Frente de Massa, os coordenadores) estão sempre articulando algo com os novos participantes como ensinando as músicas que falam de resistência; de manhã as casas de lona preta são montadas, a bandeira é hasteada e o nome do acampamento é escolhido²⁵ substituindo o nome da fazenda. Esses rituais fortalecem a luta, pois estão sempre emitindo valores facilmente identificados pelos novos acampados, como os das lutas passadas que obtiveram êxito ou dos que morreram por um ideal tendo seu sonho inconcluso. A história funciona como um princípio educativo. Isso fica muito visível nos gritos que são entoados durante os eventos, ao lembrar Antônio Conselheiro, Zumbi, Che Guevara, entre outros; recorda-se o quanto vários já perderam sua vida na luta por igualdade, justiça e terra. Nesse processo:

(...) o camponês busca conhecimentos acumulados em sua história de vida, colocando em prática a sua herança cultural, resgatando jeitos que muitas vezes já estavam esquecidos. Mas, também passa a adquirir novos conhecimentos quando se defronta com um espaço totalmente desconhecido. É então que aparece o desafio de juntar o aprendido com o que deverá aprender. (CALDART, 1997, p. 33)

No decorrer da sua história, o Movimento desenvolveu um calendário de lutas, com encontros e congressos. Em sua agenda anual foi escolhido um mês denominado Abril

²⁵ Os nomes dos acampamentos normalmente fazem referência a algum acontecimento ou alguma pessoa que foi importante para o Movimento: Acampamento 17 de abril, Assentamento Zumbi dos Palmares, Assentamento Dandara dos Palmares (em homenagem a uma sem terrinha morta), Assentamento Oziel Alves (companheiro assassinado no Massacre de Eldorado dos Carajás). Assim como os nomes das escolas que prestam homenagem: escola Paulo Freire, Escola Nacional Florestan Fernandes, entre outras.

Vermelho, no qual há a intensificação das ocupações de terras e prédios públicos. Este mês que deveria ser de luto devido ao Massacre de Eldorado dos Carajás²⁶ ocorrido em 1996, é considerado um mês de resistência, tendo o dia 17 como Dia Internacional de Luta Camponesa.

O MST costuma escolher as grandes cidades como palco para suas ações, e assim se articular e interagir com a população urbana, proporcionando um significativo avanço da popularidade do MST e no reconhecimento de sua causa pelo conjunto da sociedade.

A participação dos seus integrantes não se restringe aos eventos relacionados diretamente à luta pela terra. Articulados com outros movimentos e organizações, aproveitam outras datas para irem as ruas para manifestar contra fatos específicos ou em apoio a diversas causas como nos dias: 16 de outubro Dia Internacional em Defesa da Soberania Alimentar; 8 de março Dia Mulher; 7 de setembro dia da Independência do Brasil; 15 de novembro Proclamação da República; 1º de maio Dia do Trabalhador; 20 de novembro dia Nacional da Consciência Negra.

Em seu livro *Mídia, Terceiro Setor e MST* Maria da Glória Gohn coloca que para um movimento social conseguir impor suas idéias e competir espaço com a opinião pública, é necessário criar uma gama de marcos referenciais.

²⁶ Cerca de duas mil famílias se instalaram em 1995, à beira da rodovia PA-275 no município Curionópolis para reivindicar uma terra improdutiva. Sem nenhuma providência por parte do Estado, os acampados ocuparam a terra e decidiram realizar uma marcha até Belém para pressionar. No meio do caminho na região de Eldorado dos Carajás, os Sem Terra bloquearam a estrada; o governo então prometeu comida e transporte para levá-los até o INCRA. Porém no dia seguinte - dia 17 de abril de 1996 - os acampados foram surpreendidos com cerca de 160 policiais, vindo dos dois lados da rodovia. A ação resultou em 12 trabalhadores mortos com tiros de metralhadoras, 7 com instrumentos de corte; além dos 69 feridos e pelo menos 7 desaparecidos. A ação violenta fora executada não só pelos soldados, mas por capangas da região que é considerada um barril de pólvora nos conflitos em torno da posse da terra. Nenhum soldado foi condenado culpado. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por muitos conflitos, antes do Conflito em Carajás um outro massacre na região de Corumbiara em Rondônia. Mais de 500 famílias ocuparam a Fazenda Santa Eliana, essa adquirida por apenas uma pessoa através de um programa de colonização durante o governo militar. Rapidamente foi expedida uma liminar de despejo. No dia seguinte os acampados foram surpreendidos de madrugada pela ação violenta da polícia, que torturaram muitos sem terras e matou nove.

As mensagens têm que ser comunicativas, os assuntos de interesse público e idéias, símbolos e palavras-chaves devem ser criadas. Há necessidade de um corpo de ativistas, datas comemorativas, lugares simbólicos, grandes eventos como marchas e congressos; fundos têm que ser levantados e arrecadados, cartas e boletins deve ser escritos, uma lista de nomes e de endereços de membros e adeptos potenciais deve ser agilizada, além de preparar quadros, orçamentos, obter informações a respeito das políticas e das prioridades públicas etc. (...) movimento social significa, prioritariamente, organização de uma estrutura de comunicações. (GOHN, 2000, p.43).

Especificamente acerca dos congressos e encontros, estes possuem um caráter pedagógico de grande dimensão funcionando como um próprio curso de formação, tamanha é a experiência e vivência experimentada. Os encontros acontecem a cada dois anos, e Congressos a cada cinco anos, nos quais são definidas as diretrizes gerais que nortearão as ações do Movimento nos anos seguintes.

Cada evento nacional reflete o momento histórico que está sendo realizado. Possibilitando a formulação de estratégias; a confraternização dos seus participantes; a troca entre as culturas de cada região; um contato maior entre a base e a direção; a articulação dos seus integrantes com aqueles que abraçam as suas causas. Nos Congressos são firmados acordos coletivos, iniciadas campanhas (Campanha Nacional de Alfabetização no MST-Todos e todas Sem Terra estudando; Jornadas de Lutas que ocorrem anualmente) e deliberado o apoio a outras (Campanha Nacional de anulação do leilão da Vale do Rio Doce - A vale é nossa; Campanha Nacional da demarcação das terras indígenas; campanha Não ao deserto verde). Todas registradas no final de cada Encontro através de um documento – Carta – que resume as linhas de ação que norteará a luta nos anos seguintes. Todas essas temáticas contribui para a ampliação do leque de reivindicações e debates que o MST realiza, relacionados à luta pela terra .

O 1º Encontro Nacional realizado pela CPT em 1984 (Cascavel-Paraná), foi fundamental para definir as propostas iniciais do Movimento. Ele seria um movimento de massas e não sindical ou religioso, prezando pela sua independência e autonomia em relação e

estes; incorporando outros princípios, o que possibilitou a sua aproximação as demandas da população rural. Assim foi construída uma pauta de objetivos que se baseavam na luta pela terra e pela Reforma Agrária e a contribuição no processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento para o país que representasse o conjunto das necessidades e anseios das camadas populares e um projeto auto-sustentável para a agricultura. Já nessa época o movimento selou o apoio as causas indígenas aludindo à necessidade da demarcação das suas terras; foi definido como alvo de ação prioritária as terras das empresas multinacionais, sobretudo estrangeiras. O momento político necessitaria de muita clareza por parte do MST no que concernem seus objetivos, já que o Plano Nacional de Reforma Agrária²⁷ do governo de José Sarney (representante da mais antiga [oligarquia](#) política vigente no país) foi revisado diversas vezes, em decorrência da pressão exercida pelos grupos de representantes dos latifundiários (UDN e TFP). O texto foi publicado diferentemente do que foi elaborado pelo INCRA; obrigando o MST a investir na radicalização de suas ações, lançando os lemas (já utilizados anteriormente pela CPT): " Terra para quem nela trabalha" e " Terra não se ganha se conquista".

Sucintamente, o PNRA da Nova República previa, com base no Estatuto da Terra, o assentamento de 1,4 milhão de famílias no quadriênio 85/89. Para compreender o fraco desempenho do Plano que, ao final do governo da Nova República, não atingiu sequer 10% de suas metas, se faz necessário analisar as agudas contendas no processo de elaboração e implementação. Por se tratar de um Plano que previa a distribuição de terras, muitos eram os interessados na apresentação de emendas e sugestões. A sua oficialização ocorreu após doze versões, num texto vergonhosamente diferente da proposta original e voltado para os interesses dos grandes proprietários rurais. As articulações que levaram a tal desvirtuamento se inserem num conjunto de atividades paralelas ao Plano que, aos poucos, foram tomando seu lugar e o condicionando às motivações contrárias à reforma agrária. (BARQUETE, 2005, p.3)

²⁷Neste documento a Reforma Agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo. Porém o que observamos foi uma lei que apresentava diversas contradições, uma delas era a falta de parâmetros para classificar o que era uma propriedade produtiva já que são passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, as pequenas e médias propriedades e a propriedade produtivas; necessitando assim de uma lei complementar para tal definição, essa só apareceria em 1993 no texto da Lei Agrária.

Após a realização do primeiro encontro, o coletivo organiza o seu congresso de fundação em 1985, proporcionando o reconhecimento do MST em todo território nacional. Em Curitiba, reuniu-se cerca de 1600 delegados mais representantes de outros grupos, a maioria dos seus participantes eram sindicalizados. Lançaram o lema " Ocupação é a única solução " por achar que só com a luta massiva se conquistaria os objetivos desejados. Outro lema fora lançado "Sem Reforma Agrária não há democracia"; a conjuntura política prometia grandes mudanças na sociedade, a Carta Constitucional e o Plano Nacional de Reforma Agrária davam a impressão que a Reforma sairia do papel; enquanto vários partidos e movimentos realizaram alianças apoiando o presidente eleito José Sarney, o Movimento se posicionava a favor da pressão direta, por achar que ela surtiria mais efeito do que qualquer pacto com o Estado, realizando inúmeras ocupações de terras e de prédios públicos aproveitando o momento de aparente tranquilidade.

Assim a cada encontro e congresso o MST amadurece suas práticas e aumenta os índices de ocupações de terras. Outras propostas foram discutidas e deliberadas ampliando suas metas como a necessidade de investir na organização da produção fortalecendo o sistema de cooperação agrícola e capacitar seus militantes, já que através do estudo há a possibilidade de compreensão da realidade concreta e mecanismos para superá-la, assim os objetivos dos seus integrantes dentro do Movimento não seriam restritos apenas a obtenção de um lote de terra, mas uma meta ampliada de construção do coletivo e do combate ao modelo de sociedade excludente. Outros encontros foram realizados em nível estadual (salvaguardando a necessidade de estratégias específicas de cada região) objetivando alguns a construção dos Coletivos que ratificam as linhas políticas do Movimento.

A Constituição de 1988 dava a impressão que a sociedade civil e suas organizações teriam suas reivindicações asseguradas, porém já no início da década de noventa o governo de Fernando Collor de Mello (e seu sucessor Itamar Franco) assumiu uma política de cunho

neoliberal, subordinando o Brasil ao capital internacional, restringindo a intervenção do Estado na economia e os gastos com as políticas sociais. Implicando no acirramento das expressões da questão social, no empobrecimento da população rural e retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contra a reforma agrária e tinha ruralistas como seus aliados de governo.

O período de modernização neoliberal, devido ao crescente processo de internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, colocou em cheque muitas das conquistas advindas da constituição cidadã. Sob a pregação da necessidade da “redução do Estado”, buscava-se a destruição dos direitos outrora constituídos e a manutenção das benesses somente para o capital. Diante deste quadro, os movimentos sociais e suas organizações, que se encontravam em crescente processo de ampliação e fortalecimento na década de 80 viram-se enfraquecidos e forçados a se colocar em uma posição de resistência no decorrer dos anos 90.(PERLATTO, 2009, p.16)

Dada esta conjuntura desfavorável o MST optou se concentrar na organização da sua base. Durante o governo de Collor o MST preparou o 5º Encontro Nacional ocorrido em Sumaré –SP. O lema "Ocupar, resistir e produzir" veiculava a idéia de que o Movimento necessitava estruturar o seu sistema produtivo através da cooperação agrícola, e assim proporcionar o aumento da produtividade e o fortalecimento do espírito coletivo através da divisão das tarefas. Foi necessário um estudo detalhado das formas de cooperação agrícola aproveitando a experiência de outros países (Cuba, Peru, Chile) e o amadurecimento de um sistema de cooperação, a partir disso foi criada uma central para associação das cooperativas a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária). As experiências de produção no formato de cooperativas foram surgindo em vários assentamentos como forma de superação do modelo de assentamento em que a produção é individualizada. Foram criados Cursos Técnicos de Administração Cooperativistas (TACs).

A prática de cooperação é, para o MST, um grande instrumento pedagógico para a construção do ser social. Ela permite ao trabalhador rural romper com a auto-

suficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados à sua atividade. Indo um pouco mais além, cooperação é "uma forma de organização da produção por meio da divisão social do trabalho" . (MORISSAWA, 2001, p. 230)

A formação de uma cooperativa dentro do assentamento é importante para consolidar uma identidade coletiva já que:

(...) implica a ruptura de certos valores e a criação/recriação de outros. A propósito, a afirmação da cooperação com a propriedade e a terra coletiva impõe a ruptura com a idéia da propriedade privada, profundamente enraizada na sociedade capitalista como valor superior a qualquer outro, e promove distribuição mais equitativa da renda para todos os que participam do coletivo. (...) o assentamento vive o exercício de reconhecer –se nos resultados nos resultados do trabalho, não mais individualmente, mas ao mesmo tempo, como sujeito individual e sujeito coletivo. As discussões e as decisões acerca do quê, por quê, como, quem, e quando, permitem ao assentado a descoberta do sentido criador e humanizado do trabalho. Na dinâmica a das relações cotidianas, na relação com outros assentados e com a natureza, o trabalho (re)liga produtor e produto. O poder de gestão tece-se no exercício das práticas coletivas. A hierarquia é do coletivo sobre o individual. (SCHRINER , 2002 p.419)

Outro fator que obrigou o MST fortificar a sua identidade foi a quantidade de integrantes que não tinham vínculos direto com a atividade rural. O começo da década de noventa foram anos difíceis para a mobilização da classe trabalhadora como um todo, porém os altos índices de desemprego e conseqüentemente o empobrecimento de muitos trabalhadores ampliou o número de seus integrantes. Se o movimento não pensasse estratégias como a viabilização da educação, os assentamentos não teriam um propósito maior do que a conquista da terra. Por isso que instrumentalizar a base é importante para garantir que os assentamentos progridam e cumpram sua função que é fortalecer o modelo de agricultura familiar, de modo que essas pessoas tirem o seu sustento e se beneficiem de outros direitos.

Um dos fundamentos do MST é capacitar seus militantes em todas as áreas, para formar quadros que tenham conhecimento na área agrícola, educacional, econômica, etc. Por

achar que a transformação societária se dá impulsionada também com o ensino. Segundo STEDILE E FERNANDES:

Existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas : a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Esta última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas. Para isso são realizados cursos de formação, muitas vezes ocorridos no sistema de alternância, no qual as aulas são realizadas nos períodos de entressafra. (STEDILE E FERNANDES, 1999, p.74)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) ²⁸ deu continuidade à aplicação da Política Neoliberal. O início do seu mandato foi marcado pelas emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional, estas "quebravam" o monopólio das empresas estatais (telecomunicações, petróleo, gás canalizado). Ao contrair empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi necessário adotar medidas de ajuste econômico e seguir a "cartilha" desse órgão, implicando na privatização de empresas estatais; no corte de verbas para algumas políticas como as sociais; na perda de direitos dos servidores públicos; nos altos índices de desemprego; etc.

No campo, a realidade não era diferente, o governo deu continuidade ao modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares, baseados no incentivo ao agronegócio, na ampliação da fronteira agrícola, no aumento do poderio das transnacionais (que controla a forma de se produzir). Para este governo a questão agrária já era algo superado; não necessitando de uma política específica. O Estado se utiliza de três táticas clássicas da burguesia quando os trabalhadores criam movimentos de caráter classista: o primeiro é a cooptação, o segundo componente é a divisão do movimento, o terceiro é a

²⁸Nesse governo foi criado o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), organismos de poderes ministeriais mas sem a estrutura operacional de um ministério (criado temporariamente). O Incra sai do âmbito do Ministério da Agricultura e passa para o controle deste novo organismo. Posteriormente o gabinete foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Varias medidas foram realizadas objetivando de inibir as ações dos trabalhadores rurais e evitar as ocupações (maior instrumento de pressão por Reforma Agrária) como a proibição da realização de vistoria por parte do Incra de áreas que estavam ocupadas; o corte de recursos públicos e entidades apoiadoras das mobilizações e ocupações.

repressão (STEDILE, 1999).

O governo de FHC se utilizou destas três estratégias, sua política de reforma agrária denominada de Reforma Agrária de Mercado tinha como objetivo a desmobilização dos movimentos em torno da luta pela terra. Os interessados em obter um lote poderiam "buscá-la" no mercado através da sua compra; muitas funções que deveriam ser do INCRA passariam para responsabilidade do próprio assentado. Como o governo não conseguiu cooptar o Movimento, a resposta às suas ocupações foi a repressão, exemplo disso foram os Massacres de Corumbiara em 1995 e o de Carajás em 1996. Alguns coordenadores e integrantes foram incriminados e julgados (como ocorreu com o dirigente José Rainha). Essa repressão pode ser explicada pela grande campanha de oposição ao governo, o MST se tornara uma ameaça que deveria ser controlada através da coerção objetivando desarticulá-lo. A mídia cumpriu o papel de criminalizar as suas ações e legitimar as práticas violentas do Estado. Apesar da criminalização das ações do MST, o índice de ocupações de terra teve, em 1996, um salto expressivo: de 146 ocupações em 1995 (envolvendo 30.476 famílias) para 398 ocupações (envolvendo 63.080 famílias), em 1996 (ANEXO 1 -Tabela 1). A luta pela terra, através das ocupações, ganhava uma relevância política capaz de efetivamente pressionar o governo. Graças à sua ofensiva política (de proporções inéditas, a partir de meados dos anos 90) os sem-terra passaram a ocupar um lugar de destaque no cenário político brasileiro e a luta pela reforma agrária ganhou projeção nacional e internacional, além de ter conquistado o apoio, pelo menos retórico, de certos setores urbanos da sociedade brasileira.

Perante a ofensiva, o Movimento assumiu o compromisso de lutar contra a política neoliberal. Para se alcançar a Reforma Agrária dever-se-ia mudar o modelo econômico. Foram realizadas passeatas contra: as privatizações, a corrupção no Poder Executivo e Legislativo, a violência para com os movimentos sociais. O Movimento focou suas ações mais na resistência dos acampamentos e assentamentos. Em julho 1995, o 3º Congresso

Nacional contou com cinco mil delegados que defenderam o lema "A Reforma Agrária é uma luta de todos", o MST abrange seu público alvo e afirma sua postura contra o neoliberalismo que privilegia os interesses do capital financeiro, por um lado, e por outro marginaliza a pequena produção familiar. Era necessário lutar por condições de se manter no campo, pelo bem-estar social, por igualdade de direitos, pela difusão e prática de valores humanistas e socialistas, pela participação da mulher na sociedade em condições igualitárias, pela preservação e recuperação dos recursos naturais. Houve a reaproximação do MST a outros movimentos e organizações articulando alianças na luta por mudanças mais amplas na sociedade, já que o Estado se tornava cada vez máximo para o capital e mais mínimo para o social. Era necessário aglutinar forças para pressionar o Estado para ele atender os direitos da população, exemplo disso foi a escolha de um dia de mobilização dos movimentos sociais denominado de Gritos da Terra.

Nossa reflexão nos levou à conclusão de que, para conquistar a reforma agrária, tinha que mudar o plano neoliberal. Ou seja: a reforma agrária depende das mudanças no modelo econômico. Para ela alavancar, é necessário que toda a sociedade a abrace como uma luta legítima dos sem terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a própria sociedade. Foi ali, então que sistematizamos a palavra de ordem " A Reforma Agrária é uma luta de todos" . (STEDILE E FERNANDES, 1999, p. 55)

Todas essas ações têm por finalidade alcançar um dos maiores objetivos do MST, conseguir que trabalhadores sejam sujeitos ativos na transformação da sociedade. Na luta pela aquisição da terra, eles vão se experimentando como sujeitos de sua história, planejando, decidindo, criando estratégias e rompendo com os obstáculos, sem se deixar abater pelo desânimo nem pelo medo de que sua luta possa ser derrotada ante o uso da força por parte dos poderosos que contam com o apoio e a colaboração do poder estabelecido. Tanto nas produções e não fiscalização das leis quanto através da repressão violenta.

A formação do sem terra não dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força,

educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente porque isto exige a elaboração de novas sínteses culturais. (BOGO, 2001,p.13).

Nos seus últimos congressos o MST definiu a necessidade de ampliar o diálogo com a sociedade na defesa da mudança da política econômica, que concentra renda e aprofunda os índices de desigualdade social. A bandeira de luta escolhida durante o 5º Congresso firmou a luta contra o latifúndio que se tornou uma grande empresa capitalista controlando todo o processo produtivo; e a construção de outro modelo de desenvolvimento, que não deve somente ser engajado pelo Movimento, mas sim pelo conjunto de organizações populares e da sociedade como um todo.

3.3 Passeatas e Marchas

As passeatas e marchas são estratégias utilizadas pelos movimentos sociais, como forma de tornarem públicas as suas reivindicações. Essas práticas foram incorporadas pelo MST através do seu contato com as romarias e procissões organizadas pela Igreja Católica, no qual se entoava através das rezas e cânticos suas preces. O MST se utilizou desses rituais renovando-os, agregando símbolos próprios e objetivos específicos.

É comum os acampados e assentados marcharem pelas rodovias, caminhando até órgãos públicos e instâncias (INCRA, Secretaria de Agricultura, MEC, Prefeituras, agências bancárias) para pressionar por mudanças, apresentar suas demandas e chamar a atenção da opinião pública; muitas vezes, são instalados acampamentos em frente a esses locais. O MST ao longo de sua trajetória participou de inúmeras campanhas como a de *impeachment* do presidente Collor; contra a privatização da empresa Vale do Rio Doce em 1998; na campanha mundial lançada pelas Via Campesina pelo reconhecimento da semente como um patrimônio da humanidade; se opondo a propriedade privada das sementes regulamentada pela lei das patentes em 1997; contra as sementes transgênicas. As idas até Brasília foram iniciadas em

1987, quando diversos grupos e entidades viajaram à sede do Governo para entregar um projeto de lei popular de reforma agrária, com cerca de 1.6 milhões de assinaturas.

O MST ao longo da sua história organizou diversas passeatas e marchas. Durante as caminhadas, são realizadas várias atividades, tais como debates, celebrações e audiências públicas nas cidades e comunidades, visando à conscientização sobre os problemas e o engajamento da população. A maior marcha que o MST realizou ocorreu em 1997 - Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária²⁹ – no período de vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso, uma experiência um tanto quanto ambiciosa em uma conjuntura de violência e criminalização dos movimentos sociais. Esta grande passeata tinha com objetivo a chegada a Brasília no dia 17 de abril, quando se completaria um ano da maior chacina de trabalhadores rurais: o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Sua finalidade não era apenas ir à Brasília para manifestar contra o Massacre (denunciar as ações de violência por parte do Estado) e a proposta de Reforma Agrária do Governo Federal; mas dialogar e sensibilizar a população para os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais e a impunidades dos seus mandantes; os problemas oriundos da concentração de terra; os altos índices de desempregos nos grandes centros urbanos; a supressão dos direitos sociais; o aprofundamento do processo de abertura comercial e financeira da economia brasileira aos produtos e capitais internacionais; a expansão do agronegócio; a privatização das empresas estatais; a desregulamentação do mercado de trabalho; a Reforma Agrária de mercado que objetiva desmobilizar a luta; o corte dos recursos destinados para reforma agrária; nossa subordinação as grandes corporações e aos órgãos internacionais; as políticas neoliberais; etc. Esse período combinou uma série de ocupações de terras com manifestações públicas, proporcionando ao MST o ator político relevante no

²⁹ Escolhemos para analisar nesse subitem essa Marcha por entender a grandiosidade que foi esse [evento](#). Podemos destacar outros que correram: em 1990 e 1991 no Rio Grande do Sul a chamada Marcha da Fome, no qual durante vinte e cinco dias foram percorridos mais de mil quilômetros de estrada; em maio de 2005, aconteceu mais uma Marcha Nacional do MST, saindo de Goiânia rumo à Brasília, durante 17 dias aconteceu o levante e desmonte de uma cidade móvel de 12 mil marchantes.

cenário nacional. A questão agrária voltou a ocupar um espaço privilegiado proporcionado pela inserção do tema nos grandes debates, tornando públicas as demandas do Movimento, as condições de pobreza da população rural.

No livro “A Marcha Nacional dos Sem-Terra, a socióloga Cristiane de Alencar Chaves relata a marcha a partir da sua vivência como caminhante junto à Coluna Sudeste que partiu de São Paulo.

(...) a Marcha Nacional expressava uma oposição – ela realizava-se apesar dos votos em contrário – concebida em termos de um discurso de verdade. Ela própria enquanto ação era invocada como um testemunho da verdade dita em nomes dos que a faziam. Os marchantes caminhavam evidenciando as mentiras das palavras deste Outro representado pelo governo e políticos. Por caminharem, provavam a falsidade das promessas de campanha política e das propagandas governamentais. Enquanto a fala do Outro é promessa e propaganda, a caminhada dos sem-terra tensificava a verdade do que anunciava: o Outro mente Enquanto a fala do Outro cria fatos na televisão, a ação visível dos sem-terra fazia verazes sua palavra. A afirmação – nós que passamos somos sem-terra, nós que caminhamos fazemos a Marcha Nacional, nós que caminhamos mais de mil quilômetros para exigir o que o governo diz fazer e não faz, o que os políticos prometeram e não cumprem. (CHAVES, 2000, p. 75-76)

Os "marchantes" se organizaram através de "Colunas": Coluna Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Rondônia), Coluna Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e a Coluna Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo). Saindo de três localidades: Rondonópolis, Governador Valadares e São Paulo. Em cada cidade e povoado que a Marcha passava seus integrantes se deparavam com uma realidade diferente “os animadores” (as pessoas que eram responsáveis pelos discursos para motivar os participantes) dialogavam com a população esclarecendo a proposta dessa longa caminhada. O ato em si era visivelmente impactante e comovia desde as pequenas cidades às maiores: fileiras de marchantes vestidos de camisas vermelhas, balançando bandeiras, distribuindo panfletos. As praças públicas viravam um palanque onde sindicatos, grupos, simpatizantes, davam boas vindas à população local. Nos grandes centros e em Brasília as palavras de ordem davam o tom da caminhada e fortaleciam as propostas da

marcha: "Pátria livre, venceremos!", "Reforma Agrária: uma luta de todos!", "MST a luta é pra valer", "Cansados? Não! na luta do povo ninguém se cansa!", "Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta por justiça somos todos companheiros!", " Na luta até o fim" .

A passagem da marcha por diferentes lugares foi sendo demarcada, os animadores circunstanciando suas falas a partir deles. Como no ato público, a fala era endereçada, sem solução de continuidade, ora diretamente aos sem-terra presentes, ora ao público genérico constituído pela sociedade como um todo. Mas com a ocupação das vias públicas pela Marcha, os oradores foram também qualificando suas falas, adequando-as ao público específico que elas atingiam. No centro financeiro da cidade, a ênfase foi no contraste riqueza-pobreza da sociedade brasileira, na histórica injustiça, de sua distribuição de renda e também no agravamento do problema do desemprego; nos bairros residenciais de classe média, a reforma agrária foi apresentada como garantia de segurança e qualidade de vida nas cidades e como solução para o problema dos menores abandonados e da prostituição; nos bairros da periferia, as falas expressavam uma valorização da vida no campo, ressaltando as oportunidades de trabalho e moradia, criadas pela reforma agrária; nas áreas de concentração de escritórios e zonas industriais, elas sustentaram que a reforma agrária é garantia de menor competição no mercado de trabalho nas cidades e na criação de postos de trabalho no campo; nos viadutos habitados por indigente, as falas ressaltaram a importância de se resgatar a cidadania e a dignidade de vida para todos, da necessidade de criar “um Brasil para todos os brasileiros” (CHAVES, 2000, p. 41/42)

Realizar uma marcha pacífica, cruzando o território nacional, foi um meio encontrado pelo MST de propor uma nova imagem para a sociedade, através da criação de um fato político impossível de ser ignorado pelos meios de comunicação de massa. Com isso, buscava-se modificar o senso comum veiculado pela mídia de que os Sem Terras eram baderneiros e agitadores, comprovando a sua organização a concretude dos seus propósitos e legitimando suas ações.

Ao longo do seu percurso, a Marcha Nacional foi "conquistando a sociedade" – nas palavras dos marchantes – de modo que, ao chegar à capital do país, deixou de ser apenas dos sem-terra. Os temas que a intitulavam, apontando para questões sociais candentes – a reforma agrária, o emprego e a justiça –, ganharam o aporte de outras categorias sociais que concorreram com sua presença ao ato de encerramento da longa caminhada. Assim, o lema da Marcha Nacional generalizou-se ainda mais sendo acrescido de reivindicações específicas portadas pelas demais categorias sociais. A esse processo de agregação social correspondeu, a chegada da Marcha a Brasília, um amálgama de formas rituais (...). Assim, de um conjunto originalmente dispersos de homens e mulheres provenientes de diferentes regiões do país formou-se um grupo coeso pelo "desejo-comum" e pela certeza comum, unido no propósito de chegar a Brasília. (CHAVES, 2000, p. 25)

A organização da Marcha funcionava de acordo com a divisão em equipes (higiene, limpeza, saúde, segurança secretaria, alimentação e cozinha, animação, formação, infraestrutura, mística e liturgia; e ao decorrer se estruturou o setor de arrecadação). Em cada cidade que passava, se realizava um ato para que a população entendesse objetivo da caminhada. A arte e as palavras de ordem sempre estiveram presentes através das músicas e encenações.

Os impactos da marcha não era apenas para a população das cidades por onde ela passava, a conquista maior foi para os sujeitos marchantes que superaram muitos obstáculos durante dois meses, é na prática que se aprende a ser um Sem Terra.

Para os sem-terra, a chegada a da Marcha ao destino fixado era representada como uma vitória sobre o oponente que apostara no seu fracasso: o significado da Marcha Nacional fazia-se no contexto semântico de uma batalha ou combate. A vitória política da Marcha Nacional era a credibilidade social conquistada à afirmação de sua verdade, expondo no caminhar miúdo e penoso dos sem-terra a falácia de um inimigo, o governo federal. No seu limite derradeiro, como freqüente uso da batalha como metáfora indica, a política é vivida como uma guerra. No momento da crise, a Marcha foi reiteradamente contraposta à ameaça de derrota, ao ser creditada unicamente à falta de unidade interna. Nesse contexto, a frase do sem-terra apontava para a necessidade de concentração na finalidade de Macha Nacional, a derrota (...). (CHAVES, 2000, p. 297)

A chegada à Brasília pode ser considerada uma vitória, pois alcançou seus objetivos que era dialogar com a população e realizar um grande acontecimento, expondo não só a bandeira de luta do Movimento mas de outros. No ato final em Brasília, vários grupos foram lembrados como semeadores de uma nova sociedade, como a causa indígena. Na chegada à Brasília o MST entregou um documento que realizava uma crítica ao modelo neoliberal implementado pelo governo.

3.4 O poder da mística e valorização da cultura

Embora as estratégias utilizadas pelo MST referenciadas neste trabalho não sejam as únicas, buscamos aprofundar a sua compreensão por entendermos ser as mais importantes e mais utilizadas pelo Movimento. Para finalizar pretendemos trabalhar um elemento fundamental na organização da luta pela terra: a mística. Um ritual utilizado pelo MST que está presente em muitos atos, ações e atividades.

O ritual místico realizado pelo MST é fruto da assimilação das práticas litúrgicas da Igreja Católica através dos seus trabalhos pastorais; essas realizavam uma "encenação" com a finalidade de manter uma unidade em torno da proposta do evangelho. Na sua fase inicial, o MST importou um "modelo" de mística da Igreja, porém com o tempo ele desenvolve a sua própria forma de realizar este momento; voltando-se para um projeto específico e incorporando elementos que representavam a identidade do trabalhador rural e a do próprio Movimento, como a bandeira, os instrumentos de trabalho, a vestimenta do trabalhador rural, as músicas do coletivo. A mística que tinha um cunho religioso passa a ter uma essência política, realizada no início e/ou final de alguma reunião, encontro e congresso.

A expressão maior da cultura no movimento é a mística. A mística, para nós do MST, tem sua origem nas religiões. Quando se criou o MST, foi priorizado o resgate de toda a prática camponesa. A mística é um tipo de representação e ao mesmo tempo de vivência que realizamos no início ou no encerramento de cada encontro dos Sem Terra. No ritual separa-se algo simbólico, que materializa o assunto abordado pelo encontro, e a criação artística, cultural e política do MST que é imediata. É uma grande escola de formação política porque mexe com o imaginário das pessoas. Por isso, tanto o analfabeto quanto uma pessoa de nível superior vão sentir e interagir neste momento de vivência coletiva. A partir da necessidade de se criar um ambiente de aprofundamento de idéias menos monótono e racional. A mística deixou de ser algo apenas religioso e passou a ser um conceito antropológico. Isso acontece porque antecipa o futuro a partir da simbologia e isso dá prazer. Desse modo, as pessoas vêm a política com prazer. Com o tempo, a mística foi ganhando qualidade e importância no movimento. (BOGO, 2001, p. 27)

A mística se tornou um dos maiores instrumentos de manutenção da esperança e estímulo à luta dos integrantes do MST em defesa dos seus ideais. Foi a forma adotada pelo Movimento para manter viva a memória de seus mártires, e com isso sensibilizar os seus

integrantes para a luta e legitimar suas reivindicações; funcionando como importante elemento de formação e religação do indivíduo ao grupo, proporcionando a conscientização da realidade e o despertar para a sua superação.

“(…) mística, então é, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou sustentam a esperança em face dos fracassos históricos. Na mística político-social age sempre a utopia, aquela capacidade de projetar, a partir das potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os grupos oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os movem são sonhos de uma realidade nova. Por isso desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras” (BOFF, 1993, p.154)

Ao utilizar em seu contexto diferentes linguagens artísticas como a poesia, a música, a dança, o teatro; a mística do MST possibilita a construção de um conjunto de símbolos, que vão sendo convertidos em signos ideológicos que refletem a realidade dos integrantes do Movimento e expressam os seus desejos. A arte sempre esteve ligada às práticas do Movimento, funcionando como um instrumento de aprendizado contribuindo para a construção da consciência contra o sistema capitalista. Isso acontece com as músicas que narram a trajetória dos trabalhadores rurais, os ideais do MST, a luta contra o latifúndio, assim como o Hino do Movimento (ANEXO 2) que incentiva os trabalhadores a lutarem com bravura, etc. A celebração da mística dos Sem Terra reflete uma realidade e de alguma forma toca nos sentimentos das pessoas que dela participam ou que a presenciam. De acordo com MEDEIROS (2002, p.161), a intenção é fazer com que, ao presenciar uma celebração, as pessoas se sintam vivas; que, ao se defrontarem com a mensagem trazida por um poema, por uma canção entoada ou pela teatralização realizada, elas experimentem sentimentos de alegria ou tristeza, de coragem ou medo, de satisfação ou frustração, de saudade, de indignação, de vontade de lutar.

O MST percebeu a importância de se resgatar, valorizar a cultura do trabalhador rural; suas tradições e os costumes de cada região do Brasil (tão explícito no momento místico). Para isso foi criado em 1996 um coletivo específico com a finalidade de organizar o debate acerca da arte e da cultura dentro dos assentamentos e acampamentos de cada Estado, e fomentar e difundir as práticas culturais para todo o coletivo.

O Coletivo de Cultura³⁰ foi dividido em frentes: música, teatro, artes plásticas, poesia e literatura. Apenas em 2003 o coletivo ganhou autonomia perante o Setor de Educação. A valorização da cultura é um instrumento de suma importância para mobilização de massas. Segundo o estudioso de Cultura e MST Ademar Bogo (2000): Cultura é tudo o que o ser humano imagina, sente e faz para produzir sua existência em sintonia com as demais espécies de vida. Valorizar a cultura do trabalhador rural é fundamental para a construção de uma nova realidade social.

O desenvolvimento da cultura em uma organização como o MST deve estar em sintonia com os objetivos estratégicos para que, de fato, se consiga implementar mudanças estruturais que se pretende. Este esforço deve transformar-se em valores permanentes conformando comportamentos em novas condutas. O trabalho é considerado elemento central no desenvolvimento da cultura e na construção de um novo ser humano. (BOGO, p. 91, 2001)

Em entrevista à Agência Notícias do Planalto um dos dirigentes do Coletivo Nacional de Cultura Felinto Procópio Silva, o Mineirinho, coloca importância dos militantes dos MST desenvolver práticas culturais como forma de trabalhar a formação da consciência de classe e da proposta do MST, tendo a Mística como um importante elemento pedagógico, já que aglutina em apenas um ritual diversos elementos artísticos: *" Se não tivermos cultura e lazer nos assentamentos não temos condição de segurar a juventude. A arte é fundamental para a*

³⁰ O Coletivo de Cultura promoveu várias atividades e encontros com objetivo de fortalecer a cultura do trabalhador rural: o seminário Nacional sobre Cultura em 1999; o 1º Festival de Música da Reforma agrária em 1999; diversos encontros Nacionais dos Violeiros; 1º Festival Latino Americano de Música Camponês em 2004, entre outros .

formação da consciência dos trabalhadores. Ela resgata e fortalece sua identidade. É uma coisa maravilhosa, por exemplo, num encontro de violeiros e uma Folia de Reis mirim".

Porém a arte não deve ser viabilizada apenas nos momentos festivos, ela deve ser valorizada no cotidiano do assentado. Podendo se manifestar no dia-a-dia, articulada à produção, quando se produz artigos para a venda como o artesanato ou/e certos momentos em que o grupo cria/desenvolve um ritual místico no qual se utiliza elementos específicos da realidade daqueles trabalhadores para refletir sobre um determinado momento.

Há a necessidade de se resgatar a memória histórica do nosso país, e criar uma cultura que seja um espelho do cotidiano do trabalhador rural e das práticas do Movimento, valorizando a arte criada pelo trabalhador que não deve ter o intuito mercadológico, funcionando como uma cultura contra-hegemônica. Que a arte seja engajada, que o artista produza para exprimir os valores da luta, que incentive as suas habilidades e potencialidades e projete uma nova proposta de sociedade. Exemplo disso são os CDs com as composições dos próprios "artistas" do movimento; a produção cinematográfica veiculadas pelo projeto Cinema Terra, que visitam os assentamentos para projetar não só filmes ligados a luta pela terra mas produções clássicas, precedidas por debate; os murais criados em cada Encontro e Congresso que mostram os objetivos do MST. O movimento deseja que seu militante seja um militante artista, e assim produzir arte que seja em prol dos valores do Movimento. O coletivo de Cultura enfrenta um grande problema vide o avanço da cultura de massa hegemônica em nossa sociedade, que é esvaziada politicamente. Antes de fortalecer a identidade do trabalhador rural e a do Movimento há de se realizar um resgate dessas tradições.

Dessa forma, a todo momento o Movimento busca desenvolver práticas que estejam voltadas para fortificar a cultura e a identidade dos Sem Terra, por entender que a arte é um

instrumento pedagógico que pode ser colocado à serviço das causas do Movimento para mobilizar e politizar seu integrantes na luta através das suas diversas linguagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos analisar a questão fundiária em nosso país sob o prisma das lutas por terra. Centramos nas estratégias de luta travada pelo MST e seus impactos na vida do trabalhador rural. O MST se consagrou, ao longo de sua existência, como o movimento social mais influente, ou, ao menos, o mais atuante no cenário político nacional. Com suas práticas caracterizadas por ações de impacto e enfrentamento ao governo, o MST obteve conquistas importantes e fez a reforma agrária (como instrumento de fixação do homem no campo e distribuição de renda e riqueza) entrar na pauta política dos governos e nas produções acadêmicas. Como qualquer outro movimento social o MST possui suas limitações e contradições. Suas ações empenhadas - entendemos como estratégias - sem dúvida, foram essenciais para dar visibilidade ao problema agrário, ampliando o debate e demandando posições do governo, tanto no que diz respeito à desapropriação de terras improdutivas para reforma agrária, quanto às políticas destinadas ao meio rural (previdência, educação, saúde, creditícias).

O Brasil, após um longo período histórico, no qual não se consolidou como nação soberana e independente, não efetivou um projeto nacional voltado às necessidades maiores de seu povo. Assim o MST coloca a necessidade da construção de um projeto nacional popular. O Movimento, por meio de suas práticas engaja-se nessa construção, sobretudo no momento em que ele se opõe ao modelo neoliberal e se aproxima da população urbana assimilando as suas lutas e demandas; e valoriza a reconstrução das lutas passadas como

estratégia (música, hinos, palavras de ordem, mística e através formação educacional) por entender a importância de reconstruir as lutas da população brasileira, sobretudo dos trabalhadores rurais no Brasil; visto que o protagonismo da população é necessário: caso a população compreendesse o seu histórico processo de exploração e expropriação, a forma como foi construída a nossa estrutura agrária – para suprir as necessidades dos países centrais-ela provavelmente se empenharia na construção de uma nova sociedade.

A pressão exercida pelo MST (ato de ocupar terras e prédios públicos, realização de passeatas e marchas, encontros e congressos) é de suma importância como estratégia para que as políticas do governo sejam desenvolvidas e diversos trabalhadores assentados, já que não é fácil se organizar e ter suas demandas atendidas em uma sociedade em que as políticas sociais são cada vez mais restritas e o governo responde aos interesses dos grupos econômicos; dessa forma os movimentos sociais como um todo devem assumir diversas bandeiras de luta já que a classe trabalhadora possui um inimigo comum: o capital.

O MST preconiza uma luta mais abrangente e não uma subdivisão de lutas por interesses individuais. Na atualidade, sob a vigência do neoliberalismo, as lutas tendem a representar causas específicas e minimalistas, como por exemplo os trabalhadores de uma empresa que desejam meramente aumentos dos salários, ou uma Organização Não-Governamental que luta apenas pela questão do combate ao emprego infantil, etc. Esse contexto reflete um incentivo à atomização das lutas. O MST entende que a luta não pode se restringir às demandas específicas; isso é constatado no momento em que o Movimento abarca outras demandas que não só a questão da terra (valorização da cultura própria não subalternizada ao capitalismo, educação diferenciada que emancipe), já que a construção de uma alternativa ao modelo atual só se viabilizará se houver a mobilização das massas.

A luta pela terra coloca-se para muitos trabalhadores, muitas vezes, como "última alternativa", uma espécie de busca de um "porto seguro" em meio à insegurança do

desemprego, do subemprego e da marginalização social. Na medida em que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem - nesses tempos de vigência do neoliberalismo - em cheio as classes subalternas -urbanas e rurais -, aumentam as bases sociais do MST que repõe a essa população marginalizada a possibilidade do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social. Cabe ao Movimento transformar a demanda imediata pela terra de seus integrantes em uma luta maior pela Reforma Agrária e mudança social. Há uma necessidade do MST desenvolver e incentivar práticas que valorizem a dimensão do coletivo e assim dissemine a sua identidade de classe. Essa atuação é primordial, já que o perfil do movimento abarca muitas pessoas que não têm vínculo com a terra e nem com uma formação política que potencialize a luta. Dessa maneira, poderíamos dizer que a força política do MST deriva, em grande parte, do fato de que os efeitos perversos causados pela adoção de políticas neoliberais no Brasil acabam, no final das contas, contribuindo para a própria expansão das bases sociais deste.

O MST, como alternativa ao modelo de exclusão, possui um potencial de inclusão para aqueles que estão "excluídos" do mundo do trabalho, garantindo a sobrevivência daqueles que viviam em precárias condições anteriormente, possibilitando a sua participação no sistema democrático. Porém muitas vezes as ações do MST estão deslocadas do cotidiano dos seus participantes, sobretudo aqueles que já estão com sua posse de terra.

A nossa sociedade impõe mecanismos para que grande parte da população seja passiva e não entenda a historiografia brasileira, não compreenda todo o processo do modo de produção capitalista e nem lute para transformá-lo. Tais mecanismos aludem a uma educação fragilizada e deficitária que não leva em conta o protagonismo dos trabalhadores; uma cultura de massa que glorifica o consumo desmedido, entre outros. São poucos documentos que trazem a essência da realidade à população; como diz José de Souza Martins, a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de

senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes.

Apesar do MST ser um dos movimentos sociais que tem uma maior atuação e atenção da mídia, suas práticas não são, na maioria das vezes, compreendidas na sua essência pela população. Destarte, faz-se necessária a produção acadêmica direcionada ao desvendamento deste Movimento. Este trabalho é um dos esforços para obter tal objetivo, um empenho que não deve estagnar na teoria, mas que consiga se expandir para a dimensão da prática.

ANEXO 2

Hino do MST

Letra: Ademar Bogo

Música: Willy C. de Oliveira

Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular

Braços Erguidos ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores !

Nossa Força regastada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, C.; CARPI, L.; RIBEIRO, M.V. **História da sociedade brasileira**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1996.

BARQUETE Paulo Roberto Fontes. **O Estado brasileiro e a Reforma Agrária, 1964-2002**. Ceará, 2005 Disponível em:
http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Agricultura/o_estado_brasileiro_e_a_reforma_agraria.doc. Acessado em 26 de agosto de 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BELEDELLI, S; MEDEIROS, R,M,V. Assentamento, sua cultura, identidade e organização. In :**Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em:
http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/pa/arquitectura_y_urbanismo/h20054111151cultura_campesina.pdf. Acessado em 26 de janeiro de 2009.

BOFF, Leonardo. **Ecologia mundialização espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1993.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura- caderno de Formação nº 34**. 2ª ed. Veranópolis: ITERRA, 2001.

BOMFIM, Juarez Duarte. **Movimentos sociais de trabalhadores no Rio São Francisco. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Nº 45, 1999. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>. Acesso em 15 de Junho. 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. (1988). 18ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CALDART, Roseli Salet. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

----- **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHAVES, Chistine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil. Ensaio sobre idéias e formas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DIEESE, Sub-Seção do. **Economia brasileira.** Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região. Outubro, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

----- **A formação do MST no Brasil,** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GARCIA, Maria Franco. **Trabalhadoras Rurais e luta pela terra: interlocuções entre gênero, trabalho e território.** São Paulo, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1978.

LEITE, S; MEDEIROS, L.S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.** Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade UFRGS, 1999.

LEWIN, Helena (org). **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil. O caso do MST em campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.

MARCON, Telmo. Influência político pedagógica do acampamento Natalino no MST. In: VENDRAMINI, C,R. et al. **Educação em Movimento na luta pela terra.** Flórida: NUP/CED, 2002.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Grijalbo, 1976.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

----- **. A chegada do estranho.** 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

----- **. Militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

----- **. Não há terra para planter nesse verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

----- **. Raças e classes sociais no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEDEIROS, L.S. et al. (org). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade UFRGS, 1999

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil, História e atualidade da luta pela terra.** 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORRISSAWA, Mitsue. **A história da luta por terra e o MST.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Ana Elizabete Simões da. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas Gerais do MST.** São Paulo, 2001.

NAVARRO, Z; MORAES, M, E.; MENEZES R. Pequena história dos assentamentos rurais

do Rio Grande do Sul : Formação e desenvolvimento. In: **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.** LEITE, S;

NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra aprende e ensina. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais.** Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 4ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.sielo.br/>. Acesso em 17 de Julho. 2008.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.

PERLATTO, Fernando. **A Constituição de 1988: um marco para a História da Nova República brasileira.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n3/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2009.

PRADO, Caio Jr. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

SILVA, J.G; WANDERLEY, M,N.B. **A questão agrária. Textos dos anos sessenta por Carlos Marighela...(et al.).** São Paulo: Ed. Brasil, 1980.

SILVA, José Graziliano da. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária.** In: STEDILE, J. P. (coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 1994.

SCHREINER, Davi Félix. **Entre a exclusão e a utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais.** São Paulo, 2002. Disponível em http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Entre_a_exclusao_e_a_utopia.pdf. Acessado em: 24 de maio de 2009.

SINGER, **Economia política da Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1ed. Fundação Perseu Abramo. 1999.

STEDILE , João Pedro (org) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960 - 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TERENA, Marcos. **Conhecimento tradicional indígena: o saber sagrado e a propriedade intelectual**. 2000.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **O Processo de Construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. In: MEDEIROS, L. S. et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Origens sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Portugal, 2004. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CeliaVendramini.pdf>. Acesso em 23 de Novembro. 2008.

----- Trabalho e cooperativas:os (dês)caminhos no processo de formação humana.
In:VENDRAMINI, C,R. et al. **Educação em Movimento na luta pela terra**. Floriaópolis: NUP/CED, 2002.

HEMEROGRAFIA

www.mst.org.com.br

www.cptnac.com.br

